

BIBLIOTECA  PARAIBANA

DORINHA DE OLIVEIRA PORTO
IVELINE LUCENA DA COSTA LAGE

CEPLAR
HISTÓRIA DE UM
SONHO COLETIVO

Conselho Estadual de Educação
SEC

Concluí a leitura deste livro pouco antes de sua edição. Surpreendi-me com a dimensão do esforço de Dorinha e Iveline para recuperar historicamente a rica experiência da CEPLAR. Embora a pesquisa conduzida por Everaldo Soares Júnior tenha lançado o patamar da investigação que as autoras decidiram concluir a duras penas, no exterior, à distância uma da outra, encontrando-se a intervalos e visitando o Brasil nem sempre a cada ano, o trabalho hoje convertido em livro recupera para as novas gerações paraibanas e brasileiras um exemplo pioneiro de intervenção integrada do Estado e da sociedade para capacitar a população a exercer as tarefas do desenvolvimento.

Os momentos de grande impacto, quando mudam a vida das pessoas e da sociedade, resistem ao tempo e permanecem indeléveis na memória daqueles que os testemunharam. Mesmo esgarçados nas brumas do passado voltam à cena, com uma nitidez contemporânea, quando submetidos ao esforço regressivo alentado na pesquisa. Pensei que este sonho coletivo, que se chamou CEPLAR, fosse, pelas dificuldades da tarefa, permanecer nas intenções deferidas que freqüentam quase sempre os projetos pessoais de muitos pesquisadores.

Fico a pensar, se as autoras não estivessem fora do País teria esta obra sido encarada com o mesmo empenho e tenacidade que permitiram concluir-la? Nos olhos dessas duas protagonistas de uma saga do idealismo destruído permaneceram vivas as lembranças das terras que inventaram, como diria o poeta moderno, mais do que a das terras de sua terra hoje remanescentes de prolongados ciclos de exploração exaustiva.

Da cadeia dos depoimentos atualizados, da seqüência documental examinada, surge um ensaio crítico sobre uma instituição e uma época cujo conteúdo surpreende pela síntese alcançada. Se a história da CEPLAR tivesse sido mantida nos limites da organização e de seus atos institucionais, estariamos privados dessa contribuição à análise de um período culminante de nossa história que a todos despenhou noutra vertente do devir social brasileiro.

Afinal o que representava para nós, àquele tempo empenhados estrategicamente na superação do estádio de subdesenvolvimento, conforme o entendíamos à luz da teoria da acumulação do capital e de suas virtudes transformadoras, uma instituição como a CEPLAR? Recordo-me de nossas primeiras discussões e do entusiasmo ingênuo que se apoderou dessa equipe pioneira. Como economistas, víamos na CEPLAR o instrumento prodigioso para socialização das idéias sobre o desenvolvimento e para capacitação da força de trabalho às tarefas transformadoras inerentes ao processo.

O que aconteceu este livro dirá. Um método de inspiração genial e a construção coletiva, sob a liderança de jovens talentosos e dedicados, moldaram o perfil dessa organização precursora de várias manifestações institucionais do processo social contemporâneo. A CEPLAR nasceu do planejamento participativo, cultuou parcerias típicas das relações atuais entre o Estado e as comunidades, criou e promoveu técnicas de educação de base, não suficientemente difundidas pelo sistema educacional do País.

Quando hoje se concebe a política econômica como estratégia do não desenvolvimento, a recessão como o grande instrumento anti-inflacionário e a exclusão como dado da realidade social, tem-se a grande dimensão do fosso que se criou no Brasil entre o potencial de crescimento do País e a aptidão da população para realizá-lo. Outros países experimentaram taxas históricas de aumento do produto real equivalentes às nossas. Enquanto alguns deles mantiveram esse desempenho, o Brasil se enredou na longa estagnação. A observação dos indicadores educacionais desses países levava-nos a admitir que um coeficiente invisível, de extração cultural e educativa, tem promovido a população ali ocupada à condição de força condutora do desenvolvimento. É quando se sente a falta que a CEPLAR nos fez. E o incômodo da intrusão do arbítrio que esterilizou a criatividade e secou na fonte o impulso realizador de uma geração amargurada.

Ronald Queiroz

BIBLIOTECA PARAIBANA

XIII

Governo do Estado
ANTÔNIO MARQUES MARIZ
Secretário da Educação e Cultura
IVERALDO LUCENA DA COSTA

Conselho Estadual de Educação

HARLEY PAIVA MARTINS - Presidente
M^a CACILDA M. DE S. REGO - Vice

Genival Saraiva de França
João Batista Correia Lins Filho
Antonio de Souza Sobrinho
Américo Sérgio Maia
Vicente de Paula Carvalho Madeira
Carmem Izabel Carlos Silva
Maria Auxiliadora Bezerra Borba
Itan Pereira da Silva
Lenildo Correia da Silva
Terezinha Alves Fernandes Bezerra
Maria Bernadete Silveira de Andrade
Margarida da Mota Rocha
Sebastião Guimarães Vieira
Maria de Fátima Rocha
Ivanildo Coelho de Holanda

1995

MARIA DAS DORES PAIVA DE OLIVEIRA PORTO
IVELINE LUCENA DA COSTA LAGE

CEPLAR
HISTÓRIA DE UM
SONHO COLETIVO

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR NA PARAÍBA
DESTRUÍDA PELO GOLPE DE ESTADO DE 1964

1^a EDIÇÃO

Conselho Estadual de Educação
SEC

Departamento de Produção Gráfica da SEC

**CEPLAR: Uma experiência de educação popular na Paraíba
destruída pelo golpe de estado de 1964**
Dorinha de Oliveira Porto
Iveline da C. Lage

Composição: Dorinha e Iveline

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada
sem autorização expressa das autoras e do editor

© Janeiro - 1994 by Dorinha de Oliveira Porto e Iveline
Lucena da C. Lage

Direitos para esta edição
Governo do Estado da Paraíba - Secretaria da Educação e
Cultura

CAPA:
Milton Nóbrega

COORDENAÇÃO EDITORIAL:
Juca Pontes

Impresso no Brasil - 1995

APRESENTAÇÃO

A continuação da série Biblioteca Paraibana, iniciada no Governo Ronaldo Cunha Lima e ampliada na administração Cícero Lucena, é a retomada de um compromisso com nossa memória e com nossa história. Reunindo autores já consagrados pelo seu valor literário ou pela importância dos temas abordados, esta coleção continua seu propósito de resgatar as grandes contribuições de autores locais ao pensamento paraibano.

O atual governo da Paraíba, através da Secretaria da Educação e Cultura, retoma sua missão de divulgar nossa cultura, em consonância com os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura, que referendam e legitimam as indicações, democratizando o processo de escolha.

CEPLAR, História de um Sonho Coletivo inicia um conjunto de títulos que tem como preocupação básica a educação paraibana, ao tempo em que se constitui um tributo a uma saga de esperança vivida por toda uma geração, que teve no compromisso com a educação popular seu objetivo maior.

Outros títulos devem seguir esta obra, permitindo que diversos ramos do conhecimento e diversos aspectos da nossa história tomem uma dimensão mais contemporânea e saiam do limbo do esquecimento.

Iveraldo Lucena
Secretário da Educação e Cultura-PB

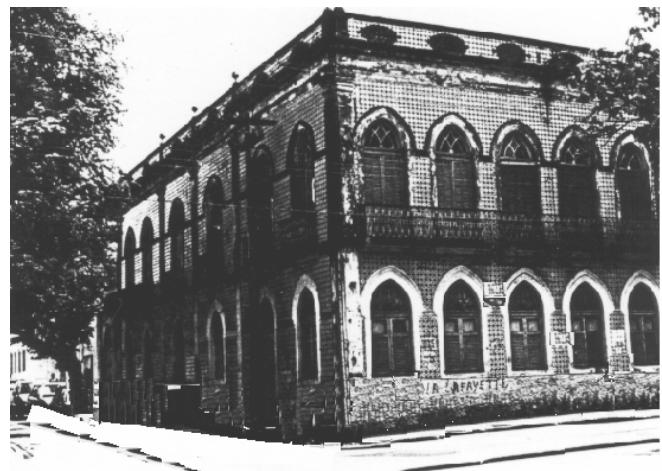


Foto : Dorinha Porto

CEPLAR

Rua Conselheiro Henriques, 159

João Pessoa - Paraíba

Aos nossos filhos:

Nathalie

Américo

Gustavo

SUMÁRIO

Agradecimentos

Prefácio	11
Ao leitor	13
Introdução	18
1. A CEPLAR, fruto de uma vivência coletiva	
♦ Uma realidade questionada	21
♦ Antecedentes: A busca de um grupo da JUC da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Paraíba.	33
♦ A criação da CEPLAR	35
♦ CEPLAR, órgão do governo ou entidade independente?	42
2. A primeira área de atuação: a povoação Índio Piragibe	
♦ A mobilização das lideranças e a criação de núcleos de debate.	47
♦ A redinamização do Grupo Escolar Raul Machado para a educação de crianças	53
♦ Os primeiros passos para a alfabetização de adultos	60
3. A Alfabetização de Adultos pelo Método Paulo Freire	
♦ O encontro com Paulo Freire	62
♦ As primeiras experiências com o Método	66

4. A CEPLAR e o Programa Educacional de Emergência do Ministro Darcy Ribeiro	
♦ A integração no Programa de Emergência.	73
♦ A alfabetização e a formação política de adultos	76
♦ O desenvolvimento do setor de cultura popular	88
♦ A CEPLAR cresce e se modifica	99
5. A CEPLAR e o Plano Nacional de Alfabetização do Ministro Paulo de Tarso	
♦ A integração no Plano Nacional de Alfabetização e as posições da Campanha.	105
♦ O lançamento do Plano em João Pessoa e o seu impacto na capital e cidades periféricas	109
♦ A extensão dos núcleos de alfabetização às cidades do interior e ao meio rural	117
6. A Destrução da CEPLAR	
♦ O clima em que se atuava	127
♦ A surpresa do golpe.	145
♦ Os processos n. 70/64 e n. CCG 1469/64	153
7. Elementos de análise sobre a CEPLAR	
♦ A luta ideológica interna	167
♦ Reflexão crítica sobre o trabalho	181
Conclusão e depoimentos	195
Bibliografia	201
Anexos	210
Mapa do Estado da Paraíba	211
Siglas utilizadas	212
Dados sobre as autoras	213

AGRADECIMENTOS

Esta história da CEPLAR não poderia ter sido escrita sem o trabalho de pesquisa realizado por Everaldo Soares Junior, hoje médico paraibano, há trinta anos jovem membro da CEPLAR, a quem somos profundamente gratas.

Agradecemos também:

- * A todos aqueles que contribuíram com suas entrevistas, que nos forneceram ou facilitaram acesso a material, que leram com interesse os primeiros escritos nos ajudando, assim, com suas observações.
- * A Lenita Peixoto, Heloísa H. Cavalcanti e Lourdes do Valle Navarro que colaboraram na coleta de informações.
- * A Tarcísio Lage e José de Menezes Porto que nos deram apoio integral quando dos nossos encontros de trabalho na Holanda ou na França, e a João Bosco Feres que leu os originais em suas várias fases e, como os dois acima mencionados, contribuiu com suas críticas para a redação final.

PREFÁCIO

Em junho de 68, a convite da UNESCO, fiz minha primeira visita a Paris. De pé, a cidade se manifestava através da fala e da ação de jovens universitários e operários.

Maio de 68 se afirmava como um tempo, no mundo, de protestos, de rebeldia, de denúncias e anúncios. E sobre o que ocorrera em maio e continuava a ocorrer em junho comprei mais de vinte trabalhos. A cidade registrava sua história diariamente, quase.

São assim ou mais ou menos assim, as culturas de memória gráfica, ao contrário daqueles de memória em parte ainda oral como a nossa.

Se, neste sentido, o excelente estudo CEPLAR, uma experiência de educação popular na Paraíba, destruída pelo golpe de estado de 1964, aparece tarde, nem por isso, contudo, chega destituído de interesse. O livro é uma série ajuda à inteligência da contribuição que o Nordeste brasileiro oferece, nos anos 60, à compreensão teórica e à prática dos movimentos de Cultura Popular, de Ação Cultural, de Alfabetização e de adultos numa perspectiva não mecanicista, do Teatro Popular.

Ao lado desta importância, a de iluminar momentos da rebeldia popular a que grupos de jovens intelectuais traziam sua participação, o livro me tocou de perto e me fez recordar instantes de alegria que, à frente do Serviço de Extensão

Cultural – SEC – da então Universidade do Recife, vivi com a equipe de dirigentes da CEPLAR.

Coube a nós da SEC a realização de um seminário de formação, nas tardes dos sábados, durante três meses, em que debatíamos com os jovens paraibanos educação e realidade brasileira, cultura popular, alfabetização e conscientização, teatro popular e aspectos metodológicos da alfabetização de adultos. Fazia parte da equipe da SEC o hoje famoso professor suíço Pierre Furter, da Universidade de Genebra, o grande amigo do Brasil.

Mas, há ainda algo de enorme importância que o livro de Dorinha e Iveline pretende como tarefa: chamar a atenção dos jovens de hoje para os níveis de irracionalidade, de fanatismo e de malvadez que caracterizaram o golpe de 1º de abril de 1964 e que vale a pena lutar democraticamente pela democracia para que jamais outras gerações sofram no corpo e na alma a vivência que silencia.

Paulo Freire

AO LEITOR

Uma das consequências do golpe militar de estado de 1964 foi a dispersão dos membros da CEPLAR, Campanha de Educação Popular. Muitos no Brasil, outros em países da América Latina, outros ainda na Europa. Porém, um denominador comum unia alguns deles: o desejo de que um dia a história dessa instituição, experiência marcante para muitos, fosse registrada. Quando no final da década de setenta Everaldo Soares Junior nos falou do seu projeto de escrevê-la dentro do quadro de seus estudos, acolhemos a iniciativa com simpatia. Imediatamente, espontaneamente, a troca de idéias, a expressão das nossas lembranças e as primeiras gravações sobre o que aconteceu na Campanha começaram a enriquecer o capital que, naquele momento, Everaldo Junior já ia acumulando para formalizar sua futura pesquisa. Cedemos-lhe a palavra, através da carta que nos enviou, para que ele mesmo explique até onde foi no seu trabalho e a maneira como procedeu para realizá-lo:

"Dorinha e Iveline, A história da CEPLAR não estava no esquecimento. Apesar das forças repressivas de 1964, que interromperam as experiências e os trabalhos de Educação e Cultura realizados pela Campanha e, da dificuldade de rememoração daqueles que viveram e participaram da realização de um ideal de transformação e justiça social, nada estava apagado. Era preciso falar sobre esse assunto e registrá-lo numa procura de resgate histórico dos acontecimentos.

Comecei com minhas próprias dificuldades de lembrar a CEPLAR, minha primeira experiência no campo da Cultura e Educação Popular. No primeiro momento foi um esforço de memória tentando reconstruir uma história livremente, fato por fato, acontecimento por acontecimento.

Em 1980 eu era mestrando em Educação de Adultos na Universidade Federal da Paraíba, realizava pesquisas e estudava novamente a problemática da Educação em nosso país e em nossa região. A história da CEPLAR me acompanhava o tempo todo. Incentivado pelos colegas, professores e, em especial, Paulo Freire, debrucei-me sobre a reconstrução da história da CEPLAR como a experiência que avançava, no início dos anos 60, em criatividade e em ideais de mudanças.

Era preciso uma instrumentação científica para esse trabalho de História e Educação. Procurei, sob a orientação das professoras Vera Esther J. da Costa Ireland e Rosa Maria Godoy Silveira, resgatar o que

fosse possível da CEPLAR e sua época. Os jornais desse período, os poucos documentos que restaram, além das conversas com pessoas que participaram da experiência da Campanha, com participantes das lutas sociais e políticas da época e com intelectuais que hoje se interessam pelo tema, foram o ponto de partida na construção de um roteiro para as entrevistas.

Depois de alguns meses, já de posse desse material, redigi um roteiro cronológico de toda a Campanha, que tinha a finalidade de ordenar os dados em uma primeira versão, como também facilitar a todos os entrevistados a possibilidade de rememoração. Dividi esse roteiro em 12 ítems, definindo cada fase da Campanha, desde as origens e primeiras ações, as fases de expansão, até o seu fechamento com o golpe militar. As respostas dos entrevistados se constituíram em uma valiosa contribuição documental.

Já tendo iniciado a redação deste relato, os meus interesses profissionais tomaram novos rumos com a Psicanálise, me absorvendo totalmente em trabalho e tempo. Todo o material estava comigo e não era justo que assim permanecesse. Entreguei-o a vocês que, com certeza, levariam adiante o projeto de registrar historicamente a CEPLAR.

Hoje a história está contada e o seu conhecimento passa a fazer parte da história da educação e da cultura popular no Brasil.

Um abraço afetuoso do companheiro Everaldo Soares Junior. João Pessoa, 28 de novembro de 1993."

Aceitar a proposta de Everaldo Junior significava enfrentar obstáculos importantes: os imperativos de nossa vida profissional e a não proximidade das fontes de documentação, pelo fato de residirmos no exterior. Mas essas dificuldades, comparadas com a importância do empreendimento, foram relativizadas. Três razões determinaram a nossa decisão de escrever essa história:

* A constatação de uma lacuna nos escritos e palavras que tentam reconstituir a história dos Movimentos de Educação Popular dos anos 1960-1964. O trabalho realizado na Paraíba, pela CEPLAR, é pouco conhecido. Os estudos que a ele se referem vão raramente além das informações contidas nos artigos de Paulo Freire e de Jarbas Maciel, publicados pela revista Estudos Universitários do Serviço de Extensão Cultural da Universidade (SEC) do Recife.

* A redescoberta, após estudo do resultado da pesquisa realizada por Everaldo Soares Junior, de que a CEPLAR foi muito mais do que o que restou na memória de cada um de nós, muito mais do

que o nosso consciente não censurou depois da prisão, do processo que a acompanhou e dos muitos anos já decorridos.

* A confiança depositada por Everaldo Junior ao nos pedir que escrevêssemos sobre a CEPLAR, entregando os elementos de sua pesquisa.

De posse do seu material : sete das nove entrevistas por ele realizadas, a importante pesquisa de jornais, o roteiro de entrevistas e o relatório de quinze páginas por ele redigido para a Universidade, elaboramos um quadro sinóptico composto de 16 ítems, nos quais se incluíam os atos e ações do governo federal, do governo estadual, a ação da Igreja, das entidades estudantis, das organizações sindicais operárias e dos proprietários rurais da Paraíba, além de dez ítems referentes à CEPLAR. Este trabalho, importante para entrarmos novamente naquela história, nos permitiu restabelecer a cronologia dos fatos e a relação existente entre eles. Ao fazermos esta sistematização, sentimos a necessidade de completar informações, obter novos dados, novos documentos. Por isso, por ocasião de nossas idas ao Brasil, entrevistamos 30 das pessoas que trabalharam na Campanha ou com ela colaboraram, completamos a pesquisa de jornais sobre o que se passou de significativo na Paraíba do ponto de vista político naquele período, conseguimos outros documentos oficiais, inclusive os relativos ao Inquérito Policial Militar da CEPLAR, iniciado após o golpe de 1964.

O resgate da experiência, objeto deste livro, foi baseado em todo esse material, além, é claro, da nossa própria memória.

Na medida em que entrávamos naquele passado através das vozes dos protagonistas daquela história, da leitura dos documentos; na medida em que fatos, atos emergiam do subconsciente e se encaixavam no contar dos outros, enriqueciam ou explicitavam a memória de outros e a nossa própria memória; na medida em que se iam completando dados, explicando acontecimentos, estabelecendo ligações, colocando nos devidos lugares as diferentes peças do quebra-cabeça, a CEPLAR nos apareceu tal qual ela existiu : uma explosão criativa; uma construção coletiva; um investimento intelectual, psicológico, físico, afetivo de jovens e adultos de várias camadas sociais da cidade e do campo; uma concentração das forças mais diversas; um questionamento quotidiano; uma militância política; uma resposta a um ideal de justiça social.

Concluímos que essa história não merecia ficar no esquecimento da História. Por isso aceitamos escrevê-la.

Citar ou não nomes foi uma questão que nos colocamos. Optamos pelos daqueles que tiveram funções na CEPLAR. Os outros nomes citados são os de entrevistados que no decorrer do trabalho, para comprovar ou explicitar idéias, fatos, nos pareceu importante mencioná-los.

Esperamos que aqueles que viveram a experiência se reconheçam neste livro e que os demais achem sua leitura estimulante.

Hilversum, Holanda

Paris, França

Iveline Lucena da C.Lage

Dorinha de Oliveira Porto

N.B. : As citações dos jornais e documentos da época foram transcritas no livro respeitando a grafia original.

INTRODUÇÃO

Trinta anos depois do golpe militar de estado de 1964, as novas gerações ainda não tiveram acesso a todas as informações sobre o que se fez e o que se viveu no Brasil dos anos 1960 a 1964. Nesse curto período, a crença na construção de uma sociedade mais justa polarizou a vida de milhões de brasileiros. O Brasil, com riquezas naturais consideráveis era, na época, dominado por um sistema econômico, político e social que condenava cerca de 60% da população à fome, à miséria e ao analfabetismo, além de gerar importantes desniveis econômicos regionais. A convicção de que se poderia transformar as estruturas do país pela força política das massas explica a criatividade, o entusiasmo, a ação e as lutas que marcaram aquele momento brasileiro. A CEPLAR, Campanha de Educação Popular, na Paraíba, fez parte dos empreendimentos de então ao lado de muitos outros movimentos de educação popular que existiram em todo o Brasil.

O resgate dessa experiência de educação participativa e conscientizadora, é feito aqui dentro de uma reconstrução histórica do processo no qual ela se inseriu. Para isso, apresentamos, sucintamente, o quadro geral da situação do Brasil na época, procurando deixar transparecer o clima em que se vivia e os ideais pelos quais se lutava.

Ressaltamos o fato de que não pretendemos discorrer sobre a fundamentação teórica da educação popular nem sobre as questões sócio-econômicas, culturais e políticas do Brasil dos anos 60. Pretendemos todavia destacar as idéias-força que emergiram desses setores de atividades, e que estiveram na base do trabalho da CEPLAR e da sua dinâmica.

Descrevemos a vivência e a prática coletivas dessa entidade que começou em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, com um grupo reduzido de estudantes universitários e que terminou com centenas de pessoas de classes, níveis e extratos sociais os mais diversos, atuando em nove cidades do Estado.

Relatamos e analisamos os fatos que constituíram a trama da sua existência, fatos de caráter político ou não que marcaram a sua história, ligados a pessoas, grupos, entidades públicas e

privadas, que participaram da sua construção e alguns também da sua destruição.

Procuramos mostrar como os problemas levantados pela experiência foram enfrentados e como o contexto social e político a ela reagiu.

Com o recuo que a distância no tempo nos permite, propomos alguns elementos de reflexão crítica sobre a experiência e, em função dela, tentamos levantar questões, ao nosso ver, ainda hoje atuais.

Enfim, damos testemunho sobre uma instituição que teve sua importância num determinado momento da vida do Estado da Paraíba, e que merece figurar como parte integrante da história desse Estado.

E mais ainda. Ao ler-se a história da humanidade pode-se constatar que é vivendo grandes utopias, grandes ideais que um povo se afirma em sua dimensão histórica. Só o resgate das experiências vividas permite integrá-las ao patrimônio cultural e histórico do povo. É essa a razão fundamental da existência deste livro.

1. A CEPLAR, FRUTO DE UMA VIVÊNCIA COLETIVA

◆ UMA REALIDADE QUESTIONADA

A CEPLAR nasceu num momento de acirramento das lutas pelas mudanças estruturais da sociedade brasileira. Uma das metas dos que governaram o Brasil dos anos 1930 a 1964 era industrializar e desenvolver economicamente o país, eminentemente agrícola até então, e dominado pelas oligarquias originárias dos grandes latifúndios. O regime populista que se instalou nesse período, ao procurar o apoio das massas, no campo e na cidade, levantou importantes bandeiras de luta: dar direitos e formas legais de defesa às massas trabalhadoras, elevar o seu nível cultural, favorecer a sua organização. Em muitas ocasiões o movimento das massas em busca da construção de um país moderno, com um sistema econômico e social mais justo foi além das propostas do populismo gerando, com isso, a exacerbação dos conflitos com as forças de oposição e, às vezes, com o próprio regime populista.

Alguns dados sobre o Brasil do final da década de 50 e do início da de 60, apresentados por pesquisadores das várias questões, são significativos da situação em que vivia a maioria do povo brasileiro e explicam, em grande parte, a tomada de consciência da necessidade de agir para mudá-la.

O sistema de distribuição da propriedade da terra estava na base das contradições do Brasil da época, como o demonstram as estatísticas a seguir:

*"11% dos estabelecimentos rurais possuem 79,8% da terra agricultável, enquanto 45% do total dos estabelecimentos têm apenas 13,3% da terra."*¹

*"Os latifúndios de mais de 500 hectares (ha) ocupam 62,1% da superfície do país. Pouco mais de 1.600 proprietários possuem terras superiores a 10.000 ha, dentre estes, 60, cujas terras ultrapassam 100.000 ha. Por outro lado, os estabelecimentos agrícolas de menos de 5 ha, cujo número é estimado em 408.424, utilizam somente 0,49% da superfície cultivável."*²

¹ Jaguaribe, Hélio. Brasil: Estabilidade social pelo Colonial-Fascismo? Brasil: Tempos Modernos. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra 1968, p.29.

² Bailby, Édouard. Brésil pays clef du Tiers Monde. Paris, Calmann-Lévy, 1964, p.148.

"50% da população é composta de camponeses analfabetos, que participam apenas em 15% da renda nacional."³ "Representam no entanto, 70% da população ativa embora só recebam 30% da renda do país."⁴

Por outro lado, **mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política nacional por ser analfabeto e, por esta razão, não tinha direito a voto.** O sistema elitista de educação em vigor, contribuía para reforçar as contradições. Os dados a seguir são um exemplo: "Numa população de 75 milhões de habitantes, 1 milhão chega ao fim do curso secundário e apenas 160.000 terminam o curso universitário. De 8 milhões de crianças em idade escolar apenas 4 milhões vão à escola e, dentre estas, só 460.000 terminam o curso primário."⁵

"O número de analfabetos adultos não eleitores,(18 milhões), representava 1/3 a mais do que o número de eleitores."⁶

O desenvolvimento industrial projetado não se deu de maneira homogênea. Concentrou-se essencialmente no Centro-Sul do país, mais particularmente no triângulo São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, favorecido pela determinação política das forças locais de criar um pólo industrial cujo desenvolvimento se acelerou, sobretudo, a partir dos anos 50.

O Nordeste, que abrange uma área de 1.500.000 km², representando 18% da superfície total do país, **não acompanhou esse desenvolvimento e se marginalizou.** Não tanto por razões climáticas ou pela ausência de recursos mas, essencialmente, pela escolha política de uma oligarquia, dominante na região, preocupada, sobretudo, em manter a estrutura agrária baseada no latifúndio e em defender o "status-quo" para manter seus privilégios.

Na redistribuição dos papéis a nível da economia o Nordeste, exportador de açúcar para o exterior, passou a exportar, prioritariamente, para o sul e a viver em função da economia sulista importando produtos para seu próprio consumo e fornecendo mão de obra barata.

Na segunda metade da década de 50, o Centro-Sul estava com uma estrutura industrial bem assentada, com um mercado de consumo interno em pleno desenvolvimento e o Nordeste cada vez mais dependente da demanda do Sul. Como consequência, enraizou-se economicamente num sistema de monocultura, diminuíram sensivelmente as áreas reservadas a produtos de subsistência, concentrou-se ainda mais a propriedade nas mãos de uma porcentagem reduzida de latifundiários, aumentou a massa de trabalhadores rurais semi-assalariados e assalariados, mas com um nível maior de exploração.

³ Jaguaribe, Hélio. Op.cit.,p.29.

⁴ Facó Rui. Brasil, século XX. Ed.Vitória,1960.

⁵ Bailby ,Edouard. Op.cit. pp.148-149 .

⁶UNE, Cadernos de Coordenação Universitária, 2, Resoluções do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, 15 a 21 de setembro de 1963.

Enquanto isso, emerge no Sul uma burguesia industrial poderosa mas não monolítica, pois o desenvolvimento industrial do Sul não se apoiou só no capital nacional. Apoiou-se também em investimentos estrangeiros, particularmente de grupos americanos, que passaram a ser bastante influentes em setores essenciais da economia, chegando a provocar divergências no próprio seio dessa burguesia.

Os benefícios da industrialização favoreceram uma parte da classe média elevando seu nível de vida e, especialmente, a alta burguesia nacional e os trustes internacionais. "*O privilégio ilimitado da acumulação de benefícios sobre o capital*", declarava o Presidente João Goulart em outubro de 1963, "*permitia transferências ao estrangeiro superiores a 1.000 % do capital efetivamente investido no país.*"

A região Nordeste, que representava 15,7% da população global, **apresentava contrastes flagrantes com a região Sul:**

A quase totalidade das terras agricultáveis estavam nas mãos de uma minoria de proprietários, "*deixando à massa da população uma reduzida sobra em que ela angustiosamente se comprime.*"⁷ A título de exemplo, na Paraíba, na zona do agreste e caatinga litorânea (onde a CEPLAR atuou) 6,2% dos proprietários de 200 hectares e mais, detinham 68,7% das terras cultiváveis. Nas zonas do litoral e mata, a proporção era de 7,9% de proprietários ocupando 84,1% das terras.⁸ Enquanto isso, no Sul, a distribuição das terras entre pequenas, médias e grandes propriedades era mais equilibrada, embora ao latifúndio pertencessem 52%.

O trabalhador agrícola nordestino vivia em condições semelhantes às encontradas na época do feudalismo. Praticava-se o cambão, a sujeição, termos que significavam a obrigação, para o camponês, de prestar serviço gratuito ao latifundiário, à razão de dois, três ou mais dias por semana.

O poder aquisitivo do povo do Nordeste era muito mais baixo do que o do Sul, para um custo de vida até mais elevado. "*A renda per capita da região era inferior a 100 dólares, correspondendo a cerca de 30% da do habitante do Centro-Sul*"⁹ e "*o custo de vida do operário de Recife, por exemplo, era de 25% mais caro do que para o operário de São Paulo.*"¹⁰

A nível da população global do Nordeste, "*a esperança de vida [...] era de vinte e oito anos para os homens e de trinta e dois anos para as mulheres. A metade da população morria antes de trinta anos.*"¹¹ "*Em cada 42 segundos uma criança morria de fome. Em cada 1.000 crianças, 350 a 400 morriam antes de um ano,*"¹² enquanto que no Sul, nenhuma estatística indicava

⁷ Junior, Caio Prado. Questão Agrária. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987, p.47.

⁸ Dados do recenseamento agrícola de 1950.

⁹ Furtado, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989, p. 53.

¹⁰ Vinhas, M. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972, p. 163.

¹¹ Castro, Josué de. Une zone explosive, le Nordeste du Brésil. Paris, Ed. Seuil, 1965, p.154.

¹² Julião Francisco. Cambão. Paris, Ed. François Maspero, 1968, p. 88. (Dados tirados do livro de Franklin de Oliveira)

dados tão alarmantes. *O índice de analfabetismo, segundo a estimativa dos Censos demográficos e anuários estatísticos, era de 66% no Nordeste e de 32,2% no Sul.*

Na Paraíba, Estado com uma superfície de 56.556 km², (o que representa 0,66% do território nacional) e uma população de 2.000.851 habitantes em 1960, **as contradições eram das mais acentuadas.**

Em geral, no Brasil, "a área destinada à lavoura representava 12% das áreas ocupadas e, na proporção em que aumenta a propriedade diminui o espaço ocupado pela lavoura. Na Paraíba", era de "menos de 1%" nos grandes latifúndios.¹³ Um número reduzido de famílias se apropriava da quase totalidade das terras cultiváveis, as quais eram reservadas à monocultura (cana de açúcar, algodão e sisal) para a exportação. Uma só família, constituída em Grupo, "controla cinco das oito usinas da Paraíba."¹⁴ A fome e a miséria atingiam cerca de 60% da população do Estado e o índice de analfabetismo era de 64%, 75% em certas áreas do interior.

Esses desequilíbrios repercutiram em vários segmentos da sociedade. Na esfera política facilitaram a eleição, no Nordeste, de governadores de tendência populista. Nos meios religiosos, setores da Igreja Católica passaram a tomar posições e a agir a favor da justiça social. Entre os trabalhadores rurais, com o aumento das tensões, muitos começaram a se congregar em "Ligas Camponesas" que se transformaram em instrumento de luta para reivindicar seus direitos. Nas cidades, os sindicatos tornaram-se cada vez mais combativos. Na área estudantil, universitários e secundaristas, ao aprofundarem a consciência dos seus privilégios, passaram a defender a união operário-estudantil-camponesa.

Nesse período, o Brasil viveu um momento de grande criatividade. Parte da intelectualidade brasileira da época pensava o Brasil como um todo, analisava suas estruturas, seus males ancestrais, seus desníveis sociais e regionais gritantes. Tornava-se urgente encontrar soluções para os problemas brasileiros. Os "slogans" utilizados para exprimir a contestação de muitos, não eram mais vividos como queixas, eram estimulantes para atuar em instituições que colocavam como metas agir sobre a situação de miséria do povo.

O presidente Juscelino Kubitschek (1955 a 1960) preconisou **reformas estruturais de base** para o Brasil, no "Plano de Metas" do seu Governo. Estimulou e viabilizou projetos de desenvolvimento favorecendo, em todo o país, a discussão dos grandes temas nacionais. Estes eram reunidos no debate em torno das reformas de base: administrativa, bancária, tributária, agrária, eleitoral; no questionamento das condições de participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional; nas discussões sobre os desníveis regionais.

¹³ Vinhas M. Op.cit.,p.168.

¹⁴ Correia de Andrade, Manuel. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Atlas, 1986, p. 53.

Uma situação de miséria, em si nada nova, passou a fazer parte do debate político, a ser assunto da imprensa diária, constituir tema de discussão generalizada. Houve uma divulgação, uma "popularização" das informações sobre os problemas brasileiros e, no Nordeste em especial, sobre as disparidades regionais e a situação de miséria do campo.

Os rumos que a situação tomava na região levou o governo federal, em 1958, a decidir aplicar uma nova política de desenvolvimento para o Nordeste, concretizada, inicialmente, na "Operação Nordeste", elaborada e dirigida pelo economista Celso Furtado, e que resultou, em dezembro de 1959, na criação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), órgão visto, na época, como um esforço sério para desenvolver economicamente o Nordeste e inseri-lo na era industrial.

A criação da Sudene foi ocasião para que os problemas nordestinos fossem amplamente discutidos. Ronald de Queiroz Fernandes, economista paraibano e, na época, secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Paraíba que representava o pensamento da Sudene no Estado, refere-se a esse momento de criatividade em busca de soluções para os problemas do Nordeste: *"Começou-se a pensar em projetos para uma infraestrutura industrial, um sistema econômico com uma relativa autonomia. O capital seria oriundo de transferências compensatórias por parte do Governo, porque na época, o Nordeste recebia um alto saldo nas suas exportações e não estava sendo utilizado [...] então, caberia ao Governo da União adotar uma política de compensações que transferisse recursos para o Nordeste, para fomentar a formação de capital ao nível das indústrias que fossem sendo concebidas pelo planejamento. Então chegou-se a pensar em siderurgia no Nordeste, chegou-se a pensar em projetos de uma infraestrutura industrial que poderia terminar, no futuro, numa indústria relativamente autônoma, até mesmo naquele grau de economia indispensável a uma etapa de desenvolvimento que afeta sobretudo o setor manufatureiro, metalúrgico, que era realmente o núcleo da atividade industrial. [...] Quando nós pensávamos numa autonomia da região, nós queríamos não somente estimular as indústrias fundamentais, assim para um processo de geração de capacidade auto-sustentadora, como também, começar a substituir as importações do Centro-Sul, a diminuir os desníveis internos na região."*

Vale a pena ressaltar que a própria discussão dos desníveis regionais era feita dentro de uma consciência que se poderia chamar unitária. Antes de tudo era a sociedade brasileira, em seu conjunto, que estava sendo questionada. E havia uma exigência de modificação, um grito por soluções a curto prazo. Deu-se, no Brasil de então, fenômeno que ousaríamos dizer único em sua história, até agora, e que mereceria estudo cuidadoso. Milhões de brasileiros, num corte transversal que reuniu as várias camadas sociais, dos chamados burgueses (os bons burgueses, como se dizia um tanto ironicamente!) até operários e camponeses, acreditaram na possibilidade de se criar uma sociedade mais justa e lutaram durante anos por ela. Milhões de brasileiros, de norte a sul, de leste a oeste do país mobilizaram-se, tentaram

organizar-se, discutiram estratégias, projetaram uma sociedade alternativa, enfrentaram lutas entre si e com os "inimigos da mudança" num trabalho incansável que lhes pedia "24" horas do seu dia. Trabalho que lhes sugaria toda a energia se não constituísse um grande estimulante à maximização do criar, sonhar e agir, se não acreditassesem que a sociedade pela qual se empenhavam era uma realidade atingível e não distante no tempo. As mais diversas tendências procuravam organizar e dirigir a luta pela construção desta sociedade nova. O governo concretizava sua visão do futuro convocando técnicos que o ajudavam a empreender ações consideradas necessárias para o desenvolvimento (criação de Brasília), gerar instituições de real impacto na sociedade (Sudene)¹⁵. Movimentos de Educação Popular emergiam, a exemplo do MEB (Movimento de Educação de Base pelo rádio), criado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); do MCP (Movimento de Cultura Popular) do Recife, Estado de Pernambuco, na gestão do prefeito Miguel Arraes.

Todo esse esforço, é claro, não se dava num clima de harmonia, num clima idílico; se havia ajuda, diálogo, havia também desconfiança mútua, luta pelo poder. Projetos, campanhas eram acusados de reformistas, de barrarem as mudanças estruturais. Os acusados respondiam com outras acusações: essas críticas seriam fruto de uma visão imatura, irresponsável e utópica da sociedade. Conflitos dentro e fora das instituições governamentais eram constantes, mas todos estavam empenhados em buscar soluções para os problemas brasileiros e, para isto, houve espaço dentro e fora do governo. Os órgãos públicos propunham e encontravam eco na sociedade. Os particulares apresentavam projetos ao governo e eram ouvidos. Os conflitos que com a radicalização do processo levavam a confrontamentos diretos, muitos dos quais sangrentos, assimilados dentro de uma perspectiva de mudança não muito distante, não abalavam o entusiasmo, nem arrefeciam o desejo de lutar. Nenhuma frente de luta era perigosa demais para ser enfrentada, nenhuma tarefa impossível. Vivia-se um clima de otimismo e confiança. Os problemas são grandes? Não importa. Aqui estamos para resolvê-los. A máquina estatal até agora não contribuiu para a solução dos problemas nacionais? Não importa, criaremos instituições alternativas que funcionarão livres dos entraves burocráticos, ou obedecendo a novas regras. Até parecia que governo e povo estavam juntos, empenhados na construção de uma sociedade nova.

Esta ânsia de mudança crescia e se ampliava. Durante o governo do presidente João Goulart (1961 a 1964) **o tema da participação das massas populares no processo de mudança social tornou-se central**. A participação dessas massas era a garantia de que a mudança da sociedade brasileira se daria no sentido da justiça social, da criação de uma sociedade socialista, igualitária. A quem interessava a mudança? Às massas desfavorecidas e marginalizadas politicamente. Onde

¹⁵ No anexo 3, as siglas e a sua correspondência por extenso.

buscar os aliados para a luta transformadora? Nesta massa. Algumas palavras de ordem importantes da luta da época se transformaram em metas governamentais: **"Extensão do voto para o analfabeto."** **"Distribuição de terras para os camponeses."** João Goulart estimulou a organização do campesinato como força política, promovendo a sindicalização rural. Escolheu também a erradicação do analfabetismo como uma das metas de seu governo. Mobilização e organização popular foram as respostas dos que se consideravam forças progressistas, trabalhando no sentido da História e com a "Força da História", às chamadas forças reacionárias. Porque estas existiam, claro, mas seriam vencidas. O futuro estava conosco. Os Movimentos de Cultura Popular espalharam-se rapidamente por todo o país. As Ligas Camponesas, seguindo o exemplo de Pernambuco, alastraram-se, sobretudo, pelo Nordeste.

Visto com a ótica de agora, dir-se-ia que os brasileiros de então foram atacados pelo "vírus" da ingenuidade. Como não ter consciência da fragilidade de sua organização para enfrentar bases de poder seculares? Não se deve esquecer, entretanto, que nos anos 60 o bloco socialista parecia uma experiência solidificada. Cuba, bem próxima, era outra prova de que mudanças eram possíveis. Era o socialismo implantando-se na América Latina. A pergunta não era se ocorreria a mudança das estruturas sociais injustas da sociedade brasileira. A pergunta era como esta se efetuaria. Pela via pacífica ou revolucionária? Entre aqueles que participaram da luta pela transformação do Brasil havia muita divergência política e ideológica, mas estavam unidos por alguns pontos "inquestionáveis": as estruturas injustas tinham que ser modificadas; o curso da História indicava que a mudança se daria; a força motriz desta mudança eram as massas populares. Os dois primeiros "inquestionáveis" explicam a grande liberação de energia, o clima de esperança, a imensa capacidade de luta que demonstraram milhões de brasileiros, simultaneamente, durante anos. O terceiro, a crença nas massas, foi responsável pela escolha do campo de ação, da busca dos aliados na luta.

Neste clima nasceu e atuou a CEPLAR na Paraíba.

◆ ANTECEDENTES: A BUSCA DE UM GRUPO DA JUC DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA PARAÍBA

Um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba, o qual integrávamos, consciente de seu compromisso junto à sociedade, participava da Juventude Universitária Católica (JUC) no momento em que esta, como se dizia na época, voltava-se para o social. Várias palavras de ordem funcionaram como instantâneos da realidade e foram importantes na mobilização das energias para o passar do sentir ao agir. Eis uma que marcou os membros da JUC: "*Apenas 1% da população escolar chega à Universidade*". "*Vocês, universitários, são mantidos com o dinheiro dos impostos pagos pelo povo. Têm obrigação, portanto, para com este povo.*"

"Ver, Julgar, Agir" era o método de ação da Ação Católica. E procurou-se ver, julgar e agir. A miséria dos bairros pobres passou a ser campo de ação. Levavam-se remédios para os doentes, encaminhavam-se crianças para as escolas, apoiavam-se os esforços do professor da Faculdade de Filosofia, José Rafael de Menezes, em sua campanha de construção de casas.

A JUC, sobretudo no seu 10º encontro anual no Rio de Janeiro, em janeiro de 1960, fez a crítica do assistencialismo e paternalismo de sua intervenção social e começou a procurar novos rumos. Assumiu posições de vanguarda para a Igreja, explicitadas num documento intitulado "Bases mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro", onde deixava clara a necessidade de integrar a dimensão política na ação militante junto ao povo, dentro de uma ideologia de mudança social. Estudavam-se as encíclicas *Rerum Novarum* e *Mater et Magistra*. Organizavam-se congressos para debater os problemas nacionais. Imergia-se, enfim, na ebulação social em que vivia o Brasil, através de seminários, conferências, manifestações, projetos, onde se levantavam as bandeiras das reformas de base, onde se questionava o papel do profissional. Ser médico não era apenas clinicar; advogado, advogar; professor, ensinar. O profissional não era só o especialista de uma área do conhecimento. Através de sua profissão era também e, sobretudo, um agente de transformação da sociedade.

Em João Pessoa, a JUC orientou sua ação no sentido de estimular cada faculdade a se engajar no social de acordo com sua especialidade. Essa orientação visava dois objetivos: aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre a situação existente no país; levá-los a um contato direto com a população, a fim de encorajá-la a uma participação consciente no processo de mudanças da sociedade. Essas duas idéias concretizaram-se em pesquisas realizadas nos bairros, como parte dos

estudos desenvolvidos no âmbito da Universidade. O grupo da Faculdade de Filosofia, orientado pelo professor Pedro Nicodemus, da cadeira de sociologia, realizou uma pesquisa no campo da educação, no bairro do Róger. O mesmo acontecia com outros trabalhos de pesquisa, feitos por outros grupos, outras faculdades. Eis a forma como iam tomando corpo as inquietações, buscas que não eram apenas de um grupo. Eram as primeiras tentativas de encontrar respostas locais, ecoando lutas e questionamentos de todo o país, e para elas contribuindo.

◆ A CRIAÇÃO DA CEPLAR

Do questionamento da sociedade brasileira, das propostas de soluções aos problemas nos vários setores e, particularmente, no educacional, também participavam, como não podia deixar de ser, a juventude, intelectuais e autoridades paraibanas. O governador Pedro Moreno Gondim, participava do esforço de desenvolvimento da região através da "Operação Nordeste", "Meta" nº 31 do plano do presidente Juscelino Kubitschek. Sensível a essa visão desenvolvimentista e consciente da necessidade de integração das massas analfabetas no processo de desenvolvimento do país, o governador colocou como um dos objetivos de seu plano para o quinquênio 1961-1965, a educação popular. Em janeiro de 1961, o jornal *O Norte* publicou um artigo sob o título "*Na programação da Paraíba, síntese do plano de realizações do Governo Pedro Gondim*", onde se lê: "*A programação da Paraíba [...] visa a aplicação de 10 bilhões de cruzeiros em cinco anos, com três objetivos principais : 1. valorização rural, incluindo aplicações na infra-estrutura; 2. desenvolvimento dos municípios, incluindo aplicações na industrialização, 3. educação popular,* incluindo aplicações nos setores de Saúde, Justiça, Segurança, Aperfeiçoamento de Pessoal, etc.*"¹⁶

O ambiente não poderia ser mais propício à criação de uma instituição que se dedicasse à educação popular. Extratos de jornais da época confirmam, na Paraíba, este clima: "*A Secretaria de Educação do Estado [...] promove cursos de alfabetização pelo rádio, [...] a Feira de Livros, a instalação do II Salão de Artes Plásticas, a exibição de filmes educacionais e a instalação de novas bibliotecas públicas.*"¹⁷

* Negrito das autoras.

¹⁶ *O Norte* de 10.01.1961.

¹⁷ *O Norte* de 15.10.1961.

*"A UEEP (União dos Estudantes do Estado da Paraíba) vai, em colaboração com a Secretaria de Educação, fomentar o desenvolvimento, em nosso Estado, da cultura popular."*¹⁸

*"Com a federalização da Universidade, os estudantes universitários paraibanos estão cogitando de manter gestões junto ao reitor para que seja inaugurada uma nova era cultural em nosso Estado, o que só viria beneficiar a cultura do nosso povo."*¹⁹

Havia no grupo da JUC da Faculdade de Filosofia pessoas pertencentes ao quadro oficial do Estado. Estas viram a possibilidade de conseguir, junto ao governo, meios para desenvolver um trabalho de educação que correspondesse aos ideais do grupo. Discutida em equipe, essa idéia foi tomado forma e o que era busca tornou-se, um dia, realidade.

A CEPLAR surgiu, assim, no ano de 1961, da junção de dois fatores:

- * a procura, por um grupo de pessoas da Faculdade de Filosofia, membros da JUC, de uma estrutura de base para um trabalho em educação popular;**
- * o projeto do Governo do Estado de lançar, na Paraíba, um movimento de educação popular.**

"Bolsas de estudo foram concedidas a jovens paraibanos para cursos intensivos na Sudene e no Movimento de Cultura Popular do Recife, (MCP) a fim de estudarem o problema da educação popular. A dois dentre eles," José Rodrigues Lustosa e Maria das Dores de Oliveira (Dorinha),²⁰ *"foi confiada a missão de organizarem, ao voltar, um movimento de educação popular, concretizado na CEPLAR, CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR"*²¹ com a finalidade de, através da educação e da cultura, elevar o nível das massas populares e integrá-las no processo de desenvolvimento do país. A imprensa local relata este acontecimento em nota publicada pelo jornal *A União*: *"Dentro de mais alguns dias, estará sendo lançado, em João Pessoa, com apoio decidido de amplos setores da opinião pública paraibana, o Movimento de Cultura Popular, já lançado em Recife, com ótimos resultados. O grupo de interessados paraibanos, responsável pelo Movimento está em João Pessoa desde ontem vindo de Recife, onde se submeteu a estágio especial na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)."*²²

Formou-se uma equipe de base para assumir os trabalhos composta por José Lustosa e Dorinha de Oliveira (colocados à disposição da Campanha com dedicação exclusiva) e por Iveline Lucena da Costa e

¹⁸ Correio da Paraíba de 02.03.61.

¹⁹ Correio da Paraíba de 18.06.1961.

²⁰ Na época, José Lustosa, licenciado em Filosofia e funcionário do Palácio do Governo; Dorinha de Oliveira, licenciada em Pedagogia e Orientadora Educacional do Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais (COPE) da Secretaria de Educação do Estado.

²¹ Extrato do documento de defesa de quatro membros da CEPLAR, apresentado à Comissão Estadual de Investigação (Processo de nº CCG/1469/64) a que foram submetidas após o golpe de 1964.

²² A União de 09.11.1961.

Lígia das Mercês Macedo,²³ (ambas funcionando a tempo parcial num primeiro período e com dedicação exclusiva em seguida). A primeira tarefa foi a implantação e institucionalização da entidade nascente: escolha de uma área de atuação, elaboração de um projeto piloto de educação e cultura popular, elaboração dos estatutos e criação de uma estrutura de apoio externo. Essa equipe contou, na reflexão diária, com a participação do Pe. Juarez Benício Xavier, assistente da JUC.²⁴ Pessoas da JUC participaram, de modo mais informal, das reuniões desse núcleo inicial, dentre as quais, Wilson Guedes Marinho, que mais tarde assumiu o cargo de vice-presidente. Esse grupo logo foi acrescido por aqueles que, pouco a pouco, durante o primeiro ano, se engajaram no trabalho: Lialva S.R.Lustosa, Rosilda Cartaxo, Marion Navarro de Mesquita, Denise de Gadê Negócio, Lenita Peixoto de Vasconcelos, Maria das Neves Arruda, Maurício Montenegro, Everaldo Soares Junior, Isa Quintans Guerra, Artur Américo Siqueira Campos Cantalice e, seguramente, outros cujos nomes, por terem atuado mais informalmente, não constam dos documentos recuperados.

Os estatutos, datados do dia 13 de janeiro de 1962, representavam a oficialização da entidade em termos jurídicos e consequente possibilidade de obter recursos. Ao elaborá-lo, definiu-se com ele a estrutura organizacional e as bases de funcionamento da Campanha. Um Conselho Deliberativo, órgão máximo, representativo das entidades políticas e culturais da Capital e uma diretoria, compunham suas instâncias dirigentes. Através do Conselho Deliberativo, elegeu-se a **primeira diretoria da CEPLAR**: Secretário Geral, José Lustosa; Diretora do Departamento de Formação da Cultura, Dorinha de Oliveira; Diretora do Departamento de Difusão da Cultura, Iveline Lucena; Diretora do Departamento de Documentação e Informação, Lígia Macedo; e um Serviço de Administração, sob a responsabilidade de Rosilda Cartaxo. Na divisão natural de tarefas, decorrente da disponibilidade e dos postos assumidos, ficaram mais especialmente à cargo das duas primeiras pessoas citadas, a gestão financeira e as negociações com os poderes públicos estadual e federal para obtenção de recursos financeiros, em pessoal e em material. Esta foi a primeira estrutura organizacional da CEPLAR, que deveria estar subordinada a seu objetivo fundamental: contribuir para a formação de adultos conscientes que participassem do processo de mudanças no país.

Quatro idéias constituíram a base de funcionamento da entidade:

*** Em relação à equipe:** favorecer o mesmo nível de responsabilidade, o mesmo poder de decisão e os mesmos direitos, isto é, um trabalho de equipe. Se havia uma distribuição de tarefas, todas as atividades, sem exceção, eram discutidas e decididas em comum. Esta característica foi um fator de coesão para aqueles que conduziram a Campanha, no quotidiano, até o fim.

²³ Iveline Lucena e Lígia Macedo, licenciadas em Letras neolatinas, professoras do ensino secundário.

²⁴ Outras pessoas ligadas à Igreja, como o Pe. Everaldo Peixoto, apoiaram a Campanha até o final, inclusive materialmente.

* **Em relação ao trabalho:** instrumentalizar-se para uma ação no campo da educação e da cultura popular, a nível teórico e prático, situando esta ação na perspectiva das lutas sociais. Isto se concretizou na organização de grupos de estudo para aprofundar e ampliar conhecimentos²⁵ e para adquirir métodos de análise da realidade. Concretizou-se também na criação de uma dinâmica ação-reflexão e consequente desenvolvimento do espírito crítico e de pesquisa.

* **Em relação às instituições:** abrir a CEPLAR para o que se chamava então "todas as forças vivas da sociedade" integrando-as no Conselho Deliberativo. A idéia, naquele momento, de reunir as "forças" existentes na cidade em torno de uma ação concreta visava garantir o apoio, mais amplo possível, ao projeto de educação que se propunha realizar. Por "forças vivas" compreendiam-se entidades e pessoas que, de uma forma ou de outra, exerciam uma ação de influência na sociedade. Em decorrência desta noção, possivelmente proveniente dos meios jucistas, o Conselho Deliberativo, órgão com poder de decisão, como por exemplo, eleger e depor presidentes, foi composto por pessoas e grupos defensores das mais diversas ideologias, como consta do Art. 22º dos estatutos: "*Estado, Prefeitura, Universidade, União Estadual dos Estudantes da Paraíba, União Pessoense dos Estudantes Secundários, Associação Paraibana de Imprensa, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Paraíba, Ação Católica, Arquidiocese, Federação Espírita, Maçonaria, Protestantes, Federação das Sociedades Beneficentes, Legião Brasileira de Assistência.*" Essa característica, bem como o estabelecimento de vínculos estreitos com o governo, continham em si os germes de uma situação de conflito potencial. Mais tarde, com a radicalização do processo político dentro e fora da CEPLAR, o Conselho Deliberativo foi utilizado nos conflitos internos.

* **Em relação à sociedade:** atuar junto às camadas mais desfavorecidas, o que deveria ser feito com elas e não para elas. Partia-se do princípio de que o povo tem um saber, tem um potencial a serem aproveitados e desenvolvidos. A atitude da CEPLAR era de valorizá-lo, de capacitá-lo para ampliar seu nível de cultura e de consciência política, de mobilizá-lo para uma participação consciente nas pressões sociais para o desenvolvimento.

Duas estruturas de apoio secundaram a equipe nos seus trabalhos:

* O Conselho Estadual de Desenvolvimento, na pessoa de seu secretário executivo Ronald de Queiroz Fernandes, foi o elo institucional entre a CEPLAR e o governo. A título de exemplo, por conveniências burocráticas, nomeações de pessoal para a Campanha tramitavam pelo Conselho. Ronald de Queiroz, enquanto pessoa, foi para a equipe o consultor, por excelência, para as grandes decisões.

* A Igreja, através de Pe. Juarez Benício, representante da Arquidiocese na CEPLAR, teve uma participação ativa e influente em todos os momentos decisivos.

²⁵ Com a participação, sobretudo, de Ronald de Queiroz, Wilson Marinho, Tarcísio de Miranda Burity e, mais tarde, Adalberto de Araújo Barreto, que orientavam os grupos em filosofia e economia política.

Outras estruturas asseguraram o funcionamento da instituição:

- * O Governo do Estado, na pessoa do governador Pedro Moreno Gondim, forneceu os recursos mínimos necessários de modo a permitir a execução do trabalho.
- * A Secretaria de Educação do Estado, nas pessoas dos secretários Waldo Lima do Vale e Antônio Nominando Diniz, deu-lhe apoio em várias ocasiões, não somente nomeando professoras para servi-la, como também defendendo-a, publicamente, quando enfrentou campanhas de difamação.
- * A Universidade, apesar de seu auxílio material ter sido de pouca monta, muito contribuiu ao aliar-se a algumas das promoções da Campanha e, por exemplo, ao ceder locais para cursos.
- * Numa segunda fase, a CEPLAR recebeu apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) quando este a convidou a participar de seus programas educacionais.

◆ A CEPLAR ÓRGÃO DO GOVERNO OU ENTIDADE INDEPENDENTE?

A vinculação da CEPLAR com o Governo do Estado a tornava vulnerável à política partidária, para cujo perigo se estava atento. Comportamento ou atitudes de um ou outro de seus membros denotando interesse em promover o governo ou se promover, eram objeto de discussão explícita no seio da equipe dirigente. Possíveis tendências foram assim neutralizadas. A preocupação era de que a entidade não se transformasse num apêndice do governo, embora dele recebesse ajuda, nem numa base eleitoral para quem quer que fosse. Do início ao fim, conseguiu-se manter uma relação estreita e ao mesmo tempo de relativa independência política com o governo, como também uma autonomia de planejamento e decisões. Juarez de Paiva Macêdo, segundo presidente da CEPLAR, testemunha em seu depoimento: *"O relacionamento da CEPLAR com o Governo Estadual era fluido, já que não se tratava de órgão da Administração Pública [...] Quanto à interferência governamental na CEPLAR conheci uma - a minha indicação para a presidência. [...] Inexistiu creio, ao menos nos poucos meses em que estive na direção, qualquer prestação de contas alusivas a recursos financeiros originários do Governo Pedro Gondim."*

Diversos fatores contribuíram para essa independência:

Em primeiro lugar, **as origens da CEPLAR**. O fato de sua criação ter sido a confluência de duas iniciativas, uma da "sociedade civil" (um grupo de universitários jucistas), e outra do próprio governo, facilitou sua relação de relativa independência com esse. O projeto da entidade não foi elaborado dentro das instituições governamentais que atuaram, sobretudo, como suporte financeiro.

En segundo lugar, **a firmeza da equipe responsável quanto à necessidade de preservar sua independência**. Ao mesmo tempo em que se procurava garantir a "entrada" o mais livre possível junto ao governo, havia um compromisso da equipe de não fazer declarações públicas elogiosas ou quaisquer manifestações que pudesse sugerir uma identificação da CEPLAR com o governo. A presença de representantes governamentais em cerimônias públicas da Campanha, decorrência natural dos vínculos existentes, nunca foi usada como "cartão de visita" para o público.

Em terceiro lugar, **a própria atitude do Governador**. Em nenhum momento Pedro Gondim procurou controlar a instituição embora tenha influído na escolha do seu segundo presidente. Isto, porém, não constituiu uma tentativa deliberada de nela imprimir uma determinada orientação. Pelo menos não se saberia assinalar nenhum fato que demonstre o contrário. Conhecendo-se a linha populista do seu governo, muito possivelmente, o apoio dado à CEPLAR não era desinteressado. *"Com a sensibilidade política que tinha o governador para o que era popular, para o que tinha penetração nas massas"* afirma Ronald de Queiroz em sua entrevista, *"ele não ia desprezar um mecanismo como a CEPLAR como instrumento de influência do próprio governo se fosse possível usar."* O governador mostrou-se receptivo às solicitações da equipe, sem colocar condições, até as vésperas do golpe. No seu depoimento, o ex-governador Pedro Gondim declara: *"O Governo do Estado jamais exerceu influência decisiva na escolha da direção do Órgão, nem teve qualquer interferência no seu programa e desempenho. Contentava-se com o bom serviço e resultados oferecidos à comunidade."*

Em quarto lugar, **a descrença na capacidade das instituições tradicionais de responder ao grande desafio da educação das massas e o decorrente estímulo para a criação de instituições alternativas**. Na mensagem do governador apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em 1º de junho de 1962, publicada pela *União Editora*, lê-se na página nº 78: *"Com o apoio do Conselho Estadual do Desenvolvimento e da Secretaria de Educação e Cultura, foi criada a Campanha de Educação Popular, que visa alfabetizar crianças e adultos, em moldes avançados, a exemplo do que vem ocorrendo em outras unidades da Federação. A CEPLAR não pretende apenas alfabetizar os alunos, mas inclui em sua programação aulas sobre Sociologia, Economia Política e disciplinas afins, proporcionando, desse modo, alfabetização e conhecimentos gerais. Os processos adotados pela Campanha são verdadeiramente avançados, superando, via de regra, a rigidez dos métodos tradicionais."*

A CEPLAR propunha respostas novas aos problemas da educação. Contava com a credibilidade, o entusiasmo e o respeito de vários

setores da população e de líderes governamentais. Isso facilitava sua ação e a criação de uma identidade própria, reforçando a sua independência.

O órgão do governo com o qual manteve ligações mais estreitas foi o Conselho Estadual de Desenvolvimento, na pessoa do seu secretário executivo. Sua participação assumiu o caráter de articulação política no momento da substituição dos presidentes; de interpretação dos objetivos da Campanha, quando se fazia necessário, para aplacar desconfianças de autoridades responsáveis por liberação de verbas, por exemplo. Em seu depoimento, Ronald de Queiroz cita um fato que ilustra bem sua atuação: *"Assis Lemos, principal articulador da política de Goulart aqui na Paraíba, passou a dar uma contribuição nessa negociação da CEPLAR com o Ministério de Educação para obter ajuda direta do governo federal. Ele desempenhou esse papel usando não só sua influência junto ao presidente, mas ao assessor da presidência que naquela época era Arnaldo Lafayete. Eu estive algumas vezes no Catete com o Assis Lemos para falar sobre a CEPLAR, como principal interessado."*²⁶

O relacionamento da Campanha com o Conselho não foi também de dependência. Nenhum laço formal existiu entre as duas instituições. Ronald de Queiroz integrou-se nela por afinidade com o seu projeto educacional e político. Como técnico ligado à Sudene, instituição que tinha um projeto político para a região, sua participação era um prolongamento de sua atuação de técnico não "tecnicista". Além disso, o Conselho de Desenvolvimento atuava com uma certa independência em relação ao próprio governo como o afirma ainda Ronald de Queiroz: *"O Conselho de Desenvolvimento não representava o pensamento do governo, representava uma ação que estava ocorrendo dentro do governo e que este começava a estimular porque estava vendo os resultados. E, naturalmente, porque o Conselho também representava a manifestação, a nível do Estado, de uma força muito vigorosa, atuando na região, que era a Sudene, com o respaldo do governo federal. E, entre a CEPLAR e o Conselho, havia uma reciprocidade de interesses."*

Pode-se dizer que a CEPLAR era uma entidade independente politicamente, com liberdade de pensamento e de ação, e respeitada como tal, porque integrada num contexto que, globalmente, visava os mesmos objetivos.

²⁶ Francisco de Assis Lemos de Souza, deputado estadual paraibano.

O deputado federal paraibano, José Joffily, também esteve entre os que apoiaram a CEPLAR.

2. A PRIMEIRA ÁREA DE ATUAÇÃO: A POVOAÇÃO ÍNDIO PIRAGIBE

Neste capítulo, expomos as primeiras tentativas para transformar em atos a idéia de trabalhar com as classes populares e de formá-las para uma participação consciente no processo de mudanças do país. Naquele momento, uma ação educacional visando resultados a longo prazo, como a educação de crianças, também fazia parte das opções da Campanha.

◆ A MOBILIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS E A CRIAÇÃO DE NÚCLEOS DE DEBATE

A primeira implantação da CEPLAR foi na Povoação Índio Piragibe, conhecida por Ilha do Bispo. O governo do Estado pôs à disposição da equipe que criou a entidade, o Grupo Escolar Raul Machado, existente naquele bairro e praticamente abandonado. Esse Grupo, com capacidade para 500 alunos, funcionava com apenas 70 matrículas e 41 presenças. Por outro lado, aquele era um dos bairros operários mais desfavorecidos da periferia de João Pessoa e uma área de tensão social.

O bairro da Ilha do Bispo, com uma população de 7.000 habitantes em 1961, é situado às margens do rio Sanhauá e ligado à Capital por uma ladeira íngreme. Ali estava instalada uma fábrica de cimento, a Cia Paraibana de Cimento Portland que, ao mesmo tempo, era fonte de trabalho para a população e causa da debilitação de sua saúde devido à poeira do cimento que envolvia toda a área habitacional. Quem descia a ladeira encontrava, às portas do bairro, um depósito público de lixo onde crianças e adultos catavam restos de comida e materiais diversos para sobreviver. Situação desoladora e exemplo gritante da miséria em que vivia grande parte da população.

Paralelamente ao trabalho de redinamização do Grupo Raul Machado, explicado mais adiante, iniciou-se uma ação conjunta com a Escola de Serviço Social, para a qual a CEPLAR tornou-se

campo de estágio. Particularmente através de Marion Navarro e Denise de Gadê Negócio, estagiárias remuneradas pela Campanha que preparavam seu trabalho de conclusão de curso, e de Dulce Maria Brito Barbosa que colaborou com a equipe, realizou-se uma pesquisa sócio-cultural atingindo cerca de 70% da população adulta. Esse estudo permitiu o levantamento da situação educacional, sanitária e habitacional da localidade. Constatou-se que 82% da população visitada era analfabeta e a situação de saúde muito precária. O relatório de Marion Navarro sobre o resultado da pesquisa, datado de dezembro de 1962, fornece os seguintes dados:

"75% da população estava atingida de tuberculose; 93% era portadora de vermes; 1/3 apenas das casas do bairro possuíam fossas, uma das causas de doenças infeto-parasitárias."

O princípio definido pela CEPLAR de trabalhar com o povo e não para o povo, sem dissociar a educação e a cultura popular dos outros aspectos da vida sócio-econômica e política, orientou a sua ação e a sua prática na Ilha do Bispo. Lideranças locais, (Sindicato dos Trabalhadores no Cimento Cal e Gesso, Associação Beneficente dos Trabalhadores Índio Piragibe, Sociedades Recreativas: Paulista Esporte Clube, Clube dos Caçadores Índio Piragibe, Maguará Esporte Clube, Praça S.P. e outras instituições), grupos de jovens e adultos e as famílias associaram-se às atividades desenvolvidas nas áreas de educação, saúde e cultura popular.

Com base nos dados da pesquisa, dois projetos de ação foram realizados visando uma intervenção nos problemas detectados e com propostas de soluções concretas: **campanha de construção de fossas** com solicitação de ajuda ao governo do Estado e ao Deneru (Departamento Nacional de Endemias Rurais); **reivindicação junto à fábrica de cimento** para utilização de filtros permitindo, se não acabar, ao menos diminuir os estragos causados pela poeira do cimento. Esses projetos foram inteiramente assumidos pela população, sob a coordenação de líderes locais, com o apoio e a orientação da CEPLAR.

Sobre a campanha de fossas, lê-se no relatório de Marion Navarro: *"O primeiro passo foi formar uma comissão para ir ao DENERU fazer apelo ao Diretor deste Departamento para ajudar a Povoação Índio Piragibe a dar início à campanha de fossas, obtendo dele, nesse mesmo dia, 50 conjuntos e 3000 tijolos."* Verdadeiros mutirões se organizaram para instalar as fossas nos fins de semana dentro de um clima de festa. Porém, uma ação como esta exigia muita perseverança. Passado o primeiro impacto, muitas idas e vindas às instituições governamentais foram necessárias para se

conseguir, fracionadamente, parte do material prometido. As dificuldades, a lentidão burocrática e a limitação dos resultados concretos abalavam o entusiasmo da população, malgrado a determinação e o espírito de coesão que se criou no grupo. "Em complementação a este trabalho, prossegue Marion, combinamos trazer para a Ilha do Bispo [...] uma técnica do DENERu, Lenita Peixoto de Vasconcelos,²⁷ pedindo-lhe a projeção de filmes referentes a questões sanitárias. Isto para todos os habitantes da Povoação Índio Piragibe."

Este foi o início dos núcleos de debate que passaram a ser uma das atividades mais importantes da CEPLAR na Ilha do Bispo, garantindo a continuidade do trabalho iniciado que se prolongou durante meses. As dificuldades e limitações tinham seu aspecto positivo quando ajudavam a coesão do grupo.

Quanto às reivindicações, várias vezes reiteradas à Fábrica de Cimento, se melhorias foram projetadas e filtros experimentados, não pareceram suficientes para se poder constatar algum resultado no período de três anos.

Os núcleos de debate funcionaram como uma estrutura de apoio à ação e como meio de politização. Tinham por objetivos formar, informar, conscientizar através da análise dos problemas sociais locais e nacionais. Esquetes (pequenas peças de teatro), paródias, palestras, cursos, decorrentes da ação em campo, eram formas de provocar o diálogo com os habitantes, serviam de motivação para exprimirem seus problemas, questionarem sua realidade, analisá-la.

As palestras organizadas sobre temas decorrentes da realidade local (saúde, alimentação, insalubridade habitacional, desemprego), sobre temas ligados à realidade regional e nacional (reformas de base) reuniam, semanalmente, nas escolas, em clubes e em praça pública grande parte da população adulta. Realizadas por especialistas de economia, nutrição, educação, tais como Ronald de Queiroz, Wilson Marinho, Lenita Peixoto, José Lustosa, Malaquias Batista e outros, ilustradas com suportes visuais (diapositivos, cartazes) e transmitidas por alto-falantes, quando realizadas em praça pública, eram seguidas de debates que despertavam grande interesse e criavam uma dinâmica de reflexão sobre a ação que se desenvolvia na área.

Os esquetes, as paródias, reproduziam situações da vida quotidiana do povo, da cidade e do campo. Eram criadas e representadas no bairro pela equipe da CEPLAR, reforçada por

²⁷ Lenita Peixoto assumiu, mais tarde, o cargo de secretária geral da CEPLAR.

estudantes universitários e secundaristas que descobriam a Campanha através destas ações. Everaldo Junior, secundarista na época, exprime-se assim sobre a sua chegada: "*Cheguei à CEPLAR em março de 62, quando estava sendo planejado um esquete que seria apresentado na Ilha do Bispo e no Varadouro [...] Discutia-se a situação do campo, do Estado. As músicas apresentadas eram paródias em que se falava do desemprego, da miséria, dos problemas sociais. E o povo ouvia com muita atenção e participava dos debates. Muitas pessoas faziam perguntas. Havia muitos depoimentos a partir da própria vida das pessoas.*"

Preparar um esquete era refletir sobre o trabalho em andamento, era integrar elementos que motivassem o seu prosseguimento, era inserir na reflexão temas da problemática local, regional ou nacional. No seu testemunho, Marion Navarro refere-se assim a essa atividade: "*Não sei se vocês se lembram de que, na campanha das fossas, fizemos grandes reuniões, quase assembleias populares, para se tratar das fossas, mas dando-se-lhe um direcionamento sócio-político-ideológico. Fizemos esquetes e teatro popular nos bairros e interior, usando violão, música etc.*"

Os núcleos de debate favoreceram a participação, na Campanha, de estudantes e intelectuais ligados à área de educação e outras pessoas sensibilizadas pelas questões sociais. A presença em praça pública de técnicos ligados à Sudene, como Ronald de Queiroz, para discutir com o povo, não era considerada como algo extraordinário. Em sua entrevista, Ronald afirma: "*Isto fazia parte de um projeto global de desenvolvimento que pretendia inclusiva, mudar politicamente o Nordeste. Era uma pretensão do técnico do Nordeste de contribuir para criar uma nova classe política, [...] armar, com o apoio das massas, alguma coisa que abalasse as estruturas tradicionais da representação política. [...] No meu caso, essa intenção se tornou muito explícita. Daí minha atuação na CEPLAR.*" Também a participação de professores universitários, intelectuais de classe média, nessa aproximação com o povo, não se revestia de nenhum caráter extraordinário. A maioria dos intelectuais da época era aberta a um discurso crítico da realidade e muitos participavam do processo de conscientização das massas. Dentro da CEPLAR, isto se dava através do debate, das intervenções em palestras e em seminários .

◆ REDINAMIZAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR

RAUL MACHADO

A ação a nível do ensino primário procurou ser inovadora. No projeto de redinamização do Grupo Raul Machado para o ensino de crianças, apresentado ao governo do Estado, propunha-se a elaboração de um programa de ensino baseado em centros de interesse ligados ao mundo lúdico e imaginário da criança e ao mundo social e de trabalho em que vivia. Propunha-se também a aplicação de uma pedagogia e de métodos novos e a integração dos pais no processo educacional.

A realização de um tal projeto exigia um corpo de professores com dedicação exclusiva e que ainda não tivesse sido moldado pelo tipo de ensino vigente. Os professores deveriam ser capazes de assumir tarefas pedagógicas outras que a de lecionar: pensar novas formas de trabalho, criar novos métodos, novos documentos, instaurar uma dinâmica de educação participativa. O projeto exigia também meios materiais e verbas estimadas em mais de um milhão de cruzeiros. O governo do Estado supriu essas necessidades básicas iniciais. Através da Secretaria de Educação e Cultura, nomeou dez professoras, recém-formadas, selecionadas pela CEPLAR, com a obrigação expressa de servi-la no mínimo dois anos; autorizou a concessão de verbas; forneceu veículos e motoristas. A nota de convocação de professores publicada pelo jornal *O Norte* e a lei autorizando a concessão de verbas para a CEPLAR, publicada pelo *Diário Oficial*, o comprovam:

"Seleção de professores para a Campanha de Educação Popular - O Secretário da Educação e Cultura torna público aos interessados que até o dia 03 de março próximo, das 8 às 11 horas e das 13 às 17 horas, estarão abertas, no Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais (COPE) as inscrições da Campanha de Educação Popular (CEPLAR). A seleção será realizada às 8 horas do dia 1º de março devendo as candidatas apresentar, no ato de inscrição, Diploma do Curso Normal, devidamente legalizado. As candidaturas classificadas nos primeiros lugares serão aproveitadas como professoras da classe inicial do quadro permanente do Estado, ficando obrigadas a prestar serviços na aludida campanha, pelo período de dois anos. João Pessoa, 22 de fevereiro de 1962. Waldo Lima do Vale - Secretário."²⁸

²⁸ O Norte de 28.02.1962.

"LEI Nº 2.824, DE 12 DE ABRIL DE 1962. [...]

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA: Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º.- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio extraordinário de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) à Campanha de Educação Popular (CEPLAR), para atendimento das despesas com a instalação dos seus diversos setores, no exercício de 1962. Art.2º.- É concedida também autorização ao Poder Executivo para subvencionar, anualmente, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) até o limite de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) para ocorrer, parcialmente, às obrigações de custeio de suas atividades. Art.3º.- Para cumprimento ao disposto nos artigos anteriores poderá o Governo do Estado decretar a abertura de créditos especiais até Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) no exercício de 1962 [...] Palácio do Governo do Estado da Paraíba [...] PEDRO MORENO GONDIM."²⁹

Em que consistiu a ação inovadora no campo da educação de crianças? Tentou-se praticar uma forma de ensino onde não houvesse inadequação (como era o caso no sistema escolar da época) entre a escola e o mundo em que a criança daquele meio vivia. Os trabalhos domésticos, o trabalho do menor (venda de biscoites, ferreiro, engraxate), o trabalho no campo, componentes de seu universo infantil, passaram a integrar os temas a partir dos quais aprendiam a ler, escrever, contar e a assimilar novos valores ligados a uma sociedade em transformação. Esta visão da educação primária traduziu-se, para a equipe de professoras, na aplicação de métodos ativos que levavam a criança a abordar a leitura através de textos relacionados com a sua vivência; a realizar pequenas pesquisas sobre temas diversos, permitindo-lhe descobrir e melhor integrar os ensinamentos que dela decorriam; a se exprimir através de criações artesanais; a encontrar na vida escolar uma ligação com a sua vida familiar e seu meio social. Um dos resultados deste trabalho concretizou-se, mais tarde, na elaboração de um livro pelo conjunto das professoras, apresentado ao público em abril de 1963, em cerimônia especial. Extrato do artigo intitulado "CEPLAR, exposição na Ilha do Bispo", publicado pelo jornal *A União*, comenta esta realização: "*Sob a responsabilidade da CEPLAR, o Grupo Escolar Raul Machado da Ilha do Bispo, realizou no dia 12 do corrente p. passado, uma exposição de material didático preparado dentro do programa de ensino da escola primária. [...] mereceu destaque a apresentação da cartilha "Meu Livro" realizada sob a orientação da professora Maria da Felicidade Meira Costa de Souza e a responsabilidade das professoras*

²⁹ Diário Oficial de 13.04.1962.

Leônia Gomes, Irinete Souza e Genelice Bezerra. [...] Convém salientar também a pesquisa feita sobre produtos industriais, cultura da Paraíba e apresentação de trabalhos de entrosamento da escola primária com problemas da comunidade onde se situa a unidade escolar, tais como O Serviço d'água da Ilha, Campanha da fossa, Combate a verminose e o Pequeno Pescador."³⁰

A pesquisa inicial realizada na Ilha havia mostrado que a ausência das crianças à escola estava relacionada com três fatores: a fome; a utilização do trabalho das crianças pelos pais; a desvalorização da escola pelos pais. A ação junto às famílias levou-as não somente a enviarem as crianças à escola, como também a participarem das reuniões e a colaborarem nas atividades educativas. Conjugando-se o fato de se ter conseguido a merenda escolar, através da Secretaria de Educação do Estado, a frequência passou de 42 a 470 crianças no período de um semestre.³¹

A ação da CEPLAR a nível da educação infantil não se limitou ao âmbito da Ilha do Bispo. Interviu também nos debates que se travavam na época sobre o ensino primário na Paraíba, contribuindo com suas análises e propostas de solução. Trechos do trabalho apresentado por ocasião do "I Encontro de Professores Primários da Paraíba", realizado em julho de 1962, intitulado Problemas Atuais do Ensino Primário na Paraíba, deixam transparecer o seu pensamento e o seu posicionamento com relação à educação primária no Estado: "Vivemos um momento histórico em que a educação é um dos fatores primordiais no processo de transformação social. O homem precisa assumir este momento a fim de satisfazer certas exigências básicas que aos poucos lhe estão sendo negadas, como sejam: alimentação, saúde, trabalho, habitação, etc., além de se fazer presente na vida nacional. Nesse sentido cresce a responsabilidade da escola primária a quem compete solidificar os primeiros alicerces de cada geração formadora de um futuro que se prenuncia. [...] Notamos quão distante se encontra a escola primária das suas verdadeiras funções. Parte do descaso com que sempre cuidou o país, desde o período colonial, do problema da educação popular. Ainda hoje nossa escola reflete o sistema de uma educação para uma minoria privilegiada. [...]

Atualmente, quando a escola primária é a única considerada como "obrigatória para todos", como reza o Art. 168, §1º da Constituição Federal, quando a educação do povo é um imperativo social e humano, a escola atinge apenas 50% da população do Brasil. Veja-se o exemplo em nosso Estado, quando das 422.607 crianças em idade escolar, tão somente 136.006 gozam do privilégio da educação. Destas, conseguem

³⁰ A União de 18.05.1963.

³¹ Ver artigo do jornal O Norte de 07.02.1962, intitulado "Campanha de Educação Popular Apresenta os Primeiros Resultados".

atingir a 3^a série primária cerca de 55.200, chegando a concluir o 5^o ano a cifra desoladora de, aproximadamente, 11.400 crianças.

Para cobrir o déficit escolar que avulta a 286.595 crianças em todo o Estado, faz-se necessária a criação de 3.611 unidades escolares, o que corresponde a um total de 7.165 professores.[...] Em nosso Estado a grande maioria do corpo docente é composto de professores leigos, muitos dos quais não possuem sequer o curso primário completo. Ao lado disso considera-se a ausência de meios que possibilitem um progressivo aperfeiçoamento desse mesmo pessoal.[...]

Parte desses problemas apresentados deve-se à interferência, geralmente perniciosa, da política nos negócios da educação. Constate-se o interesse político nas nomeações, remoções, e demissões de professores. Por conta disso, escolas existem com excesso de pessoal docente, enquanto outras carecem dele."

A intervenção na área de educação de crianças representava algo de positivo para a comunidade da Ilha do Bispo e para a reflexão sobre os problemas do ensino na Paraíba, mas não respondia diretamente ao objetivo da equipe que criara a entidade, o de contribuir à formação de adultos conscientes para participar do processo de mudanças do país.

Em sua busca de definir, ampliar e concretizar seu trabalho com adultos, a CEPLAR agiu em várias frentes:

A nível local, intensificou seus contactos com organizações sindicais submetendo-lhes projetos, procurando atender a suas reivindicações, participando de suas discussões. Expandiu suas atividades para os bairros do Varadouro, Róger e Santa Júlia, através da criação de núcleos de debate e contribuiu para a discussão política na cidade, através da realização de seminários sobre realidade brasileira. Já o primeiro deles lotou o auditório da Faculdade de Direito. A nota publicada pelo jornal *O Norte*, indica o seu conteúdo: "Seminário sobre Realidade Nordestina promovido pela CEPLAR. O programa [...] está assim organizado: Dia 12 - "A realidade sócio-econômica do Nordeste" a cargo do Sr. Ronald Queiroz; Dia 13 - "A democratização da cultura" pelo professor Paulo Freitas (do Movimento de Cultura Popular do Recife); Dia 14 - "O papel dos educadores na promoção do desenvolvimento do Nordeste" pelo Padre Antônio Nóbrega ."³²

A nível regional, procurou levantar recursos para ações específicas. Elaborou projetos de ação mais abrangentes ligados não só à alfabetização e à cultura popular, mas também ao aprendizado de artes industriais (termo da época), para jovens e adultos.

³² *O Norte* de 02.03.1962.

Projetos de construção de um Centro de Treinamento de pessoal e de dois Pavilhões - um para "letras" (em que se incluía a alfabetização de adultos) e outro para "oficinas de artes industriais" - foram realizados e apresentados à Sudene. Tentativa sem êxito pois a Sudene só viria a ter verbas para investir em educação popular em 1963, com a reformulação do seu II Plano Diretor.³³

A nível interno, organizou grupos de estudo e debate aos quais se integravam os responsáveis, além de estudantes e intelectuais que contribuíam para o debate que se travava dentro da instituição. Esta começava a ser, para muitas pessoas, um lugar de encontro e de reflexão sobre os problemas brasileiros.

Simultaneamente às atividades acima citadas, a equipe dirigente mantinha-se atenta e informada sobre o que se passava no resto do Brasil, estabelecendo contatos com pessoas e organizações, especialmente, no que dizia respeito às novas propostas educacionais.

◆ OS PRIMEIROS PASSOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Uma das principais metas da CEPLAR era a alfabetização de adultos. Assim, **cursos noturnos de alfabetização para adultos** foram organizados na Ilha do Bispo, nas salas do Grupo Raul Machado. Cerca de 70 adultos participavam das aulas, a maior parte dos quais eram pais de alunos do Grupo, os demais, integrantes das equipes do bairro. Em sua entrevista, Alda Bezerra, supervisora do ensino noturno da Secretaria de Educação que colaborava com a Campanha, afirma: *"Desde o início o objetivo da CEPLAR era também de alfabetizar adultos mas com uma orientação bem precisa: a de esclarecê-los sobre seus direitos e de com eles discutir sobre os grandes problemas da época. Na Ilha do Bispo, havia em cada sala de aula entre 15 e 20 adultos e adolescentes. Cerca de quatro salas de aula."*

O material destinado à educação de adultos não estimulava a reflexão e a análise da realidade do adulto analfabeto. A equipe

³³ O Norte de 07.02.1962.

do Departamento de Formação da Cultura questionava os métodos de ensino vigentes e procurava soluções de acordo com os seus objetivos.

Em junho de 1962, através do professor Germano Coelho do MCP do Recife, entrou em contato com o professor Paulo Freire, educador pernambucano que desenvolvia experiências para a criação de um método de alfabetização de adultos. A equipe constatou que o Método Paulo Freire lhe abria imensas perspectivas de criatividade e diálogo com os alunos, permitindo alfabetizar em tempo rápido. O Método correspondia às suas expectativas.

Em âmbito nacional, o trabalho com as massas começava a ser sinônimo de erradicação do analfabetismo e de sindicalização, o que foi determinante para os rumos que a instituição tomou. Este era o caminho que se lhe abria para atuar junto à população adulta. Verbas importantes eram previstas para o combate ao analfabetismo. Contudo, pouco depois, com recursos, pessoal e um método adequado, a CEPLAR passou a viver uma nova fase de sua história, concentrando sua ação na alfabetização de adultos e na cultura popular. As tentativas incipientes de profissionalização foram abandonadas. A ação junto às crianças no Grupo Raul Machado foi assumida pela equipe de professoras primárias do Estado ficando, até o primeiro trimestre de 1963, sob a supervisão da Campanha, especialmente, através de José Lustosa e Rosilda Cartaxo.

Não só a possibilidade de obter recursos foi determinante para a concentração dos esforços na alfabetização de adultos a partir do segundo semestre de 1962. Mais uma vez deu-se uma conjunção de fatores. A equipe coordenadora, no momento, era constituída sobretudo por pessoas com capacitação pedagógica. Sabe-se não haver aí nenhuma coincidência. Justamente por serem profissionais da educação, haviam criado aquela instituição e com a intenção explícita de atuar junto aos adultos. Fato que gerava um efeito circular. Essa capacitação e sensibilização para um trabalho com adultos, a tornava apta a atuar neste campo.

3. A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS PELO MÉTODO PAULO FREIRE

◆ O ENCONTRO COM PAULO FREIRE

Numa tarde de sábado do mês de junho de 1962, o encontro com Paulo Freire, em sua casa em Recife, durou algumas horas. Horas que bastaram para se decidir a ação que seria empreendida, logo depois, na área da educação de adultos. Ao contar com entusiasmo e convicção a experiência que acabara de realizar com 25 pessoas, ao apresentar as bases filosóficas do seu Método ainda em fase experimental e de pesquisa, Paulo Freire forneceu respostas aos questionamentos metodológico-políticos que emergiam do trabalho de alfabetização com os adultos da Ilha do Bispo.

Uma literatura importante existe hoje, no Brasil e no exterior, sobre o método Paulo Freire. Não será desenvolvido aqui o que outros já fizeram. Serão retomadas, todavia, as idéias essenciais que levaram a equipe, de imediato, a adotá-lo.

Na concepção de Paulo Freire, educação e realidade são dois elementos indissociáveis. Por um lado, a realidade é fonte de conteúdo para a educação e, por outro lado, a educação é um meio para decodificá-la e analisá-la nos seus aspectos sociais, econômicos e políticos. O desenvolvimento da capacidade de análise contribui necessariamente para o desenvolvimento da consciência crítica do adulto, levando-o a agir de modo consciente sobre essa realidade, modificando-a. A partir do momento em que age sobre o mundo, transformando-o, o adulto passa a ser sujeito e não objeto da sua história. **Dentro desta ótica, alfabetização e conscientização são dois aspectos de uma mesma ação.**

A partir daquele primeiro encontro com Paulo Freire, elaborou-se um plano de ação que abrangia treinamento de pessoal da CEPLAR pela equipe do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC)³⁴, dirigida por Paulo Freire, e aplicação de seu Método pela equipe da CEPLAR. Cerca de doze pessoas se-

³⁴ O Serviço de Extensão Cultural (SEC) foi criado em fevereiro de 1962.

guiaram, aos sábados, durante três meses, um curso sobre Realidade Brasileira e o Método, no Recife. Paralelamente, a equipe do Departamento de Formação da Cultura iniciava, em João Pessoa, o processo de implantação do Método: escolha de um grupo, pesquisa vocabular, escolha de palavras geradoras, criação de situações sociológicas,³⁵ de fichas roteiro para o coordenador, de fichas com famílias fonêmicas, de fichas de cultura, atividades explicadas mais adiante.

Para levar à prática seus princípios, Paulo Freire propunha uma nova concepção pedagógica onde o diálogo sobre a realidade concreta, sobre as situações existenciais, passa a ser o centro do processo educativo; onde a palavra escrita, o texto, só tem sentido dentro do contexto que lhe dá significado, que lhe dá conteúdo; onde os educandos não são receptáculos, mas "pesquisadores" críticos. Assim, para cada grupo social e profissional a ser atingido, a preparação pedagógica deveria partir do conhecimento da realidade sócio-econômica e profissional do educando, obedecendo à realização do que se chamava "as fases do Método." Paulo Freire define, assim, o significado dessas fases:

"1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará. Este levantamento é feito através de encontros informais com os moradores da área a ser atingida. São escolhidos os vocábulos mais carregados de sentido existencial e, por isso, de maior conteúdo emocional, mas também os falares típicos do povo. Suas expressões particulares, vocábulos ligados à experiência dos grupos, de que a profissional é parte.

2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado. Seleção a ser feita sob critérios: a - o da riqueza fonêmica b - o das dificuldades fonéticas (as palavras escolhidas devem responder às dificuldades fonéticas da língua, colocadas numa seqüência que vá gradativamente das menores às maiores dificuldades); c - o do teor pragmático da palavra, que implica numa maior pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política, etc.

3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais, típicas do grupo com quem se vai trabalhar. Estas situações funcionam como desafios aos grupos. São situações-problema, codificadas, guardando em si elementos que serão decodificados pelos grupos, com a colaboração do coordenador. O debate em torno delas irá, como o que se faz com as que nos dão o conceito antropológico de cultura, levando os grupos a se conscientizarem para que concomitantemente se alfabetizem.

³⁵ Os cartazes representando essas situações foram desenhados por Maria das Neves Arruda.

4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Essas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir.

5. A quinta fase é a elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.³⁶

Anteriormente a essas fases de preparação pedagógica que se repeteria cada vez que se abordasse um grupo de categoria profissional diferente, havia outra, comum a todos os grupos, onde se introduzia o conceito antropológico de cultura. Esta etapa situava, como dizia Paulo Freire, "*o papel ativo do homem em sua e com sua realidade*"; situava a cultura "*como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez, como o resultado de seu trabalho, de seu esforço criador e recriador [...] como sendo a aquisição sistemática da experiência humana*"; situava o papel do homem como "*sujeito e não como objeto*" do mundo em que vive.³⁷ Dez situações apresentando a relação do homem com a natureza, chamadas "fichas de cultura", compunham essa etapa. Cada uma delas permitia não só o debate sobre temas que desenvolvessem conceitos relativos à natureza, à cultura, ao homem como ser criador de cultura, mas também permitia que se estimulasse a confiança do adulto em si mesmo, nas suas potencialidades, na sua capacidade de aprender.

◆ AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O MÉTODO PAULO FREIRE

O primeiro grupo a ser alfabetizado pelo Método Paulo Freire, na CEPLAR, em setembro de 1962, foi o chamado "grupo das domésticas". Por que a escolha das domésticas? Membros da Juventude Operária Católica (JOC) estavam desenvolvendo um trabalho que muito repercutiu na classe média de João Pessoa: a sindicalização das empregadas domésticas. Suas dirigentes, preocupadas com o fato de suas associadas não conseguirem ler as circulares, ofereceram-se para constituir um grupo de alfabetizandas. Recrutadas segundo seu grau de interesse, a

³⁶ Freire, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967, pp. 112 à 115.

³⁷ Freire, Paulo. Conscientização e Alfabetização - Uma nova visão do Processo. Estudos Universitários. Revista de Cultura da Universidade do Recife, nº 4, abril-junho 1963, p.15.

experiência com elas realizada constituiu um verdadeiro evento dentro e fora da Campanha. **Alfabetizar um adulto em 40 horas era um desafio a ganhar pois a expectativa de muitos era grande.** Tendo Lígia Macedo como coordenadora (professora) do grupo, a experiência foi seguida e avaliada, diariamente, pela equipe. E, efetivamente, ao termo das 40 horas, as alfabetizandas conseguiam, embora ainda com dificuldade, decifrar o conteúdo de frases simples, escrever palavras e, com firmeza, seu nome. O desafio estava ganho. Referindo-se a essa experiência, Pe. Juarez Benício relembra: "*Constatei o entusiasmo das domésticas e me empolguei com seus comentários: Toda vez, diziam elas, que a carne vem enrolada no jornal, a gente está entendendo o que diz o jornal.*"

Esse grupo foi para Paulo Freire e sua equipe um terreno de observação e de avaliação pois era o quarto grupo em que se aplicava o seu Método e o primeiro a ser realizado por pessoas externas à sua equipe. No artigo "Conscientização e Alfabetização, uma nova visão do Processo", anteriormente citado, Paulo Freire, apresentando o resultado de suas primeiras experiências, refere-se ao trabalho realizado com a equipe da CEPLAR e situa o início desse trabalho logo após a sua experiência com o grupo de 25 pessoas: "*Por outro lado, antes mesmo desta fase³⁸ preparamos um grupo de jovens que compõem a Campanha de Educação Popular de João Pessoa, Paraíba, que aplicando naquela cidade o Método, conseguira os mesmos resultados. A CEPLAR hoje em ligação com o MEC, e o Governo da Paraíba, está com 10 círculos de cultura em funcionamento, cujo andamento observamos. E se prepara para lançar mais dez.*"³⁹

O êxito da experiência estimulou a sua ampliação embora recursos específicos ainda não existissem para esse fim. Cinco novos Núcleos de Alfabetização foram implantados em três bairros: Ilha do Bispo, Varadouro e Torre, sobretudo, para operários. Em função da especificidade dos novos grupos, retomava-se o processo de preparação pedagógica das aulas, de acordo com as fases do Método.

Para ilustrar o que significava essa preparação pedagógica, segue um resumo do que foi feito em função dos grupos de operários dos três bairros acima mencionados: Em seguida à realização da pesquisa vocabular, escolheram-se as palavras geradoras a serem utilizadas, ordenando-as em função das dificuldades fonêmicas e de seu conteúdo social. Simultaneamente, projetaram-se, graficamente, as situações sociológicas correspondentes aos vocábulos escolhidos. Algumas dessas

³⁸ Por "desta fase", Paulo Freire refere-se à sua atuação em Recife, após o grupo de 25 pessoas, no quadro do Programa de Emergência do ministro Darcy Ribeiro.

³⁹ Estudos Universitários - Op. cit. p.19.

situações, trabalhadas com os grupos durante o processo de alfabetização, são apresentadas abaixo a título de exemplo:

- 1) A palavra lata, e todo o debate havido em torno dela, inspirou a reconstrução de uma cena de um operário trabalhando na construção civil. O desenho representava um pedreiro subindo numa escada com uma lata d'água ou de cimento na cabeça.
- 2) Em torno das palavras povo e fome reconstruiu-se uma feira livre.
- 3) Com a palavra dinheiro criou-se uma cena em que operários faziam fila diante de um guichê para receber seu ordenado.
- 4) As palavras bola e jogo eram associadas imediatamente ao futebol. Assim representou-se um jogo de futebol.

Como já foi dito, as palavras eram também apresentadas em fichas, à parte, acompanhadas da família fonêmica de cada uma delas. Isto permitia ao grupo criar outras palavras: lata

la le li lo lu

ta te ti to tu

Este processo ia se diversificando e complicando de modo a familiarizar os alfabetizandos com as dificuldades básicas do português. As duas primeiras famílias fonêmicas logo passavam a ser 3, 4, 5 multiplicando a possibilidade inventiva do coordenador e do grupo. Da simples criação de palavras novas passava-se logo à inserção das palavras em frases, criadas pelo grupo ou representativas do debate constante com esse. Por exemplo: "*O sapateiro usa a pedra de amolar. A fome é crime social. Deus condena a fome. O privilégio provoca briga.*"⁴⁰

As aulas iniciavam-se pelo debate da situação. Para orientar a discussão foram organizadas, "fichas roteiro" em que se propunham temas relacionados com o problema vivenciado pelo grupo. As fichas que acompanharam as situações, aqui citadas, foram as seguintes:

1. *Casa em construção*
 - *Conceituação do homem :*
 - a) *ser racional, pensa, cria e transforma*
 - b) *instrumento de transformação, o trabalho.*

⁴⁰ Cópia do documento original.

O trabalho do homem tem se revestido em benefício dele? Libertando-o? Escravizando-o?

- *Trabalho como um direito de todos :*

a) *o progresso, fruto do trabalho, se destina ao homem*

b) *o trabalho deve dar condições de vida a todos.*

- *Dignidade do trabalho: todo trabalho é digno, no entanto ele não está dando condições de dignidade ao homem.*

2. *Uma feira:*

- *Conceito de povo*

- *Conceito de classes sociais*

- *A feira e as classes sociais - contrastes*

- *Fome, carestia, poder aquisitivo*

- *Sistema de produção*

3. *Operários recebem dinheiro:*

- *Relações trabalho, capital e salário*

- *Salário absorvido pela inflação*

Solução: participação no comando e no lucro das empresas.

4. *Campo de futebol*

- *Diversão, valorização*

- *Profissionalização - Malandragem*

- *Comercialização*

- *Alienação (peleguismo)⁴¹*

Fazia parte desta preparação um documento de orientação para o coordenador. Nele se insistia para não apresentar soluções ao grupo e partir sempre de perguntas do tipo por quê? onde? como? quando?

Com o método Paulo Freire o adulto trazia para dentro da sala de aula seu mundo, suas preocupações. Não lhe era pedido repetir, mecanicamente, frases cujo conteúdo eram-lhe, no mínimo, estranho, como por exemplo "o vovô viu a uva", frase que, de

⁴¹ Cópia do documento original.

tanto citada, tornou-se típica dos textos que se costumavam propor aos adultos analfabetos de então. **A alfabetização não era só a capacitação à leitura e à escrita. Aliava-se a esse objetivo a reflexão sobre a situação econômica e política do país, dentro do contexto e das análises da época.**

Os cinco novos grupos de alfabetização começavam a funcionar enquanto a situação do primeiro, considerado como alfabetizado por volta de 40 horas, inquietava a equipe responsável. A aprendizagem parecia frágil e, ao seu ver, seria rapidamente perdida, se não houvesse uma **etapa de consolidação**. Porém, como consolidar dando continuidade à primeira etapa do Método? Com que conteúdo? De que forma? Tornava-se urgente encontrar uma resposta a essas perguntas, pois o problema se colocaria rapidamente com relação aos outros grupos. A idéia de um livro de textos simples mas ricos em conteúdo, em torno do qual se aprofundariam os conhecimentos dos alfabetizandos e se consolidariam suas aquisições foi, poucos meses depois, concretizada num livro intitulado *Força e Trabalho*. Essa idéia interessou a equipe do SEC que pensou integrá-la na terceira fase do Sistema Paulo Freire, em elaboração por ela, naquele momento.

Jarbas Maciel, no seu artigo "Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire," publicado na revista já citada, apresenta essa contribuição: *"Por enquanto, basta-nos comentar que, ajudados pela equipe da CEPLAR [...] aceitamos a sua excelente sugestão de que a etapa de educação primária deveria toda ela girar em torno de um livro, que seria uma antologia, uma espécie de "manual de capacitação cívica". O homem, depois de alfabetizado, está em condições de ler e escrever. Se a cartilha havia sido totalmente eliminada, tendo sido colocados em seu lugar bilhetes e cartas escritas pelos próprios adultos agora se fazia necessária a utilização de seu novo instrumental intelectual através de um livro bem programado que mantivesse e garantisse a continuidade do "processo de educação integral". Significativamente, a equipe da CEPLAR escolheu para tema do primeiro "manual de capacitação", o título sugestivo e profundamente bem intuído, [...] de "Força e Trabalho."⁴²*

Não só com o objetivo de observar o Método contou-se com a presença da equipe do SEC na CEPLAR. Esta serviu-lhe também como campo de estudo sociológico. Pierre Furter, professor suíço que compunha aquela equipe, realizou pesquisas sobre os trabalhos que nela se desenvolviam.

⁴² Revista Estudos Universitários, op cit. pp.27 e 33.

No primeiro trimestre de 1963, quando a instituição ampliava suas atividades de alfabetização de adultos integrando o Programa Educacional de Emergência do Ministério da Educação, Paulo Freire e sua equipe haviam começado a aplicar o Método na cidade de Angicos, no vizinho Estado do Rio Grande do Norte e a responder às solicitações vindas de outros Estados do Brasil. A partir de então, os encontros com a CEPLAR passaram a ser meramente ocasionais.

4. A CEPLAR E O PROGRAMA EDUCACIONAL DE EMERGÊNCIA DO MINISTRO DARCY RIBEIRO

Neste capítulo e no seguinte, relatamos a experiência pedagógica da CEPLAR em seus dois períodos de expansão, e as pressões que a entidade enfrentou. Elementos de reflexão crítica sobre o trabalho com o Método Paulo Freire e de análise sobre a luta ideológica interna são apresentados no capítulo sete.

◆ A INTEGRAÇÃO NO PROGRAMA EDUCACIONAL DE EMERGÊNCIA

No segundo semestre de 1962, para a execução do Plano Nacional de Educação que visava melhorar quantitativa e qualitativamente o ensino primário e médio no Brasil, bem como a alfabetização de adultos, **vultosos recursos foram destinados à educação**. Ao Programa Educacional de Emergência do ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro, criado por decreto em setembro de 1962, foi destinada uma verba de um bilhão e meio de cruzeiros. Em vista da aplicação dessa verba, o Ministro convocou os governadores de Estado para um encontro em Brasília, no dia 3 de outubro de 1962. No discurso de abertura desse encontro o presidente da República, João Goulart, apresentou os objetivos do Programa de Emergência, ressaltando, entre eles, a **erradicação do analfabetismo** no país, objetivo que pretendia atingir a curto prazo, unindo iniciativa particular, administrações regionais e o governo federal. O presidente assinalou ainda "que o atual *Plano Educacional de Emergência* representa apenas a primeira fase do *Plano Nacional de Educação* que o seu governo levava avante, procurando descentralizar o ensino de todas as tradições arcaicas que dificultam o desenvolvimento cultural do país."⁴³

⁴³ Como consta no artigo publicado pelo jornal Correio da Paraíba de 03.10.1962.

Nesta ocasião, foram assinados convênios entre as Secretarias de Educação e Cultura dos governos estaduais e o governo federal. Para garantir a concretização e a eficiência desse programa, foi criada a Comissão de Assistência às Fundações Educacionais (CAFE), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, que sugeriu aos secretários da educação dos estados e territórios a criação de fundações educacionais novas e ofereceu assistência técnica. Com tal medida, o governo federal visava coordenar o trabalho com as muitas fundações já existentes, que dele recebiam ajuda, e incentivar a criação de outras. A partir deste momento, **o esforço de alfabetização, no Brasil, se acelerou e assumiu um ritmo vertiginoso.**

No dia 13 de dezembro de 1962, a convite da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, na pessoa do seu secretário Nominando Diniz, a CEPLAR participou de uma reunião no Palácio do Governo em que estavam presentes o governador do Estado, representantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento e do Ministério da Educação,⁴⁴ para discutir a aplicação das verbas consignadas à Secretaria de Educação para a execução do Programa de Emergência do MEC na Paraíba. Nesta ocasião, dirigentes da CEPLAR expuseram os trabalhos que vinham sendo realizados pela Campanha e apresentaram um projeto de expansão dos núcleos de alfabetização, no qual previa-se alfabetizar 360 pessoas a cada dois meses, pelo Método Paulo Freire. Parte do montante das verbas destinadas à escolarização do Estado lhe foram outorgadas ficando, assim, assegurada a sua participação no Programa de Emergência do Ministério de Educação. O jornal *Correio da Paraíba* refere-se a esta decisão: "*O Plano de Emergência prevê a aplicação de recursos num montante de Cr\$ 58.940.000,00* (na Paraíba). *"Sessenta por cento desses recursos serão destinados a serviços de construção e reconstrução de unidades escolares. Os restantes quarenta por cento serão destinados à escolarização dentro do seguinte critério de distribuição: 7.200.000,00 para o ensino supletivo[...] e 15.668.720,00 assim divididos: CEPLAR - 4.700.616,00 (30%), COPE e DERSP - 5.484.052,00, Depto de Educação - 5.484.052,00.*"⁴⁵

Para se beneficiar desses recursos e, em atendimento à sugestão da CAFE, a CEPLAR reformulou seus estatutos passando, após aprovação do Conselho Deliberativo, reunido para esse fim no dia 19.2.1963, a denominar-se Fundação Campanha de Educação

⁴⁴ Extrato do documento de defesa de quatro membros da CEPLAR. Doc. cit.

⁴⁵ Correio da Paraíba de 14.12.1962. Negrito das autoras.

Popular em vez de Associação. Os novos estatutos só foram publicados no Diário Oficial de 20 de abril de 1963.

◆ A ALFABETIZAÇÃO E A FORMAÇÃO POLÍTICA DE ADULTOS

Com a integração da CEPLAR no Programa de Emergência, o trabalho assumiu um ritmo acelerado. Era necessário formar novos professores, implantar novos núcleos, garantir o seu funcionamento, sua renovação cada dois meses e a consolidação dos precedentes. Em dezembro de 1962, através do jornal *A União*, lançou-se um apelo às pessoas interessadas pela problemática da educação e realizou-se um curso de sensibilização sobre a realidade brasileira e o Método Paulo Freire: "Campanha de Alfabetização : CEPLAR Iniciará Em Janeiro- A Campanha de Educação Popular [...] acatando o Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, fará realizar, a partir de janeiro próximo, nos bairros da Ilha do Bispo, Torrelândia e Varadouro, importante campanha de alfabetização[...]. Para proveito dos trabalhos, os dirigentes da CEPLAR estão convidando aos universitários, secundaristas, voluntários e demais pessoas interessadas na educação do povo, a participarem do curso de preparação que se iniciará a 2 de janeiro, obedecendo ao seguinte programa[...]: 2- 14hs. Visão crítica da realidade brasileira - Ronald Queiroz; 3- 9hs,(manhã) A realidade brasileira e o analfabetismo - Prof. Paulo Freire da Universidade do Recife; 4- 14hs A alfabetização num país subdesenvolvido -Wilson Marinho; 7- 14hs. Um novo método e uma nova técnica - M. das Dores Oliveira; 19hs. Uma experiência prática - Lígia Macêdo; 8- 14hs. Alfabetização e educação - Isa Guerra; 9 - Planejamento."⁴⁶

Muitos responderam ao apelo, sobretudo, universitários das Faculdades de Filosofia, de Engenharia e da Escola de Serviço Social. Alguns integraram-se como coordenadores de núcleos de alfabetização, outros como animadores de núcleos de debate (que então passaram a ser chamados círculos de cultura ou círculos populares), outros ainda como participantes da reflexão conjunta. Os animadores eram voluntários. Os coordenadores eram assalariados da CEPLAR e recebiam o correspondente a meio sa-

⁴⁶ A União de 21.12.1962.

lário mínimo, soma que representava, como assinalam alguns dos entrevistados, "uma contribuição para o orçamento da família" ou "uma ajuda para seus gastos pessoais", como o afirmam outros.

Desenvolveu-se um intenso trabalho de concepção, de preparação de material didático,⁴⁷ de seleção e treinamento de professores e de implantação de núcleos. Implantar núcleos de alfabetização significava ir aos bairros, entrar em contato com as organizações existentes: associações operárias e benéficas, clubes esportivos, grupos de inspiração religiosa (católica, espírita, protestante). Significava encontrar locais e equipamento, associar líderes e pessoas interessadas e responsabilizá-las, também, pela organização do trabalho, pela informação ao público, pela inscrição dos alunos. Se em alguns lugares era necessário negociar o projeto de alfabetização, em outros recebiam-se ofertas para realizá-lo. Os moradores do bairro que colaboravam com a Campanha participavam, periodicamente, das reuniões de avaliação do andamento do trabalho.

A **formação dos coordenadores** de grupos constituiu uma das atividades mais importantes desse período. A **qualidade pedagógica era a garantia da validade da experiência**. Quem havia optado para ser coordenador recebia uma formação específica cuja programação compreendia metodologia do ensino, abrangendo aspectos ligados à aplicação do Método Paulo Freire (filosofia, técnica, estruturação das aulas, utilização do material visual); psicopedagogia, compreendendo reflexão sobre a realidade do público a alfabetizar e a atitude do coordenador face ao grupo; observação de aulas (sejam aquelas dadas em permanência na sede, sejam aquelas já existentes nos bairros) e sua consequente análise. A formação partia do conhecimento e da prática pedagógica dos participantes, da referência à realidade conhecida, nelas integrando-se elementos teóricos para complementação e aprofundamento. O trabalho individual e de grupo, a experimentação e a análise, estavam na base dos métodos utilizados pelos formadores.

Sendo a alfabetização vista como um meio para levar as pessoas à uma consciência crítica da realidade, não se entendia a formação dos coordenadores apenas do ponto de vista técnico e metodológico. Cursos de "Realidade Brasileira" eram propostos, nos quais procuravam-se dar informações sobre a problemática nacional e elementos conceituais básicos das ciências sociais (economia, política, sociologia).

⁴⁷ As situações sociológicas passaram a ser projetadas para "slides" (além de cartazes) e foram,

a partir desse momento, desenhadas por Artur Cantalice e José Leonardo.

Essa formação inicial se prolongava e se aprofundava na ação, através de uma supervisão frequente pela equipe do Departamento de Educação Fundamental e seus supervisores,⁴⁸ e da criação de uma dinâmica ação-reflexão. Após visitas aos cursos os supervisores reuniam-se, na sede, para tratar e avaliar os problemas encontrados. Como esta era uma experiência nova de educação, **as soluções às dificuldades emergentes da praxis eram encontradas na dinâmica ação-reflexão, reflexão-ação** e passavam a integrar a prática pedagógica comum. Abigail Lopes, normalista na época e coordenadora no bairro de Cruz das Armas, relembra em sua entrevista: "*Uma vez por semana os diferentes coordenadores reuniam-se na sede da CEPLAR, onde fazíamos uma avaliação do que tinha sido feito nas aulas, estudávamos novas propostas pedagógicas e recebíamos orientação.*"

Questões ligadas à metodologia, ao ritmo e à fixação da aprendizagem, à evasão escolar, eram estudadas. Levar os educandos a compreender o mecanismo da leitura numa língua como o português e a iniciar o processo de aquisição em 40, 50 horas era, efetivamente, uma realidade. Porém, essa aprendizagem era frágil e insuficiente. Colocava-se a questão da sua fixação. Para isso, artifícios pedagógicos eram propostos e utilizados nos núcleos com o objetivo de motivar e incentivar a prática da leitura. Por exemplo, descobrir nos seus trajetos indicações, publicidades (para o meio urbano), mensagens escritas e restituí-las em aula; procurar nos jornais, em panfletos, títulos, informações diversas de interesse individual ou coletivo e trazê-las ao curso; utilizar a literatura de cordel, e outros meios. Os adultos, que a nível profissional eram habituados a fazer trabalhos pesados, tinham muita dificuldade com a escrita. Meive de Gadê Negócio, na época secundarista e coordenadora no bairro do Róger, comenta em sua entrevista: "*Lembro bem que aquele grupo do Róger, de trinta alunos, se destacou porque em pouco tempo os alunos estavam lendo. Mas para a escrita, havia uma dificuldade pra pegar no lápis por conta da mão. Era aquela mão grossa, pesada, por causa do tipo de trabalho. Mas a gente fazia exercícios, eles faziam bastantes exercícios com as mãos e terminavam conseguindo dominar o gesto.*"

Os participantes aprendiam a ler seu nome, frases e textos simples. Embora a leitura fosse ainda balbuciente e também limitada sua capacidade de escrever, o nome escreviam com segurança, o que era, sem dúvida, uma conquista. Aumentava o auto-respeito de muitos. O caso narrado por Adauto Ramos, na época aca-

⁴⁸ Denominação dada ao Departamento de Formação da Cultura quando da mudança da CEPLAR de Associação para Fundação.

dêmico de odontologia e coordenador no bairro de Oitizeiro, não constituía uma exceção: "Este senhor tomava conta da entrada de algum material na fábrica. Uma vez ele me falou que foram entregar o material e levaram a almofada pra tirar as impressões digitais, aí ele disse: "Não precisa, sei assinar meu nome". Eu sentia que ele estava orgulhoso, satisfeito. Para mim foi gratificante. Isto foi o que mais me marcou ."

Para conhecer as causas da evasão, por exemplo, e tentar diminuí-la, medidas foram tomadas em conjunto com os coordenadores. Uma delas consistiu em visita aos alunos ausentes. Continuando seu depoimento, Adauto Ramos reitera essa afirmação: "Variava muito o número de alunos. Na base de uns 20. Havia a orientação de, quando o aluno faltasse, ir procurá-lo nos sábados. Eu fiz isto. Alguns voltavam. Às vezes, a gente ia à noite mesmo. Lembro de um que trabalhava na fábrica de cimento. Cansado, faltou. Fui visitá-lo, voltou." Uma outra medida tomada, mais tarde, foi a decisão de envolver cada vez mais as organizações populares na execução das atividades. Juarez Macêdo, um dos presidentes da CEPLAR, no seu depoimento ao jornal *A União*, enfatiza esta problemática e confirma essa decisão: "Devo dar ênfase especial ao problema da frequência, pois a obtenção do resultado médio de 40 aulas para cada analfabeto estará na dependência da assiduidade que os sindicatos venham assegurar no processo de alfabetização."⁴⁹

Sobressaem dos testemunhos as seguintes causas da evasão: para uns, o cansaço era a razão primordial da ausência às aulas, o que os impossibilitava suportar o ritmo diário exigido pelo Método. Para outros, e isto acontecia sobretudo com as pessoas mais idosas, desde que aprendiam a assinar o nome, tinham atingido o seu objetivo. Para outros ainda, a mobilidade, o trabalho instável, os conduziam a interromper o estudo. Apesar de a evasão escolar ter sido um problema importante em certos grupos, não chegou a impedir que esses continuassem.

Mas, como assinalado acima, à **insuficiência dos conhecimentos adquiridos, juntava-se sua fragilidade**. Esses dois problemas de caráter pedagógico da maior importância, pediam respostas imediatas que foram concretizadas na elaboração do livro *Força e Trabalho*,⁵⁰ já citado, a partir do qual se deveria constituir uma nova fase do Método. Seu objetivo era servir de base à uma formação global, considerada nos seus aspectos linguísticos (interpretação de textos, gramática, ortografia), "cívico" (os textos

⁴⁹ *A União* de 28.08.1963.

⁵⁰ Livro elaborado por Dorinha de Oliveira, Iveline Lucena e Ligia Macedo (parte de conscientização); Heloísa H. Cavalcanti e Maria do Carmo Campos de Araújo (Marily) (parte de textos).

apresentavam noções básicas de legislação trabalhista, história da Paraíba, do Brasil), de cultura geral (geografia, noções de economia) e de matemática (cálculo). Pretendiam-se transmitir informações julgadas indispensáveis para uma formação conscientizadora, vinculadas à realidade e dela partindo. No artigo, já citado, de Jarbas Maciel, lê-se ainda: *"A terceira etapa do Sistema - também fase atual de atividade do SEC, em experiência conduzida pela equipe da CEPLAR [...], em João Pessoa - é o ciclo primário rápido. Nesta etapa, uma vez alfabetizado, o adulto começará a ler pequenas antologias de textos reduzidos a universos vocabulares limitados e a estudar em "pequenos manuais de capacitação cívica", sugeridos pela equipe da CEPLAR, nos quais encontrarão noções básicas de legislação do trabalho, geografia, economia, sindicalismo etc."* Heloísa Helena Cavalcanti de Albuquerque,⁵¹ no seu depoimento, comenta sobre a estrutura desse livro: *"O livro era constituído de duas partes: uma de conscientização, que servia de orientação para o coordenador, composta de questões básicas que ajudaria o debate na sala de aula. Esta parte estava diretamente ligada à segunda, composta de textos e exercícios que permitissem, para o aluno, a fixação e o desenvolvimento da leitura e da aprendizagem. Muitos dos textos foram baseados nas discussões com os grupos durante a primeira fase da alfabetização, e cada tema de leitura "casava" com um tema de debate para conscientização."*

O título "Força e Trabalho", não foi escolhido por acaso. Lígia Macedo, em sua entrevista, explica bem o porquê da sua escolha: *"O tema "Trabalho" não poderia deixar de existir, pois o curso era dado a trabalhadores os quais unidos constituíam a grande "Força" do país, a máquina humana que o fazia mover e que pela primeira vez eram tomados em conta, sem fins eleitoreiros e por eles mesmos."* Com o livro, dava-se continuidade ao esforço de partir da experiência do povo, ao mesmo tempo em que se procurava comunicar informações que, até então, não lhes eram acessíveis. Aplicado em fase experimental em alguns grupos, revisto, modificado, esse livro estava para ser editado em início de abril de 1964, na Imprensa Oficial de *A União*, já com autorização escrita do governador do Estado, quando os acontecimentos de março de 1964 o impediram. Esta fase do Método Paulo Freire, proposta pela CEPLAR, não pôde ser concluída nem avaliada.

Em fevereiro de 1963, 10 núcleos de alfabetização estavam em funcionamento, 20 em julho, em seis bairros da capital: Ilha do Bispo, Tôrre, Varadouro, Róger, Santa Júlia, Cruz da Armas.

Neste mesmo período, **cursos de pós-alfabetização** para os que já haviam se alfabetizado, compostos sobretudo de jovens, se

⁵¹ Membro do Departamento de Educação Fundamental a partir de 1963.

desenvolviam nos três primeiros bairros. Estudava-se história, geografia do Brasil, história universal e datilografia. (Reencontra-se aqui uma preocupação insipiente com a qualificação dos jovens para o mundo do trabalho.)

Todas essas atividades exigiam da equipe dirigente uma dinâmica muito grande. Enquanto supervisionava os grupos em andamento, preparava a instalação de outros. Enquanto aprofundava, na ação, a formação dos professores, fazia-se necessário formar outros. Enquanto elaborava projetos, negociava a obtenção de novos recursos em pessoal ou material junto ao governo. Enquanto seguia a marcha dos trabalhos, viajava ao Rio para encontrar o ministro, na luta pela liberação das verbas prometidas.

O impacto criado na cidade pela aplicação do Método Paulo Freire favoreceu e intensificou os contatos da Campanha com outras entidades e organizações profissionais, permitindo o desenvolvimento de suas atividades em diversas áreas. Assim, **parallelamente à alfabetização, ampliou-se o debate político** para o mundo sindical e operário **através dos círculos de cultura** e para setores mais amplos da sociedade de João Pessoa **através dos cursos sobre Realidade e Cultura Brasileiras**.

Edgar Florenço da Silva, na época membro do Sindicato do Comércio e de Vendedores Ambulantes, em resposta à pergunta, como conheceu a CEPLAR, relata: "*Meu primeiro contato foi assistindo uma palestra da moça Isa Guerra,⁵² no Círculo Operário de Jaguaribe. Eu achei aquilo importante, falando sobre a situação do camponês, do trabalhador operário, aquelas crises, aquelas dificuldades..., foi ali pelos anos 62, 63. Lembro de uma peça de teatro que a CEPLAR apresentou no Círculo e que queria mostrar mais ou menos que a fábrica brasileira, quando lançava um produto, o americano lançava o mesmo, muito melhor e muito mais barato em cima do nosso. Então nossa tendência era ir à falência.*" Os círculos de cultura, muito ligados ao Departamento de Arte e Divulgação, com a colaboração de Isa Guerra adquiriram uma dinâmica própria contribuindo para a ampliação da área de influência da Campanha. Foram atingidos não só o meio operário, através de seus sindicatos, mas também o meio rural através das Ligas Camponesas. Em meados de 1963, uma importante manifestação com o objetivo de debater temas ligados à situação econômica e política do Brasil e do Nordeste, reuniu um grande número de sócios e adeptos das Ligas e de sindicatos, intelectuais, estudantes e profissionais de várias áreas. Realizado numa

⁵² Isa Guerra, estudante de Serviço Social, líder universitária e vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba, em 1961.

ampla sala situada num dos edifícios do "Ponto Cem Réis", no Centro de João Pessoa, membros da CEPLAR e personalidades do mundo intelectual intervieram e animaram os debates que se prolongaram até tarde.

Para o público mais amplo, multiplicaram-se os cursos sobre realidade brasileira. Alguns deles, com duração de dois, três meses, foram promovidos em colaboração com outras instituições, tais como a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), a Universidade e, sobretudo, a Associação Paraibana de Imprensa (API). A seguir, um exemplo desses cursos, publicado pelo jornal *Correio da Paraíba*: "*Destinado a professores, universitários e alunos do segundo ciclo colegial, a CEPLAR dá início, a partir da próxima quarta-feira, ao Curso de Introdução à Cultura Brasileira. O curso será ministrado entre 20 de março e 5 de junho, com aulas diárias, às 20 horas, no auditório da API. As matérias são História do Brasil, Sociologia, Economia, Ciência Política, Literatura, Arte e Cultura Popular, e os professores, Laurindo Marques de Albuquerque, Wills Leal, José Rodrigues Lustosa, Ronald de Queiroz, Heitor Cabral, Otacílio Nóbrega, Juarez Batista e Francisco Assis.*"⁵³

Além disso, a Campanha recebeu convites para intervir em seminários, painéis, organizados por outras instituições, como consta de nota do mesmo órgão de imprensa: "*A Semana de Estudos Sociais, que está sendo promovida e coordenada pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais - Secção da Paraíba - prosseguiu ontem, com a apresentação de um painel sobre educação popular, por uma equipe de jovens que orientam o trabalho da CEPLAR. Falaram Lenita Peixoto, que coordenou a exposição do temário; Maria das Dores Paiva, Iveline Lucena, Isa Guerra, Rosilda Cartaxo e Lígia Macêdo.*"⁵⁴

Nestas atividades (círculos de cultura, cursos e palestras) encontravam-se todos os departamentos da CEPLAR, além de ser o momento, por excelência, de sua ação conjunta com as demais instituições.

Vivia-se uma dinâmica de trabalho com um elevado grau de criatividade e colaboração. A dedicação das pessoas era tamanha que apesar dos poucos recursos grande parte da população da Capital tinha sido atingida, já em meados de 1963, pelas ações realizadas no campo da Educação Popular.

O Programa de Emergência e a forma como foi aplicado é um bom exemplo não só da rapidez com que as coisas se davam no Brasil de então, como também da mentalidade desburocratizante das autoridades governamentais, aliada à sua sensibilização pela

⁵³ Correio da Paraíba de 30.05.1963.

⁵⁴ Idem, de 31.05.1963.

problemática social. Estava na consciência dos governantes a necessidade de gerar meios, mecanismos que fizessem com que a ação não ficasse emperrada, à espera de tramitações burocráticas. Criar instituições novas, quando percebem que as existentes são uma barreira a seus projetos, é prática comum aos que governam. A diferença era o caráter do empreendimento: a erradicação do analfabetismo e o fato de as autoridades estimularem e facilitarem as mudanças burocráticas no interesse das chamadas classes desfavorecidas, em vez de colocar entraves à ação, como é comum fazerem quando querem pôr obstáculos aos movimentos sociais.

Para a CEPLAR, mais do que uma resposta a um apelo de um ministro, sua integração nesse Programa era um resultado natural de sua sintonia com o momento político. O lançamento do Programa de Emergência, no segundo semestre de 1962, a rapidez das decisões não foram, seguramente, atos do acaso. As forças progressistas estavam empenhadas em contribuir para aumentar o número de eleitores, alfabetizando o maior número possível de adultos, para ampliar o eleitorado consciente, procurando desequilibrar os currais eleitorais, dar um golpe no tradicional voto de cabresto. Vale a pena reafirmar que, dos trinta milhões de brasileiros de mais de dezoito anos, somente doze milhões tinham votado nas últimas eleições.⁵⁵ Ao fazer tais comentários não se pretende reduzir o Programa de Emergência a uma iniciativa de cunho eleitoreiro. Esse investia na educação primária, pretendia atingir os adolescentes entre 14 e 18 anos e teve repercussões que ultrapassaram seus objetivos.

Ao estimular a confiança na determinação das autoridades de investir na elevação do nível cultural do povo, criou um clima que permitiu à CEPLAR desenvolver, também, seus trabalhos de cultura popular em várias frentes.

⁵⁵ UNE. Cadernos de Coordenação Universitária, 2. Op. cit.

◆ O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE CULTURA POPULAR

Os movimentos de cultura popular nasceram, no Brasil, no início da década de 60, com uma visão globalizante da cultura popular. Nela incluía-se a educação, especialmente a alfabetização de adultos, com um dimensionamento político, as expressões artísticas (teatro, música) e culturais (publicações, festas populares), trabalhadas dentro de uma ótica popular. Procurava-se uma aproximação com as expressões culturais do povo: sua música, suas danças, seu teatro, sua poesia, seus folhetos. O produto dessa aproximação deveria resultar numa cultura popular mais elaborada, apresentar qualidades artísticas reais e, ao mesmo tempo, oferecer um conteúdo imbuído de discurso político. Esse discurso ou estava presente no próprio produto apresentado (teatro, música), ou, por sua própria natureza (um retrato próximo da vivência do povo), prestava-se ao debate dos problemas políticos e sociais. Na CEPLAR, um dos primeiros movimentos de cultura popular do Nordeste, essa busca de aproximação marcou toda a sua existência. **Unir valorização da identidade popular (sua linguagem, sua produção artística) com a luta pela melhoria das condições de vida a nível individual e coletivo**, representou o grande esforço de todos aqueles que fizeram a Campanha.

Desde a sua criação, as atividades ligadas à cultura popular constituíram um instrumento importante na comunicação com as massas populares, um meio para estimular e aprofundar o debate político. Mas não satisfaziam do ponto de vista da qualidade da produção. Faltava pessoal habilitado para assumir essa tarefa.

No início de 1963, Paulo Pontes, radialista profissional e teatrólogo, propôs-se desenvolver um trabalho de cultura popular. Assumiu a direção do recém-criado Departamento de Arte e Divulgação⁵⁶ e integrou, assim, a equipe de direção. Deu grande dinamismo a esse departamento, promovendo atividades culturais e artísticas em várias áreas. Em sua entrevista ao jornal *Correio da Paraíba*, apresentou o programa que desenvolvia, nos seguintes termos: "A CEPLAR organizou, também, um Departamento de Arte e Divulgação, que se propõe complementar o plano de

⁵⁶ Criado quando da mudança da CEPLAR de Associação para Fundação.

*alfabetização, encenando peças de teatro, programas de rádio, composição de música de motivos regionais e publicação de livros e folhetos populares.*⁵⁷

Tendo reunido em torno de si, artistas e jornalistas sensibilizados pela causa popular e ampliado a participação de estudantes e jovens dos bairros, Paulo Pontes desenvolveu, simultaneamente, as atividades acima mencionadas. Com sua equipe, organizou e administrou cursos para locutores de rádio destinados a difundir os programas da Campanha na Rádio Tabajara, emissora oficial do Estado, que promovia emissões em adequação ao momento político. O jornal *A União* noticiou esse acontecimento: "Recentemente, a CEPLAR realizou um curso de treinamento especial de locutores destinado aos seus programas de natureza cultural e didática mantidos pela Rádio Tabajara da Paraíba. Os aprovados já estão atuando na emissora oficial com apreciável rendimento."⁵⁸ Paulo Pontes, que tinha trabalhado na Rádio Tabajara, conseguiu um espaço para a CEPLAR. Produziu dois programas diários: um jornal da manhã, chamado "Na ordem do dia", que apresentava informações, notícias de caráter social, cultural e político, ligadas aos acontecimentos a nível estadual, regional e nacional; e um programa noturno, chamado "Disco na Balança", de caráter puramente cultural. Como afirma Everaldo Junior, que acompanhou Paulo Pontes em todas as manifestações do Departamento de Arte e Divulgação, "este era um programa de música popular em que se colocava um disco e aquela música era debatida com o povo. Era vista a harmonia, o ritmo, a dimensão artística daquela música". Junior continua explicando que "não se adotaram, para essas emissões, as produções do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (União Nacional dos Estudantes), como por exemplo a Canção do Subdesenvolvido, a Canção da Legalidade, nem as do MCP do Recife", que na mesma época desenvolvia um trabalho nesse campo. "Estas eram vistas, analisadas. O que se fazia na CEPLAR era tentar criar algo próprio, era fazer da Campanha a expressão mesma da cultura do povo, partindo dela e enriquecendo-a." Criatividade e originalidade marcaram esse esforço de produção. Músicas de compositores e artistas populares nordestinos, "escolhidos pela sua pureza na maneira de contar, na construção das melodias, nas células rítmicas, nos tipos de instrumentos, [...] nos motivos dos textos", como dizia Pedro Santos, compositor e músico paraibano que colaborava também com a Campanha,⁵⁹ eram colocadas "na balança" e submetidas à crítica popular. Por

⁵⁷ Correio da Paraíba de 05.03.1963.

⁵⁸ A União de 10.04.1963.

⁵⁹ Correio da Paraíba de 16.03.1963.

telefone, os ouvintes opinavam e as músicas eram analisadas e classificadas. **A rádio representava, naquele momento, o meio de comunicação popular por excelência e foi aproveitado como tal.** Adalberto Barreto, em sua entrevista, referindo-se ao período em que dirigia a Radio Tabajara, dá ênfase a esse fato afirmando: "*Nós vivíamos, naquela época ainda, o grande domínio do rádio; nós não tínhamos concorrência aqui de televisão, então isso deu uma amplitude muito grande ao nosso trabalho baseado nessa liberdade de criação [...]; nós fizemos os grandes concertos populares e se tentava conciliar a música popular com a música erudita.*" Ele salienta ainda que "*na época, havia muita liberdade de realização. As pessoas que atuavam na rádio tinham liberdade de fazer, pensar, criar. Havia todo um clima favorável à eclosão de iniciativas, manifestações culturais livres, espontâneas, criativas.*"

O teatro, atividade já existente na sua expressão mais simples que eram os esquetes, passou a ser uma atividade muito importante, tendo marcado a ação do Departamento de Arte e Divulgação. Cursos para formar atores e atrizes que vieram a compor seu grupo teatral foram administrados, em início de 1963, a jovens de classes média e popular, originários de João Pessoa e cidades adjacentes, em atendimento aos chamados lançados pelo rádio. O jornal *A União*, de março daquele ano, publica a seguinte nota: "*A CEPLAR está formando uma equipe de teatro, no estilo do Arena,⁶⁰ para a encenação, em todo o Estado, de peças facilmente entendidas pelas massas e outras de cunho folclórico como, por exemplo, "João Redondo" cujos ensaios já vão em fase adiantada.*"

Este grupo levou a peça "Um Operário, Um Estudante e Um Camponês", criada por Paulo Pontes e encenada por ele e Everaldo Junior, no Teatro Santa Rosa de João Pessoa, na Faculdade de Direito (por ocasião da passagem da UNE-VOLANTE⁶¹ na Paraíba), no Círculo Operário do bairro de Jaguaribe e no bairro da Ilha do Bispo, estes dois últimos como parte das festividades do primeiro de maio do ano de 1963. No interior, a convite das Ligas Camponesas, a peça foi encenada na cidade de Guarabira, numa parte da fazenda chamada Carrasco, que havia sido ocupada por camponeses em meados daquele ano. Em seguida, na cidade de Areia, integrando o programa da UEEP-VOLANTE que, a exemplo da UNE-VOLANTE, excursionava pelo interior do Estado desenvolvendo palestras

⁶⁰ Grupo de teatro de São Paulo, criado, nos anos 60, por José Renato. Procura um maior contato com a platéia e lança peças de Augusto Boal e Francisco Guarnieri.

⁶¹ UNE -VOLANTE, uma criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Esta excursionou pelo país exibindo peças de teatro, filmes para incentivar o debate das questões nacionais.

sobre a realidade brasileira e levando a mensagem da Frente de Mobilização Popular (FMP), organização de luta pelas reformas de base.

O teatro, como toda forma de expressão cultural, era um meio de aprofundamento da consciência política do povo. Essa peça levantava questões ligadas a cada um dos mundos citados: salário para o operário, vagas para o estudante, terras para o camponês; sugeria alianças que reforçariam o processo de mudanças no qual o povo se engajava. Na maioria das vezes, um debate seguia essas apresentações.

"Os Condenados", peça de um ato só, escrita por Adalberto Barreto para a CEPLAR, foi a segunda grande ação teatral do Departamento. Focalizava o problema da terra e das diversas facções políticas que atuavam nas Ligas Camponesas. Atores do grupo de teatro da Campanha, mas também profissionais do teatro de João Pessoa, participaram do "laboratório" organizado por Paulo Pontes para preparar a montagem. Um verdadeiro trabalho de criação em grupo. Essa peça serviu de objeto de estudo e debate na ocasião da realização, na CEPLAR, do 1º seminário de Arte Popular da Paraíba, promovido pelo Teatro da Juventude de Cruz das Armas e o Departamento de Arte e Divulgação, sob os auspícios do Serviço de Teatro da Universidade da Paraíba. Sobre ele a imprensa paraibana publicou um artigo, em outubro de 1963: *"O seminário terá a duração de um mês e durante sua realização, entre outras, serão feitas as seguintes promoções: Debate, estudo e encenação da peça "Os Condenados" de Adalberto Barreto; estudo da História do Teatro Universal e História do Teatro Brasileiro, e Linguagem do Teatro Popular. A direção do seminário está entregue aos jornalistas Paulo Pontes, Rubens Teixeira e Ednaldo do Egito."*⁶² Dessa maneira a Campanha se integrava com outros grupos teatrais para, juntos, promoverem a cultura do povo.

Formas de expressão popular como o jogo de João Redondo, foram também utilizadas para levar sua mensagem. O jogo de João Redondo eram fantoches, mamolengos ou marionetes que a equipe do Departamento fazia representar histórias politizantes sobre a vida do povo, elaboradas a partir dos acontecimentos diários carregados de conteúdo político. Faziam-se apresentações nos bairros e cidades da periferia de João Pessoa, seguidas de diálogo, de debates com a população, que se reconhecia nas falas dos bonecos.

Muitos **projetos** se elaboravam enquanto outros se realizavam. Consegiu-se reunir uma coleção de folhetos de feira e proje-

⁶² Nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, (IHGP).

tava-se transformar essa literatura de cordel em uma expressão artística mais elaborada, o que não pôde ser concretizado. Também uma versão da Nau Catarineta, espetáculo no qual se conta a epopéia marítima portuguesa e as lutas ibéricas que existiram entre mouros e cristãos, estava sendo criada por Pedro Santos e deveria ser apresentada no que se teria provavelmente chamado "Praça de Cultura Volante", à imagem do que se fazia no resto do Brasil. Da Praça de Cultura, constariam várias manifestações culturais: teatro, música, cinema, literatura, atividades que integravam o projeto que se estava elaborando, intitulado "Projeto Cidade de João Pessoa," no qual, *"previa-se passar por todos os bairros, com manifestações em praça pública, onde o povo pudesse falar, opinar, dizer"*, afirma Everaldo Junior em sua entrevista, e continua dizendo: *"O teatro apresentaria pequenas peças escritas, dirigidas e encenadas pela equipe da CEPLAR, com a participação da platéia. O debate já entrava pela participação de alguém que eventualmente estivesse na platéia e quisesse dizer alguma coisa [...] Ela já dizia em cena"*. Eram representações teatrais numa perspectiva de teatro moderno. Estavam-se organizando representações musicais com orquestras, corais, compostos de grupos de jovens; sessões cinematográficas, aproveitando o Ciclo Paraibano de Cinema (existente na época), onde se projetava apresentar filmes como Cajueiro Nodestino, Aruanda, de Linduarte Noronha, Romeiros da Guia, de Vladimir Carvalho, e outros, assim como os curta-metragem de Charlie Chaplin, que exerciam um fascínio sobre as massas populares. João Alfredo Guimarães Correia de Oliveira, último presidente da CEPLAR,⁶³ na sua entrevista, faz referência a esse projeto dizendo: *"Tudo estava planejado, mas não chegou a ser implantado. Chegamos a contratar marceneiros de Cruz das Armas para a construção de um palco desmontável, com sistema de som."*

Um outro projeto que não chegou a ser realizado, foi a publicação da coleção "Os Sete Pecados Capitais do Subdesenvolvimento", coletânea de contistas paraibanos, entre os quais, José Américo de Almeida, Virgílio da Gama e Melo, Gonzaga Rodrigues e Adalberto Barreto.

Um trabalho intenso se realizava neste setor de cultura popular. Contava-se com a colaboração de pessoas como o poeta Jomar Souto, atores como Elzo Franca, Rubens Teixeira, críticos como Wills Leal, Paulo Melo, artistas compositores como Pedro Santos e tantas outras pessoas do mundo estudantil, secundarista e universitário, das mais diversas posições sociais que, também

⁶³ João Alfredo Guimarães entrou na CEPLAR em agosto de 1963 para assumir o cargo de diretor executivo. Após a renúncia do presidente Juarez Macêdo, em outubro de 1963, foi escolhido presidente em exercício.

através da Campanha, procuravam dar forma a seus ideais de justiça social.

A relação da entidade com a produção popular sempre foi de valorização. Partia dela no esforço de aprofundar a consciência política das classes populares, sempre com o cuidado de ouvir, procurar conhecer, discutir e aprofundar. Ora a utilizava tal como era produzida, recorrendo a músicas de Luís Gonzaga, por exemplo, por sua grande penetração popular, ora partia dela para elaborar suas criações (João Redondo); ora sua criação refletia o povo através de sua temática (a peça Os Condenados).

A CEPLAR também fez frente única com as lutas populares da época. Fatos significativos dessa luta, na Paraíba, retratam, no capítulo seis, o clima social e político no qual a Campanha evoluiu até a sua destruição pelo golpe militar de estado. Uma das formas de inserção nessa luta foi a **participação em comícios e manifestações de grande envergadura**. Um desses comícios, coordenado pelo Departamento de Arte e Divulgação, que ficou na memória devido à seriedade do conflito que o motivou, foi o realizado sobre a chamada "chacina de Mari", confronto entre representantes dos latifundiários e membros das Ligas Camponesas, na cidade de Mari. Essa luta envolveu capatazes, capangas e camponeses, resultando em vários mortos e feridos dos dois lados. Uma verdadeira multidão concentrou-se numa rua do bairro de Cruz das Armas para assistir ao comício, apoiado por slides para ilustrar a realidade dos fatos. Procurava-se analisar e interpretar essa tragédia, apresentar as raízes e as nuances do conflito. Aqui aplicou-se literalmente a expressão "dar voz ao povo". Circulavam na cidade comentários sobre a barbaria dos camponeses que tinham deixado suas vítimas mutiladas, enquanto que os camponeses mortos estavam inteiros. Ao analisar as circunstâncias em que ocorreu o conflito, chamava-se a atenção para o fato de que os dois grupos dispunham de armas diferentes: foice contra revólver. Os comícios eram um dos momentos em que a CEPLAR levava ao público sua leitura dos acontecimentos a partir da ótica popular e em que, lado a lado com outras instituições, lutava pelas reivindicações populares.

Poucos eram os recursos financeiros para desenvolver as atividades desse Departamento. Isso, porém, não impediu que se realizasse uma ação de grande impacto. A própria característica da atividade atraía para si pessoas que a ela dedicavam seu tempo livre, atuando como voluntários. Por outro lado, a coesão da equipe responsável ajudou a contornar esse tipo de dificuldade, secundando os esforços de Paulo Pontes para conseguir o dinhei-

ro necessário aos seus projetos, mesmo quando, para isso, precisou recorrer a truques contábeis. Um exemplo, citado por João Alfredo Guimarães em sua entrevista, ilustra o fato: "*Chegou-se a transferir para o Departamento de Arte e Divulgação uma verba destinada a um curso de alfabetização que nunca existiu.*" A falta de recursos e o tempo limitaram a ação no campo da cultura popular, sobretudo, à cidade de João Pessoa e periferia. Mas foi suficiente para colocar a instituição em posição de igualdade com aquelas instituições culturais que se sobressaíram na defesa da causa popular, como o afirma ainda Adalberto Barreto: "*Se fazia uma espécie de triângulo: Rádio Tabajara, API e CEPLAR*".

Com a saída de Paulo Pontes, em janeiro de 1964, para integrar a Comissão de Cultura Popular no Rio de Janeiro, as atividades do Departamento ficaram à cargo de sua equipe, especialmente, de Everaldo Junior e de Arthur Cantalice.

Os departamentos da CEPLAR não funcionavam de maneira isolada mas faziam parte de um todo coerente. A **participação** de seus membros **nas várias manifestações a nível nacional sobre alfabetização e cultura popular**, até antes do golpe de 1964, ilustra bem essa afirmação. Em setembro de 1963, uma delegação composta, entre outros, de Dorinha de Oliveira, Iveline Lucena, Everaldo Junior, Heloísa H. Cavalcanti, Lígia Macedo e Isa Guerra, representou a entidade no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife. Nele se defendeu a posição de que "*os movimentos populares de educação e cultura deveriam trabalhar em conjunto com as associações e sindicatos de trabalhadores, entendendo assim que a conscientização política seria caracterizada na luta dessas organizações*".⁶⁴ O encontro constituía uma tentativa, a nível nacional, de coordenar os muitos movimentos de cultura popular existentes no país. Em final de 1963, sob a orientação do ministro Paulo de Tarso, dois órgãos estavam sendo criados para permitir essa coordenação: a Comissão Nacional de Cultura Popular e a Comissão Nacional de Alfabetização. O debate nacional, em torno da cultura popular, convergia para a alfabetização pelo método Paulo Freire ao mesmo tempo em que se sentia a necessidade de desenvolver, também, as demais atividades englobadas no conceito de cultura popular. A criação dessas duas comissões, favoreceria o crescimento das duas áreas de atividades. A Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada diretamente por Paulo Freire organizou, em novembro de 1963, um encontro

⁶⁴ Extrato do relatório de conclusão do curso de mestrado de Everaldo Junior, sobre a "História da CEPLAR", apresentado à Universidade da Paraíba, em 1984.

interestadual em Brasília. Lígia Macedo foi enviada para representar a Campanha.

Em início de janeiro de 1964, realizou-se um Seminário de Cultura Popular, no Rio de Janeiro, (cuja organização foi decidida no encontro de Recife), durante o qual foram eleitos os membros que comporiam a Comissão Nacional de Cultura Popular. Para esse seminário foram enviados dois representantes: Iveline Lucena e Paulo Pontes. Este último foi eleito para compor esta Comissão como também Isa Guerra que trabalhara na Campanha até setembro de 1963.

A entidade também se fez representar, através de Iveline Lucena, Lígia Macêdo e Dorinha de Oliveira, no Seminário realizado na cidade de São Salvador sobre a reforma universitária, no qual propunha-se abrir a universidade ao povo propondo-lhe cursos que lhe seriam acessíveis.

Como se vê, a CEPLAR era uma presença ativa no debate nacional sobre a cultura popular.

◆ A CEPLAR CRESCE E SE MODIFICA

A integração no Programa de Emergência representou um marco na vida da instituição. Ela cresceu em termos quantitativos: grande aumento de seus membros; em termos qualitativos: ampliação e diversificação de suas atividades (rádio, teatro); além de modificarem-se as forças políticas em jogo no seu próprio seio: entrada de pessoas ligadas ao partido comunista. No final de 1962, nela atuavam cerca de 40 pessoas. Em meados de 1963, estavam em função 31 professoras⁶⁵ e cinco auxiliares administrativos do quadro de funcionários do Estado, 20 coordenadores e supervisores por ela remunerados, cerca de 30 voluntários assíduos e igual número de colaboradores esporádicos. Aumentou também a equipe que a dirigia, no quotidiano, que passou de quatro a sete membros, com a

⁶⁵ A União de 05.02.1962

integração de Paulo Pontes, já citado, Lenita Peixoto, que assumira o cargo de secretária geral, e Heloísa H. Cavalcanti.⁶⁶

No ano de 1962, a CEPLAR concentrara suas atividades no então chamado Departamento de Formação da Cultura e no Serviço de Administração. A partir de 1963, cultura e educação popular passaram a ser atividades assumidas por departamentos distintos. Retiraram-se das atribuições estatutárias do Departamento de Educação Fundamental (nome dado ao precedente Departamento de Formação da Cultura) as tarefas relacionadas com a cultura popular, que passaram à alcada do Departamento de Arte e Divulgação. Por outro lado, o fato de se desenvolver um trabalho quantitativa e qualitativamente de importância, de atrair os mais conscientes na Paraíba de então nos meios intelectuais, artísticos e políticos fez com que a instituição começasse a ultrapassar as fronteiras da cidade. Em março de 1963, foi procurada por uma equipe de Campina Grande e, no dia 19 do mesmo mês, assinou um convênio com o prefeito daquela cidade, Severino Cabral.⁶⁷ Na segunda quinzena do mês de abril, realizou-se a preparação da equipe que assumiria a aplicação do Método Paulo Freire em Campina Grande, cujo programa inicial teve a duração de uma semana. Apesar dos encontros freqüentes, a CEPLAR de Campina Grande teve uma existência autônoma, sob a orientação da equipe local.

Para absorver e facilitar seu crescimento, assim como espelhando as transformações por que passava, deram-se modificações profundas na instituição.

A primeira e mais óbvia, mas não a mais significativa, foi a sua mudança de associação para fundação. Incluiu-se no novo estatuto um Conselho Diretor, composto do presidente, do vice-presidente, do diretor executivo, do secretário geral, do tesoureiro, dos diretores de departamentos e do representante da CAFE; e um Conselho Curador, responsável pelo controle financeiro. Essas eram mudanças puramente burocráticas que respondiam à exigência do Ministério de Educação, para garantir um maior controle da aplicação das verbas concedidas em convênio.

⁶⁶ Heloísa H. Cavalcanti, na época professora de história, recém-formada pela Universidade Federal da Paraíba, entrou na CEPLAR atendendo à mobilização, junto aos universitários, por ocasião do lançamento do Programa de Emergência.

⁶⁷ Notícia do convênio publicada no Correio da Paraíba de 20.03.1963.

O aumento de seus membros e a diversificação de sua área de atuação, além da experiência já acumulada, trouxeram para ela mudanças muito mais significativas. Nesse seu primeiro ano de vida, em que pudera definir com clareza a área em que pretendia atuar, com experiências satisfatórias concluídas na aplicação do método Paulo Freire, a CEPLAR atingira um amadurecimento político, uma maior clareza em relação a seus objetivos e na definição de seus aliados.

No seu segundo estatuto encontram-se indicadores que corroboram essas afirmações. Retirou-se de seus objetivos a promoção da educação religiosa. Das associações com direito a voz no Conselho Deliberativo, não mais constam as associações benfeiteiros, a maçonaria, a federação espírita. Ficaram apenas as que estavam, na época, atuantes na luta pelas transformações sociais: associações estudantis, Associação Paraibana de Imprensa, Arquidiocese e organizações de trabalhadores.

Parecendo querer assegurar a influência, dentro da entidade, daqueles que no primeiro ano de sua existência nela haviam atuado, fez-se constar os nomes destes, como sócios fundadores, no Art. 58º dos estatutos, onde se lê: "*São considerados membros fundadores da CEPLAR: Pedro Moreno Gondim, José Rodrigues Lustosa, Maria das Dores Oliveira, Iveline Lucena Costa, Rosilda Cartaxo, Wilson Guedes Marinho, Maria do Socorro Diniz, Lígia das Mercês Macedo, Maria Navarro Mesquita, Marion Navarro Mesquita, Maria das Neves Araujo, Ronald Queiroz Fernandes, Padre Juarez Benício, Ma. da Felicidade M. da Costa, Lialva de S. R. Lustosa, Manacés Gomes da Silva, Associação Paraibana de Imprensa, União Est. dos Est. da Paraíba, Artur S. C. Cantalice, União Pessoense de Estudantes Secundários, Federação dos Trabalhadores na Indústria da Paraíba, Arquidiocese da Paraíba e Maria Alda Bezerra.*"

Nesse primeiro semestre de 1963, a CEPLAR aprofundou cada vez mais seus engajamentos na luta política que se travava no país, engajamentos que se tornarão cada vez mais evidentes no futuro. Crescimento, definições, engajamentos representam também conflitos pois são fatores que colocam em jogo equilíbrios anteriores, abrem perspectivas novas de ação, exigindo acomodações diferentes dos sujeitos dessa ação. Os acontecimentos desse primeiro semestre evidenciam muito bem esta premissa.

Tendo funcionado, durante um ano, com uma só diretoria, elegeram-se duas no período de quatro meses. Por ocasião da mudança de estatutos, em fevereiro de 1963, elegeu-se a seguinte diretoria: *José Lustosa, antes secretário geral, assumiu o cargo de presidente; Dorinha de Oliveira acumulou funções assumindo também o cargo recém-criado de vice-presidente. Indicou-se para diretor do Departamento*

de Arte e Divulgação, Paulo Pontes que, antes mesmo de ser oficialmente eleito, começara a assumir seu cargo. A entrada de Paulo Pontes, conhecido como comunista na cidade, não podia se dar sem conflitos. A equipe do Departamento de Educação Fundamental apoiou sua candidatura que não foi bem vista pelo então presidente José Lustosa. As relações, que já estavam tensas, aparentemente por choques de natureza pessoal, tornaram-se ainda mais difíceis. Neste momento veio à tona o conflito dentro da equipe de direção. Em abril de 1963, demitiu-se José Lustosa sob a alegação de não ter condições de fazer respeitar sua autoridade. Deflagrou-se a luta ideológica na Campanha. No início, limitada, não tendo gerado blocos, nem representado rachas. Somente o presidente e algumas poucas pessoas a abandonaram. Os que ficaram, conseguiram unanimidade em torno do novo presidente, da nova diretoria, a segunda daquele período, eleita em quatorze de maio de 1963, assim constituída: Presidente, Juarez de Paiva Macêdo; Vice-Presidente, Wilson Guedes Marinho; Secretária Geral, Lenita Peixoto de Vasconcelos; Tesoureira, Zélia Cunha de Carvalho; Departamento de Educação Fundamental, Maria das Dores de Oliveira; Departamento de Documentação e Informação, Tarcísio de Miranda Burity; Departamento de Arte e Divulgação, Paulo Pontes. Elegeu-se também o Conselho Curador, composto de Pedro Moreno Gondim, Pe. Juarez Benício Xavier e Maria da Felicidade Meira Costa de Souza.⁶⁸ A nova diretoria assumiu suas funções num momento em que a instituição já havia garantido seu lugar na Capital e fora dela. Integrou-se na dinâmica já existente, dando-lhe continuidade.

Em resumo, esta foi a primeira grande expansão da CEPLAR que se caracterizou, essencialmente, pela implantação de seu programa de alfabetização de adultos e pela possibilidade de aprofundar o trabalho de cultura popular em suas dimensões artística e política. Expansão que instaurou um novo ritmo de trabalho e que trouxe, para dentro da entidade, a efervescência e a ebulação típicas do redemoinho que foi a atividade política da época. Expansão que consagrou a Campanha como a instituição alternativa de educação popular na Paraíba e permitiu seu reconhecimento a nível nacional.

⁶⁸ Resultado da eleição publicado pelo jornal Correio da Paraíba de 16.05.1963, em nota intitulada "Eleição e Posse na CEPLAR: Diretoria".

5. A CEPLAR E O PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS DO MINISTRO PAULO DE TARSO

◆ A INTEGRAÇÃO NO PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E AS POSIÇÕES DA CEPLAR

As metas do Plano Nacional de Educação viram-se ampliadas no Plano Trienal do governo João Goulart, apresentado no primeiro trimestre de 1963. **O combate maciço ao analfabetismo, no Brasil, constituía um dos pontos principais desse Plano**, que previa o investimento de 12 bilhões de cruzeiros na educação.

Sob a ação de grupos e pessoas que representavam no Ministério da Educação e Cultura os Movimentos de Educação e Cultura Popular que se desenvolviam no país, foi elaborado e lançado, no segundo semestre de 1963, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos do ministro Paulo de Tarso, que visava alfabetizar cinco milhões de adultos em dois anos. O jornal *O Norte* publica a seguinte declaração do presidente da República: "*O Presidente da República no uso das suas atribuições constantes do artigo I da Constituição Federal e considerando a necessidade de um esforço nacional concentrado para a eliminação do analfabetismo; considerando que os esforços até agora realizados não têm correspondido à necessidade de alfabetização em massa da população nacional; considerando que urge conamar e unir todas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda o desconhecem; considerando que o Ministério da Educação e Cultura vem provando através da Comissão de Cultura Popular, com vantagem o Sistema Paulo Freire, para alfabetizar em tempo rápido, decreta: Art.1º - Fica instituído o Programa Nacional de*

*Alfabetização mediante o uso do Sistema Paulo Freire através do MEC.*⁶⁹

Antes mesmo que fosse oficializado, esse Plano já começara a ser executado em várias regiões do Brasil. Foi o caso para a CEPLAR que, em julho de 1963, com base num projeto minucioso, assinou convênio diretamente com o MEC, no valor de 138 milhões de cruzeiros, para alfabetizar, a partir de janeiro de 1964, seis mil pessoas em quatro meses, um total de 12 mil em um ano. O projeto, com vigência de um ano, (incluindo a etapa de implantação), previa a construção de 200 unidades escolares em 18 cidades do interior do Estado⁷⁰ (Mamanguape, Rio Tinto, Sapé, Pilar, Alhandra, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Gurinhem, Queimadas, Pocinhos, Puxinanam, Lagoa Seca, Alagoa Grande, Areia, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana e Campina Grande), além da Capital, e a formação de 320 professores e supervisores. Em total apoio a esse projeto, o governo estadual participou com uma ajuda de um milhão de cruzeiros, a serem aplicados no programa de formação do corpo de professores.

Em entrevista dada à Agência Nacional, reproduzida pela imprensa local em agosto de 1963, em artigo intitulado "MEC vai aplicar 138 milhões em alfabetização na Paraíba", o presidente da CEPLAR, Juarez Macêdo, afirma: "O Governo da Paraíba está muito interessado na experiência pois além de concorrer com parte dos gastos com o recrutamento do pessoal, porá à disposição da Campanha de Educação Popular dezenas de professoras do quadro oficial do magistério primário." E continua a entrevista dizendo: "Uma das notas predominantes da experiência [...] reside em que o movimento recrutará de preferência, para composição do seu quadro de alfabetizadores, líderes sindicais, camponeses e estudantes. Entendemos disse, que vale a pena verificar o rendimento do ensino do método Paulo Freire através de pessoas intimamente ligadas às condições existenciais dos nossos analfabetos: camponês ensinando a camponês, operário ensinando a operário."

Um exemplo dessa prática é a convocação feita pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba, transcrita a seguir: "Ofício Circ. nº 14/63. João Pessoa, 8 de agosto de 1963. PREZADO COMPANHEIRO: Convocamos todos os companheiros da Diretoria desse Sindicato, para uma reunião que se realizará nesta Federação, dia 13 do corrente, às 20 horas, quando tomaremos conhecimento do programa de alfabetização da CEPLAR. De modo que pedimos o comparecimento do companheiro: 1. Porque se trata de um assunto do interesse geral dos trabalhadores ; 2. Porque

⁶⁹ O Norte de 6.12.1963.

⁷⁰ Ver mapa em anexo.

temos outros assuntos além acima exposto. Agradecemos a presença do ilustre colega, e subscrevemo-nos apresentando SAUDAÇÕES SINDICAIS. João Ribeiro Filho."

A participação das organizações operárias e camponesas no esforço de alfabetização de adultos do Estado, dentro de um espírito de conscientização das massas para atuar no processo de mudanças e de desenvolvimento do país, **estava explicitamente oficializada**. Por ocasião da visita que realizou ao jornal *A União*, para agradecer o apoio dado à Campanha por aquele órgão da imprensa local, Juarez Macêdo, numa longa entrevista, esclareceu a natureza da participação dos sindicatos no programa da entidade: "*Os sindicatos trabalharão em três planos distintos: primeiro contribuirão com seus voluntários para a campanha publicitária que está sendo lançada em vários pontos do Estado; [...] segundo, indicando dentro do meio operário, quais as pessoas que, por seu grau de conhecimento, possam tornar-se alfabetizadores; terceiro, recrutando os analfabetos propriamente ditos e os incentivando na frequência às aulas a começar de janeiro.*"⁷¹ Respondendo, neste mesmo dia, a jornalistas do jornal *O Norte*, sobre "*a conveniência da aplicação do método Paulo Freire na Paraíba*", disse: *É absolutamente necessário experimentar em grande escala - e será na Paraíba em primeiro lugar - o já famoso método Paulo Freire [...]. O método Paulo Freire representa esplêndida contribuição ao esforço nacional pela aceleração e melhoria das nossas condições sociais e econômicas. Estamos convencidos da simpatia e da estreita colaboração das "elites" sociais, dos estudantes, elementos sindicais, no movimento que ora inicia a CEPLAR. O povo precisa compreender inclusive que o desenvolvimento não depende exclusivamente de capital físico, de dinheiro vivo ou de equipamento. Depende, em igual medida, do capital humano que possamos mobilizar para determinada tarefa.*"⁷²

As palavras de Juarez Macêdo traduziam, efetivamente, o pensamento da CEPLAR.

⁷¹ *A União* de 22.08.1963.

⁷² *O Norte* de 28.08.1963.

◆ O LANÇAMENTO DO PLANO EM JOÃO PESSOA E O IMPACTO DO TRABALHO NA CAPITAL E CIDADES PERIFÉRICAS

Uma importante campanha de mobilização que envolveu governo, profissionais de vários setores, universitários, estudantes secundaristas (sobretudo da JEC, Juventude Estudantil Católica), sindicatos urbanos e rurais (muitos dos quais tomaram a seu cargo a execução da etapa publicitária inicial), todos os órgãos da imprensa local e representantes de outras cidades paraibanas, culminou com o lançamento do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos do ministro Paulo de Tarso, na Paraíba, na noite do sábado 24 de agosto de 1963. O teatro ficou superlotado. Compareceram desde o chamado povo em geral a representantes dos círculos governamentais, religiosos, e, inclusive, militares. (Teve-se medo que as arquibancadas desmoronassem!). O programa, divulgado pelo jornal *O Norte* daquele mesmo dia, visava tornar público os objetivos e "os detalhes relativos ao empreendimento, notadamente, os relacionados com o recrutamento, formação e trabalho das pessoas, que serão utilizados no plano de alfabetização de adultos." No seu discurso de abertura da cerimônia, o presidente da CEPLAR, referindo-se à etapa inicial do trabalho para lançamento do Plano na Paraíba, "salientou que ao chamamento da Campanha aderiram mais de 300 pessoas de diferentes categorias profissionais, assegurando o seu êxito nesta primeira fase",⁷³ relata o jornal *Correio da Paraíba*; afirmou também o presidente "que era com satisfação [...] que via o Santa Rosa completamente lotado, tudo indicando que o movimento será coroado de êxito", reproduz o jornal *A União*, também de agosto, que continua explicitando ter a cerimônia terminado com uma "demonstração prática do método Paulo Freire, na palavra da professora Lígia das Mercês Macedo, com apoio na projeção de "slides". O numeroso público presente aplaudiu a aula." E em meio a uma grande euforia o vice-presidente, Wilson Marinho, anunciou, oficialmente, "para o dia três de setembro, o início dos testes e entrevistas a que se submeterão os candidatos a alfabetizador e supervisor."⁷⁴

⁷³ Correio da Paraíba de 28.08.1963.

⁷⁴ A União de 28.08.1963

A equipe que dirigia a CEPLAR no quotidiano, deu continuidade à execução do Plano limitando-o, numa primeira fase, a oito localidades do interior (Santa Rita, Bayeux, Espírito Santo, Cabedelo, Rio Tinto, Sapé, Mari e área de Miriri), e dez bairros da capital (Ilha do Bispo, Varadouro, Torre, Róger, Varjão, Cruz das Armas, Mandacaru, Jaguaribe, Santa Júlia e Oitizeiro). Esta segunda etapa da execução do Plano desenvolveu-se a partir de três grandes pólos: 1. Seleção e treinamento de pessoal; 2. Preparação de material pedagógico; 3. Contatos, negociações para escolha de salas ou locais para construção de escolas nas áreas urbana e rural. Noventa e três pessoas foram aprovadas nos testes de seleção para atuarem nas cidades de João Pessoa, Santa Rita e Bayeux, respectivamente 60, 24 e nove, cujos nomes foram publicados na imprensa local em setembro de 1963. O mesmo aconteceu com outras cidades do interior. Vinte e oito pessoas foram escolhidas em Rio Tinto, oito em Cabedelo, vinte outras na região de Sapé, (incluindo esta cidade, Mari e Miriri). Estas últimas, a partir do critério estabelecido pela CEPLAR de que o coordenador deveria ter, no mínimo, o curso primário básico, isto considerando-se o fato de que o número de pessoas, na zona rural, possuindo um nível superior, era muito reduzido. Além dos selecionados, professoras primárias do quadro oficial do Estado foram colocadas à disposição da Campanha.

No dia 16 de setembro de 1963, nas faculdades de Direito e Economia, iniciou-se um **curso de treinamento** de dois meses de duração, com aulas nos períodos da manhã, da tarde e da noite e reunindo mais de 150 pessoas. Ministrado pela equipe da CEPLAR, por professores universitários e profissionais liberais, alternavam-se no programa o estudo da pedagogia e das ciências sócio-econômicas e políticas: metodologia, psicopedagogia, didática, sociologia, economia geral e política, realidade e cultura brasileiras. Este treinamento, que mobilizou um grande número de pessoas, não só professores mas também organizadores e famílias que receberam coordenadores em suas próprias casas, constituiu outro grande acontecimento de impacto da CEPLAR em João Pessoa.⁷⁵ Meive de Gadê Negócio, na sua entrevista, fala sobre esse curso: *"Aquele treinamento foi uma coisa muito séria. Tinha uma parte prática e uma parte teórica. Foi muito bom para quem quis aprofundar os conhecimentos com relação ao trabalho. Quando a gente foi para a base, foi sabendo o que estava querendo, o que era pra*

⁷⁵ As pessoas vindas do interior era atribuída uma gratificação para as despesas com transporte e, aos professores do curso de treinamento, uma gratificação de 50 mil cruzeiros pela totalidade das intervenções.

fazer e como fazer. Havia aquele ideal de se ir para os bairros pra mudar alguma coisa. Isso foi a idéia que passou através de todos os cursos dados.." Alguns dos que seguiram esse treinamento, optaram por outras formas de trabalho. Aloízio Beltrão, na época estudante de medicina, explica a sua tarefa e a daqueles que fizeram opção semelhante: "*Entre os participantes destacavam-se uns que queriam ser coordenadores e outros que queriam fazer um trabalho de bairro. Eu fui para esse grupo. Minha missão era localizar casas e moradores que pudessem oferecer as casas para servir de sede e quisessem se alfabetizar.*"

A ascensão da Campanha teve a sua contrapartida. Cresceu também a oposição à sua linha de trabalho. Durante a realização desse curso, os deputados Joacil de Brito Pereira e Sósthenes Pedro conseguiram aprovar uma emenda à proposta orçamentária do governo para o ano de 1964, a qual retirava a verba de um milhão de cruzeiros que esse atribuía à CEPLAR, desde a sua criação. Naquele dia 7 de novembro de 1963, em apoio aos esforços dos deputados que defenderam a Campanha para impedir a retirada dessa verba, em particular Assis Lemos, Figueiredo Agra e Waldir Lima, os 150 participantes do curso, além de outros membros da Campanha, encheram as galerias da sala de sessões da Assembléia Legislativa. O trecho da ata dessa 58º sessão ordinária, correspondendo à emenda 114 ao projeto de lei Nº 310/63, é reproduzido a seguir: "*É anunciada a discussão e votação da emenda nº 114/ destacada a requerimento dos srs. Joacil Pereira e Sósthenes Pedro. A matéria é amplamente debatida pelos srs. Joacil Pereira, Figueirêdo Agra, Sósthenes Pedro, Wilson Braga, Egídio Madruga, Assis Lemos, Nivaldo Brito, Waldir Lima, Inácio Feitosa e Aloysio Pereira. Os debates foram dos mais vibrantes, sendo necessário por duas vezes o sr. Presidente advertir as galerias de que não era permitidos apupos nem aplausos aos srs. deputados, a fim de que não fôssem perturbados os trabalhos. As galerias passaram a uma atitude de obediência, não havendo mais incidentes e a sessão foi suspensa por cinco minutos, quando eram dos mais fortes os debates entre os srs. Aloysio Pereira e Waldir Lima. O sr. Presidente comunica que antes de colocar em votação a matéria, leva ao conhecimento dos srs. deputados que chegou em mesa um requerimento firmado pelo sr. Joacil Pereira solicitando a prorrogação dos trabalhos por mais sessenta minutos. A matéria é votada e aprovada sem discussão. O sr. Assis Lemos solicita verificação de "quorum". O sr. Presidente determina ao sr. 1º secretário, que proceda à verificação. Feita a verificação, constata-se a presença de 23 dos srs. deputados em plenário. Votada a emenda nº*

114, é aprovada por maioria de votos. [...] Sala das Sessões, 7 de Novembro de 1963.⁷⁶

Essa decisão provocou reações diversas, inclusive do secretário da educação, Nominando Diniz que, durante o almoço semanal do governo com a imprensa, em resposta à pergunta do jornalista do *Correio da Paraíba*, afirmou "que é favorável ao aumento das verbas à CEPLAR e que se estivesse no exercício de deputado não teria hesitado em defender a proposição que eleva os recursos para aquêle órgão."⁷⁷

O encerramento do curso de treinamento na Faculdade de Direito, no dia 15 de novembro de 1963, em solenidade aberta ao público, marcou o início de um imenso trabalho de implantação de núcleos nas áreas escolhidas e de preparação pedagógica. Desta vez, com a participação dos recém-formados que, como assalariados da CEPLAR, eram responsáveis dos grupos que assumiam.

Para uma melhor coordenação das atividades, quatro áreas foram definidas, cada uma delas mais diretamente sob a responsabilidade de um ou mais dos membros do Departamento de Educação Fundamental: as cidades de Sapé, Mari e a zona rural de Miriri, ficaram a cargo de Dorinha de Oliveira; Rio Tinto e sua região, a cargo de Iveline Lucena; as cidades periféricas de João Pessoa: Santa Rita, Espírito Santo e Bayeux, a cargo de Lígia Macedo; Cabedelo e João Pessoa, a cargo de Heloísa H. Cavalcanti e Marily Campos. Essa divisão nunca significou modificação no modo de funcionamento que constituía a força desse grupo: o trabalho em equipe.

Na Capital, a infra-estrutura criada com o Programa de Emergência ampliou-se. Escolas oficiais, paróquias, grupos religiosos, sindicatos e diversas associações cederam salas para aulas noturnas. Nas cidades periféricas, desenvolveram-se contatos, negociações junto às autoridades e às lideranças locais para a criação dessa infra-estrutura. O material pedagógico, já elaborado para grupos de operários, sofreu adaptações para ser utilizado, em grande escala, nos dez bairros da Capital e nas cidades vizinhas.

Continuando seu depoimento, Meive de Gadê Negócio traduz bem o modo como se trabalhava nesta fase da Campanha: "O coordenador não ia trabalhar só dando aula. Antes de entrar na sala de

⁷⁶ Cópia do documento original.

⁷⁷ *Correio da Paraíba* de 9.11.1963.

aula, ele fazia contato com o pessoal do sindicato, do clube, com o pessoal da Igreja, ele envolvia toda a comunidade. E se fazia reunião com eles. Havia muita receptividade e toda a comunidade participava oferecendo locais, informando, trazendo alunos e seguindo o trabalho. Outra tarefa do coordenador, para a qual ele também foi preparado durante o curso, era a de elaborar material didático. Parte daquele material com o qual se ia trabalhar nas aulas, era preparado em casa. Cada coordenador assumia a responsabilidade integral do seu grupo. Semanalmente tinha uma supervisão em que se fazia uma avaliação de como a turma estava funcionando. Em seguida, havia reunião entre o coordenador e seu supervisor e de grupos de coordenadores com grupos de supervisores, esta última na sede da Campanha. E sabe, isso funcionava mesmo." Mais do que o aspecto qualitativo, o aumento quantitativo caracterizou o trabalho nessas áreas. Tanto que para elas foram necessárias três responsáveis, auxiliadas pelos outros membros quando não atuavam no interior.

Embora núcleos de alfabetização tenham começado desde janeiro de 1964, a ação de impacto prevista para a terceira fase do Plano viu-se retardada por falta de liberação das verbas para investimento com material pedagógico, equipamento e pagamento de pessoal. As verbas eram liberadas parcelada e parcialmente pelo Ministério. E o montante das despesas era sempre superior aos recursos disponíveis. Dos 138 milhões de cruzeiros previstos no convênio com o MEC, recebeu-se apenas a primeira parcela de vinte milhões de cruzeiros, dos quais, cinco milhões foram transferidos para Campina Grande. João Alfredo Guimarães, que neste momento assumia as funções de presidente da CEPLAR, explica em sua entrevista: "*Frequentemente eu tinha que estar nos Bancos negociando empréstimos, prorrogando títulos, viajando à Brasília, Rio, para tentar a liberação dos recursos do MEC. A segunda parcela de 20 milhões, remetida em março de 1964, em nome do ex-presidente Juarez Macêdo, não chegou a ser recebida. Antes que pudesse ser feita a transferência para o presidente em exercício, eclodiu o golpe de 64.*"

A fim de dar continuidade à ação e na tentativa de superar a ausência de verbas, fez-se apelo diretamente a prefeitos, como foi o caso do de Bayeux, o que ficou registrado numa nota do jornal *Correio da Paraíba*, intitulada "*CEPLAR vai alfabetizar operários em Bayeux: Por proposta da CEPLAR ao Sindicato dos Trabalhadores do Agave e Descarrocamento do Algodão, será promovido na cidade de Bayeux, intensivo plano de educação popular atingindo especialmente os operários e dependentes com atividades nas indústrias. Para pleitear ajuda financeira da prefeitura de Bayeux, esteve ontem naquela cidade uma comissão composta de cinco membros representando a F.T.I.*"⁷⁸

⁷⁸ Federação dos Trabalhadores na Indústria.

*Sindicato de Alimentação, CEPLAR e Sindicato do Agave que manteve demorada conferência com o prefeito Geraldo Santana, que se comprometeu por a disposição da Campanha seis professores, restando apenas a aquisição de prédios onde deverão funcionar as escolas."*⁷⁹

A ação de grande envergadura deu-se no início de março de 1964, como a tornou pública o jornal *O Norte*, numa nota intitulada: "*CEPLAR vai alfabetizar seis mil em 4 meses. A CEPLAR vai instalar em março próximo, 80 salas de aulas nos municípios de Cabedelo, João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Sapé e Rio Tinto em decorrência do recente convênio assinado entre o MEC e a CEPLAR, mediante o qual a entidade alfabetizará 6 mil pessoas em 4 meses, através do Método Paulo Freire.*"⁸⁰

As dificuldades financeiras, o acúmulo de tarefas e as lutas que se travavam em várias frentes, não arrefeciam o ânimo nem o prazer de levar avante o trabalho projetado, que começara a ser efetuado também na zona rural.

◆ **A EXTENSÃO DOS NÚCLEOS DE
ALFABETIZAÇÃO ÀS CIDADES
DO INTERIOR E AO MEIO RURAL**

As áreas de Sapé e Rio Tinto representaram um novo desafio para a equipe do Departamento de Educação Fundamental. Essas eram realidades totalmente diferentes das enfrentadas pela Campanha até então. O elemento novo, por excelência, era a área rural, onde pela primeira vez ia-se atuar. Sapé, Mari, Miriri, marcadas pelo conflito camponês, zona de atuação das Ligas Camponesas e, Rio Tinto e sua região, caracterizada pela presença dominante da Fábrica de Tecidos, com um movimento sindical organizado e os postos chaves da cidade controlados por pessoas fiéis à causa popular: o prefeito, o juiz e líderes sindicais. Essa diferença foi determinante para o trabalho realizado numa e noutra área.

⁷⁹ Correio da Paraíba de 10.01.1964.

⁸⁰ O Norte de 28.02.1964.

Rio Tinto, município da zona da mata, com 52 mil hectares, era propriedade da Companhia de Tecidos Rio Tinto S.A. Todo o solo assim como as casas, a água, a luz, pertenciam à fábrica. Até mesmo o horário local, que diferia em 1 hora do horário oficial, estava sob o seu controle. Qualquer iniciativa particular só poderia ser realizada com o consentimento dos proprietários da Companhia. Estes consideravam-se proprietários da cidade, mas no terreno político estavam sendo contestados.

Em Rio Tinto a intervenção da CEPLAR se deu à convite das autoridades locais que, juntamente com os sindicatos, tinham objetivos explícitos para eliminar o analfabetismo na região com a participação da Campanha. Em declaração prestada ao jornal *Correio da Paraíba*, o Sr. José Luís de Melo, líder sindical daquela cidade, refere-se assim ao projeto: "*O plano de educação encetado pela CEPLAR, em acordo com o prefeito eleito no último pleito, poderá atender às necessidades dos 4.375 analfabetos existentes naquela cidade entre 14 e 35 anos. [...] Acreditamos que, com a execução dos planejamentos ora feitos pelo órgão de Educação Popular, venha dentro do tempo estipulado, alfabetizar 60% desta soma de analfabetos, daquela cidade, sendo que os 40% serão atendidos pelo Plano Municipal de Educação do sr. Antônio Fernandes.*"⁸¹

Para desenvolver seu trabalho, a CEPLAR precisou adaptar o material pedagógico em função da especificidade da região. Sua realização foi amplamente facilitada pelo apoio irrestrito que recebia das lideranças sindicais e das autoridades locais, em particular do juiz, Dr. Hermillo de Carvalho Ximenes, e pelas próprias características da equipe de coordenadores que era muito coesa e de bom nível cultural e político. O material didático era todo ele projetado em reunião com os coordenadores, que participavam de sua concepção sob a orientação da responsável da área. Era preparado na sede, em João Pessoa, e levado em ônibus de linha para Rio Tinto. Muitas vezes esta localidade foi visitada mais de uma vez na semana, devido ao acúmulo de trabalho. Naquela cidade, as autoridades locais forneciam transporte para a supervisão dos núcleos, para que a experiência fosse seguida de perto tanto na cidade como no campo. Esta supervisão freqüente e prolongada (não era incomum que ali se pernoitasse) favorecia um contato muito próximo com a equipe local.

Outro fator também facilitou a ação da CEPLAR em Rio Tinto: o tipo de organização existente naquela cidade. Cada rua tinha seu responsável cuja tarefa consistia, entre outras, na mobilização

⁸¹ Correio da Paraíba de 8.11.1963.

dos habitantes para participar das atividades previstas e na coordenação e supervisão da realização dessas atividades. Cerca de 18 núcleos de alfabetização funcionaram sem maiores dificuldades até março de 64, com suas salas cheias e alunos entusiastas.

Viver uma experiência que está dando certo é um verdadeiro prazer. Este foi o caso de Rio Tinto onde a Campanha atuou em total sintonia com as lideranças. Protegida por essa força popular bem organizada, nunca teve que enfrentar ela mesma, sozinha, nenhum conflito. O que líderes locais disseram, nos últimos dias de março de 64, a seus membros ali presentes, ilustra bem a característica da sua intervenção naquela localidade: "*Vocês voltem à João Pessoa, lá vocês são necessárias. Aqui controlamos a situação.*"

Na área de Sapé, a iniciativa partiu da CEPLAR. O primeiro contato se deu através das Ligas Camponesas por ocasião de uma ampla manifestação realizada na região, em vista da criação de sindicatos rurais, que contou com a participação maciça de camponeses. A imprensa paraibana estava presente e, no local do encontro, chamado "Café do Vento", alguns jornalistas fotografaram cenas do diálogo de grupos, tendo algumas delas sido utilizadas, mais tarde, como tentativas para provar acusações feitas a membros do departamento de Educação Fundamental. Essa manifestação foi usada como meio para o lançamento dos cursos de alfabetização naquela região. Após os discursos dos dirigentes da Ligas, um membro da Campanha convocou as pessoas interessadas pela alfabetização de adultos a uma reunião imediata, numa sala já reservada para esse fim. Cerca de vinte pessoas se apresentaram e, entre essas, Pedro Fazendeiro,⁸² segundo-secretário da Liga de Sapé, que veio a ser o organizador das reuniões que se sucederam e o elemento de ligação da CEPLAR com o campo.

Como se sabe, naqueles anos, no Nordeste, a área rural era constituída de terras vastas, salpicadas de casas que se distanciavam umas das outras de alguns quilômetros. A escolha de pontos centrais, permitindo o acesso da população aos cursos, era da maior importância. Dessa reunião, resultou a escolha dos locais de implantação das escolas e a criação de um grupo de colaboradores. Miriri, propriedade de 7.436 hectares situada entre as cidades de Sapé e Mamanguape, que se tornara conhecida pela violência dos incidentes ali ocorridos, foi escolhida para ser a primeira área de implantação dos núcleos na

⁸² Chamava-se de fato, Pedro Inácio de Araújo. Foi também primeiro secretário da Federação das Ligas Camponesas.

região. Era habitada por cerca de 2.000 famílias, a maioria delas residia na propriedade há vários anos. Antônio A. de Almeida, comenta na sua entrevista: *"muitas dessas famílias haviam adquirido direitos de posse, de pai a filho, e viam seus direitos abalados pela decisão dos proprietários de liberar os moradores para plantar outras culturas."*

A execução do programa de alfabetização em Miriri começou pela construção de pavilhões nos lugares onde não havia salas disponíveis para as aulas. Membros da CEPLAR participavam, nos fins de semana, junto a dezenas de camponeses e suas famílias, da construção desses pavilhões. Levantados com quatro esteios, cobertos de palha, eram mobiliados com bancos de madeira fornecidos pelo governo do Estado e montados pela população local.

Como em Rio Tinto, desenvolvia-se, paralelamente, a preparação das aulas em função da realidade da região. Pela especificidade do modo de vida dos seus habitantes, marcado pelas lutas que caracterizavam a época, obteve-se um material pedagógico muito rico em conteúdo que permitia abordar, de maneira simples, mecanismos complexos da vida social e econômica do país. Entre janeiro e março de 1964, oito núcleos de alfabetização funcionaram em Miriri, onde a ação foi das mais intensas. As salas de aula, (em casas ou pavilhões) com capacidade para 12 a 20 alunos, estavam sempre repletas. A vontade de aprender era grande. Homens e mulheres faziam, diariamente, entre três e cinco quilômetros a pé, após o dia de trabalho, para irem aos núcleos. A eletricidade ainda não havia chegado àquela localidade e "pilhas" eram utilizadas para iluminar o caminho. A maioria das aulas eram dadas à luz azulada de lâmpadas a querosene. Essas condições exigiam dos participantes um esforço muito grande para continuar. O mesmo grau de interesse constatava-se nos oitos núcleos de Sapé e nos quatro de Mari, cujas aulas só começaram a funcionar no início do mês de março de 1964.

Também como em Rio Tinto, embora as circunstâncias fossem bem diferentes e, contrariamente ao que acontecia com grupos das áreas urbanas, o fenômeno da evasão escolar, praticamente, não existiu. Talvez porque, para aquelas populações, ter escolas representasse o início de um processo de mudanças no qual acreditaram e que os valorizava.

A presença da CEPLAR no meio rural tinha um caráter de festa. Em Miriri, como em Sapé e Mari, por várias vezes, na ocasião das reuniões do sábado com os coordenadores da região, concentravam-se em volta do local de trabalho os alunos, homens e mulheres, acompanhados dos filhos jovens e crianças,

para receber a equipe. Por diversas vezes, foram formulados pedidos de abertura de cursos para as crianças, nas implantações dos núcleos. Um projeto respondendo a esse apelo começava a ser esboçado em março de 1964.

Se em Rio Tinto o trabalho se realizava nas melhores condições, na região de Sapé as dificuldades eram múltiplas e de natureza diversa. Alguns dos núcleos se situavam em lugares onde veículos não podiam chegar. Seja porque não havia mais estradas, seja porque riachos, em determinado período do mês, não permitiam a passagem da "camionete da CEPLAR". Fazia-se então o caminho a pé, no meio do mato, atravessando riachos, em companhia do motorista de serviço na ocasião, seu Antônio ou seu João, e retomando-o em sentido contrário após o trabalho. Chegar em João Pessoa depois da meia noite, após uma supervisão no campo, não era nada excepcional. As dificuldades nunca constituíram um empecilho para que o acompanhamento pedagógico se realizasse, pois, como em todas as áreas, a qualidade do ensino e os bons resultados na alfabetização estavam na base das preocupações da equipe que levava à frente este trabalho.

A ação estava em pleno vigor quando também as pressões contra ela se fortaleciam. Pouco a pouco, ameaças começaram a ser exercidas sobre alunos para que abandonassem as aulas. Advertências eram feitas a membros da Campanha para não renovarem as visitas. Além das ameaças individuais, um pavilhão foi encontrado em cinzas. Porém, face a essas intimidações, poucos foram os alunos que desistiram.

Na segunda quinzena de março de 1964, uma primeira tentativa para impedir a supervisão dos núcleos pela responsável da área, foi solucionada através do diálogo que se pôde estabelecer com o capanga, apesar da demonstração de força, da arma à mostra. Nas viagens seguintes, o motorista, por sua própria iniciativa, partia armado. A tensão crescia nos núcleos pois a ação dos proprietários começava a se fazer sentir. Na manhã do dia 30 de março, a responsável da área de Miriri apresentou-se ao Palácio do Governo, com ordem assinada pelo governador, para acompanhar um caminhão de madeira destinada à montagem dos bancos do último pavilhão construído. As portas do Palácio, que até então estavam abertas para a CEPLAR, pareciam, de repente, se fechar. A responsável foi informada, por um assessor do governador, que tinha ordem de não deixar o motorista partir. Mas coordenadores e famílias a esperavam para realizar a tarefa prevista. Na tarde daquele dia, mesmo sem a madeira prometida, dirigiu-se em direção do novo pavilhão. Após a

travessia de um riacho viu surgir do meio do mato um capanga armado, refratário ao diálogo, que com voz forte e decidida ameaçava: "Se avançar atiro!" Pela última vez se "visitou" o campo.

Apesar das ameaças na área rural e das pressões na área urbana, na noite do 31 de março de 1964, cerca de 80 núcleos de alfabetização de adultos estavam em pleno funcionamento.⁸³

Esta foi a segunda expansão da CEPLAR. Sua imagem como uma instituição alternativa de educação se firmara, a nível do Estado, pela ampliação de seu raio de ação que se manifestava através de solicitações vindas de outras cidades do interior. Foi o caso de Rio Tinto, já conhecido; de Cacimba de Areia, quando o prefeito daquela cidade propôs participar do curso de treinamento de coordenadores para "*melhorar a qualidade do trabalho que desenvolvia na (sua) cidade*";⁸⁴ de Sousa, quando em março de 1964, a pedido do prefeito local, a equipe do Departamento de Educação Fundamental começara os trabalhos preparatórios de um programa de alfabetização na região, que deveria ser iniciado poucos dias depois do golpe.

A Campanha vivia em plena efervescência. Todos os esforços se concentravam em dois de seus departamentos: o de Educação Fundamental e o de Arte e Divulgação, além do serviço de Administração. Diariamente, sobretudo das 14 às 22h30, a sua sede, em João Pessoa, transformava-se num verdadeiro centro de estudos e debates. "A CEPLAR foi um celeiro de idéias", diz Vladimir Carvalho. "A CEPLAR era um lugar onde se ia conversar, discutir os problemas nacionais, onde se ia trabalhar com alegria", releva Everaldo Junior. "Trabalhar na CEPLAR era sinônimo de prazer", afirma a totalidade dos entrevistados. Nela, **cada pessoa se considerava como uma peça indispensável da construção coletiva**. E a peça não podia falhar. Certamente por causa dessa consciência profunda, a disciplina individual e coletiva era consequência natural do empenho de cada um. A maioria dos coordenadores e supervisores tinha outras atividades (como é comum no Brasil): estudo, atividades profissionais. Mas, para assumir os seus engajamentos com a Campanha, estavam lá antes da hora e, para deixá-la, não havia hora. As lutas que se travavam, internamente, pela preservação do poder, externamente, fazendo face a seus opositores, não arrefeciam o ânimo nem diminuíam o prazer pelo trabalho.

⁸³ O número de núcleos de alfabetização, apresentado para cada área, é aproximativo. É o resultado do material estudado e das nossas próprias memórias. É possível que na realidade eles tenham variado um pouco para mais, um pouco para menos. Mas, seguramente, está bem próximo da realidade.

⁸⁴ Notícia intitulada "Fará Curso na CEPLAR", de 05.10.1963. Arquivado no IBGE.

Mas a expansão da CEPLAR, como se sabe, teve sua contrapartida. Por intervir em profundidade em várias frentes atingindo diferentes camadas da população, por acumular uma experiência que a habilitara a realizar ações que certamente contribuiriam, juntamente com as das outras instituições semelhantes, a acelerar o processo de mudanças sociais e estruturais projetadas para o país, foi procurada por uns e rejeitada por outros. As campanhas de difamação cresciam na medida em que crescia a sua influência: "CEPLAR COMUNISTA", "CEPLAR DE MOSCOU", eram pixações encontradas nos muros da cidade. E esta foi uma outra característica da segunda expansão: o confronto com as forças reacionárias que temeram a Campanha. Intitularam-na "O CÉREBRO DE MOSCOU NA PARAÍBA" e, como se sabe, impediram que a expansão prosseguisse. Mas apesar da reação, a CEPLAR continuava a atuar num clima em que se fazia necessário muita ação, rapidez de decisão, envolvimento e trabalho.

6. A DESTRUIÇÃO DA CEPLAR

◆ O CLIMA EM QUE SE TRABALHAVA

A história da CEPLAR não pode ser desassociada do clima político reinante na Paraíba, no início da década de 60. **A Paraíba foi um dos estados do Nordeste onde os confrontos no campo foram mais intensos e radicais**, principalmente, a partir do final de 1961, com uma sucessão de incidentes violentos. As forças reacionárias, sob a liderança dos grandes proprietários rurais, e as progressistas, agrupando intelectuais da classe média e as lideranças estudantis, sindicais e, sobretudo, camponesa intensificaram seu esforço de organização e saíram à luta para ganhar. Mas, enquanto a grande maioria das forças progressistas acreditou e investiu no jogo político, a reação deu preferência ao uso da força, da violência, da intimidação. As tentativas concretas de transformar a sociedade brasileira pela via da luta armada, segundo o modelo cubano, foram isoladas e pouco significativas. O governo, também, não queria a via da confrontação. Os pontos básicos propostos pelo presidente João Goulart para a reforma da Constituição visavam reformulações que facilitassem o pagamento das terras desapropriadas, ao mesmo tempo que instituía o direito de voto para o analfabeto e para os "praças de pré" (soldados rasos). Tentativa evidente de ampliar a base eleitoral e utilizá-la como meio para a construção da nova sociedade.

Outras medidas tomadas por João Goulart, na época, atendendo à pressão dos movimentos populares, deixam clara a crença na força da mobilização política para concretizar as reformas de base. Entre as medidas, o apoio cada vez mais irrestrito dado aos Movimentos de Educação de Base e, especialmente, ao esforço de alfabetização pelo Método Paulo Freire. Não se procurava apenas ampliar o eleitorado, mas, através da escolha de um método educacional que poderia "mudar as consciências", garantir o reforço qualitativo dos aliados políticos.

Porém os grandes proprietários e seus aliados nunca abandonaram as formas violentas de luta, criando um cenário de

confronto, principalmente no campo, área onde a CEPLAR também atuou.

Muitos foram os conflitos que terminaram em mortos e feridos graves entre os camponeses e os que apoiavam sua causa. As vítimas da reação caíram, na maioria das vezes, como o resultado da autodefesa dos camponeses. Um dos primeiros incidentes violentos, registrados, data de dezembro de 1961. Pedro Fazendeiro foi baleado em Sapé com arma privativa do exército. O ano de 1962 sobressaiu-se pelo número e seriedade dos incidentes. Eis alguns que abalaram a opinião pública na ocasião: o espancamento de Assis Lemos e Pedro Fazendeiro em Itabaiana; o choque entre o administrador do engenho Miriri e camponeses, envolvendo cerca de 40 pessoas e resultando na morte do líder camponês do engenho, Alfredo Pereira do Nascimento, um seu companheiro, dois capangas e o administrador, Manoel Pereira; a morte, em emboscada, com um tiro de fuzil, de João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé. Esses, ao envolverem pessoas conhecidas, funcionaram como uma bola de neve, desembocando em outros incidentes ou modificando o quadro da luta camponesa no Estado. A morte, de Pedro Teixeira, por exemplo, amplamente divulgada pela imprensa nacional e estrangeira, chamou a atenção para o movimento camponês na Paraíba e contribuiu para o acirramento da luta. Em 1963, em duas ocasiões, famílias inteiras foram despejadas de forma violenta. De uma vez, 25 famílias da fazenda Sobrado, no município de Itapororoca e, de outra, em dezembro, mais 23 famílias. O governador abrigou essas últimas na penitenciária de Mangabeira.

Os motivos conhecidos desses incidentes foram a fundação de Ligas, a pretensão dos camponeses de pagar o foro em dinheiro, em vez de em dias de trabalho grátis, o que eliminaria o cambão, a recusa dos camponeses de permitir que seus roçados fossem arrancados ou em aceitar serem expulsos das terras.

Mal 1964 havia começado, deu-se um dos choques mais sangrentos daqueles anos, que desencadeou grande repressão ao movimento camponês. Aconteceu no dia 15 de janeiro, na fazenda Né de Paula, nas imediações de Mari. Os camponeses haviam colocado chocalho no pescoço de um administrador. O gerente da Usina São João, Fernando Cruz Gouveia, comandou um grupo, onde havia soldados armados de metralhadora, e surpreendeu os camponeses ocupados no plantio do roçado. A vingança saiu mal. Os camponeses, numerosos, reagiram com rapidez. Houve

mortos nos dois lados, de 10 a 14.⁸⁵ Entre eles, o gerente Fernando Gouveia e alguns capangas.

Como se vê, a reação também teve suas vítimas. Além dos já citados morrera, em fevereiro de 1963, o proprietário Rubens Régis, na fazenda Jucuri, município de Sapé, quando, com um grupo de proprietários, tentava derrubar a casa de um camponês.

Tudo isso evidencia o clima de tensão e de confronto reinante na época.

As forças progressistas não contabilizaram apenas vítimas, celebraram também muitas conquistas. À proporção que cresciam em força e organização, impingiam vitórias na luta jurídica e política.

Na esfera judicial, latifundiários bem conhecidos viram seus nomes e os de seus seguidores citados como mandantes de crimes, e sua prisão preventiva decretada. A polícia denunciou os responsáveis pelas mortes de João Pedro Teixeira. Alguns dos chamados autores materiais do crime foram presos,⁸⁶ mas os acusados de mandantes continuaram livres apesar da prisão preventiva ter sido decretada pela justiça.

Severino Ramos, em seu livro "Crimes que abalaram a Paraíba", conta como um dos mandantes do crime, se livrou da prisão: "*Tendo disputado uma cadeira de deputado estadual pelo Partido Libertador, que fizera coligação com a UDN na eleição de 1960, ele beneficiou-se dos sucessivos pedidos de licença por parte de integrantes da representação udenista. Este brusco afastamento de deputados para tratamento de saúde causou espécie junto à opinião pública e demorada controvérsia nos meios políticos do Estado.*"⁸⁷

No campo, as relações de trabalho começaram a mudar. O primeiro acordo coletivo de trabalhadores rurais da Paraíba, e muito possivelmente do Nordeste e do Brasil, segundo Assis Lemos, foi assinado entre a Cia. de Tecidos Rio Tinto e cerca de 1500 moradores, na Secretaria do Interior e Segurança do Estado, sob a presidência do secretário do interior, Sílvio Porto. A

⁸⁵ O tenente-coronel Luís Ferreira Barros, em seu depoimento à Comissão de Investigação de Atividades Subversivas, arquivado no IPM da Paraíba no Supremo Tribunal Militar, em Brasília, fala de 10 mortos. Severino Ramos, jornalista que cobriu os acontecimentos, em seu livro Crimes que abalaram a Paraíba, vol 1º, João Pessoa, Ed.Grafset, 1983, p. 134, fala de 14 mortos.

⁸⁶ Pronunciados culpados em março de 1963, dois anos depois libertados, em júri, em março de 1965.

⁸⁷ Ramos, Severino. Op. cit. p.97.

Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba também conseguiu assinar acordo com o proprietário da fazenda Miriri, apesar de esse acordo ter durado poucas horas e levado à indicação de Manoel Pereira para administrador daquela fazenda, tendo desencadeado o já citado conflito.

Outra vitória importante foi a condenação unânime do cambão na Assembléia Legislativa, em janeiro de 1964, inclusive por aqueles deputados que representavam a reação. Todos se pronunciaram contra o cambão e iniciou-se uma grande campanha para acabar com o sistema. Sem o apoio irrestrito do governo e mesmo de seus representantes na Assembléia, muitos proprietários procuraram fazer acordos diretamente com os camponeses, embora depois os desrespeitassem.

O incidente da expulsão das 25 famílias da fazenda Sobrado, em Itapororoca, desembocou em mais uma grande vitória para os camponeses. No final de outubro de 1963, o delegado regional da Supra (Superintendência da Reforma Agrária), na Paraíba, Waldemar Borges, desapropriou a fazenda Sobrado, depois de negociações com os proprietários em que estiveram presentes o deputado Assis Lemos, o juiz de Mamanguape, Antônio Maria e o chefe da casa civil do governador e seu representante, Capitão Newton Leite. A Supra concretizava, na Paraíba, decisão tomada a nível federal, em março daquele ano. A seguir nota publicada pelo jornal *Correio da Paraíba*:

*"Estarão localizadas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, as primeiras grandes propriedades a serem desapropriadas pela SUPRA."*⁸⁸

Todas essas vitórias se respaldavam num intenso trabalho de organização e mobilização das massas camponesas, dos operários, dos estudantes, dos intelectuais e do público em geral. E a CEPLAR, evidentemente, não poderia estar de fora de tudo isso. Datam de 1958/1959 as primeiras Associações dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. Em 1961, ao aumentar seu número, nasceu a necessidade de organizá-las numa federação. Assim foi criada a primeira Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, tendo Assis Lemos, como presidente; João Pedro Teixeira, vice-presidente; Pedro Fazendeiro, primeiro secretário e Maria Aquino, tesoureira.

Mas foi realmente a partir de 1962/1963 que cresceram as associações de trabalhadores rurais, simplesmente conhecidas como Ligas Camponesas. Houve Ligas em Sapé, Santa Rita, Alhamdra, Mamanguape, Guarabira, Oitizeiro, Pedras de Fogo, Campina Grande, Mulungu, Ingá, Areia, Alagoa Grande, Belém, Itabaiana.

⁸⁸ Correio da Paraíba de 20.02.1963.

Alguns padres criaram sindicatos rurais que deveriam contrabalançar o desenvolvimento das Ligas embora tenham atuado, sobretudo, na área do brejo.⁸⁹ Fundaram sindicatos em Catolé do Rocha, Areia, Araruna, Mari, Solânea e reuniram-se também numa federação, Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba.

Conscientes da importância dos acontecimentos no campo, ali atuaram todos os grupos e organizações da época. (PC, AP, Polop, Porp, grupo dos 11, o chamado grupo de Julião e a Igreja), acrescentando à luta com a reação aquela comum a esses grupos entre si.⁹⁰

Duas tendências marcaram o movimento camponês no Estado. A do chamado grupo de Julião, que defendia a radicalização dos conflitos através de palavras de ordem do tipo: agitação permanente das massas camponesas, reforma agrária radical, distribuição gratuita de terras aos camponeses. E a tendência representada na liderança de Assis Lemos e Pedro Fazendeiro, que insistiam em resolver os conflitos através do acordo e defendiam a segurança na terra, o crédito, melhores contratos de trabalho. Já no final, grupos mais radicais (Polop, Porp) arregimentaram em função da luta armada, mas esses não chegaram a ter representatividade.

O apoio à sindicalização rural dado pelo governo federal, especialmente através do decreto que criou a Supra, reforçou, dentro do movimento camponês, a opção pelos meios legais de luta. Mas isso aumentou as dissensões internas entre os grupos que compunham as chamadas forças progressistas. Para os grupos mais radicais, a opção legal escudada na Supra não passava de uma linha reformista, que favorecia o jogo político do governo. Entretanto, apesar do debate acirrado, da luta pela hegemonia dentro do movimento camponês, a mobilização popular era a arma básica das duas tendências. Elas se empenharam e se enfrentaram num enorme trabalho de arregimentação e organização, promovendo grandes concentrações, quando eram feitas denúncias e reivindicações e se exigia o comprometimento das figuras públicas com a causa popular. O jornal *O Norte*, de março de 1963, divulgou uma destas comemorações e as denúncias dos camponeses: "Uma concentração das "Ligas Camponesas" paraibanas será feita, em João Pessoa, no dia 28, quando três ou quatro mil camponeses, vão desfilar pelas nossas principais ruas, fazendo apelo ao Governo do Estado e ao Comandante da Guarni-

⁸⁹ Assim chamada em oposição ao sertão, mais árido.

⁹⁰ POLOP (Política Operária); Grupo dos Onze, organização proposta pelo deputado federal do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; PORP (Partido Obrero Revolucionário Trotskista); grupo de Julião, aqueles que seguiam a orientação do advogado e líder das Ligas Camponesas de Pernambuco, Francisco Julião.

ção Federal, a fim de que não consintam nas perseguições de que vêm sendo vítimas por parte dos proprietários. [...] A situação dos camponeses, em nosso Estado agravou-se, consideravelmente, [...] Vários feridos a bala, diversos espancados, centenas de ameaçados, casas destruídas, lavouras arrancadas, mulheres abortando, homens dormindo no mato, casas cercadas por capangas armados de fuzis, rifles e outras armas proibidas, milhares de camponeses impedidos de plantar e outros absurdos...⁹¹

Várias dessas concentrações, acontecimentos que ficaram na memória seja pela importância dos conflitos que as provocaram, seja pelas multidões que reuniram em praça pública, seja pelo clima de "quase choque" em que ocorreram, seja ainda por representarem o reconhecimento da seriedade da luta que se travava no Estado pareciam confirmar o crescimento do movimento popular e o aumento de seu poder de barganha.

Exemplo dessas manifestações foi a comemoração do 1º de maio de 1962, organizada ainda sob o impacto do assassinato de João Pedro Teixeira, e que reuniu enorme multidão com a presença maciça de camponeses, na Lagoa, em João Pessoa. Exigia-se a punição dos culpados.

Com tanta movimentação, o governo federal interessou-se em conhecer de perto o que se passava na Paraíba. Por isso a visita feita a Sapé, cidade berço das Ligas Camponesas na Paraíba, pelo ministro Armando Monteiro Filho, representando João Goulart e seu gabinete, no primeiro semestre de 1962. Pouco depois, em julho daquele ano, o próprio João Goulart veio à Paraíba, acompanhado de três ministros e do chefe da casa civil, Gal. Amauri Kruel. Os camponeses acorreram em massa. Doze mil lotaram 200 ônibus e 12 vagões ferroviários.

Boatos e mal-entendidos envolviam toda essa movimentação. No início de 1964, na fundação do Sindicato de São Miguel de Taipu, quando houve uma concentração de milhares de camponeses, a palavra invasão de terras estava nas manchetes da imprensa do país inteiro. O proprietário do engenho Outeiro acreditou em boatos de invasão de suas terras, cercou sua casa, congregou outros proprietários que deveriam ajudá-lo a se defender. Foi uma das mais importantes demonstrações de força da reação. Assis Lemos, em depoimento anexado a seu Inquérito Policial Militar, comenta o fato: "*Houve, então, alguns excessos porque com o anúncio da ida de trabalhadores ao Município de São Miguel de Taipu para a fundação de um Sindicato, o proprietário do engenho Outeiro[...] pensando que seu engenho seria invadido, apesar de todas as garantias que lhe dei pessoalmente na Secretaria do Interior [...] não acreditou e resolveu cercar a casa grande com sacos de areia e, em companhia de*

⁹¹ *O Norte* de 13.03.1963.

mais de cem proprietários e muitos auxiliares, armou-se para resistir a essa "invasão". E continua Assis Lemos: "Em São Miguel de Taipu forte destacamento policial, sob comando do Capitão Ascendino...presenciou a fundação do Sindicato e o aparato bélico do Engenho Outeiro".⁹² Os camponeses, prevenidos das medidas dos proprietários, haviam-se armado com foices e enxadas. Com muita dificuldade, a liderança do movimento conseguiu garantir a calma e não houve incidentes.

Ainda em 1964, a transformação da Liga de Itapororoca em sindicato também aconteceu em clima tenso. Reuniu-se grande massa camponesa. Na região ficava a fazenda Sobrado, recém-desapropriada. O grande acontecimento era a visita, após a criação do sindicato, à primeira fazenda que passaria às mãos dos camponeses. A reação não podia deixar que esses festejassem tranqüilos sua vitória. Antes, houve prisões, ameaças e intimidações, mas, na hora da concentração, diante da presença maciça, as forças fiéis aos proprietários rurais mantiveram-se a distância.

Os adversários das mudanças perceberam que as regras do jogo ameaçavam mudar. Governantes, antes tão dóceis diante de suas exigências, não mais acorriam para satisfazer seus desejos. Os camponeses, sempre submissos, organizavam-se, recorriam à justiça e questionavam costumes ancestrais nas relações de trabalho. Diante disso, os partidários do statu-quo, além de utilizar todas as suas armas tradicionais, a violência e a pressão sobre governantes para combater a ascensão do movimento popular, especialmente das massas camponesas, organizaram-se melhor para tornar mais efetiva sua luta.

No dia 26 de abril de 1962, poucos dias após a morte de João Pedro Teixeira, criaram a Associação dos Proprietários Rurais do Estado da Paraíba, que veio a ser conhecida como "Lila", a fim de coordenar a repressão ao movimento camponês. Na fundação da Lila lançaram um manifesto e iniciaram uma campanha de denúncia do movimento camponês. Nesse manifesto e, mais tarde, em julho, em carta ao presidente João Goulart, na qual procuravam convencê-lo a não vir à Paraíba, diziam serem as organizações camponesas um antro de comunistas onde se buscava a luta fratricida. Denunciavam o adestramento de guerrilheiros e a distribuição de armas proibidas. Acusavam as autoridades não só de omissão, mas de promoverem a agitação. Diziam sentirem-se ameaçados e denunciavam incêndios de canaviais, invasões de fazendas etc. Entre os criadores da Lila encontrava-se um dos

⁹² Assis Lemos, Condições para o Surgimento das Organizações Camponesas na Paraíba, arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

acusados de mandantes da morte de João Pedro Teixeira, com prisão preventiva decretada.

Na Paraíba, como seguramente no resto do Brasil, o ascenso do movimento popular foi facilitado pelo apoio do governo federal. Apoio que se manifestava através do estímulo à sindicalização, das visitas de personalidades à região e do fornecimento de ajuda material (implantação de postos de saúde e seu equipamento, por exemplo). O governo estadual espelhando o que se passava na esfera federal deu, inicialmente, seu apoio, fortalecendo os movimentos reivindicatórios, as organizações populares (A CEPLAR é um exemplo). Adalberto Barreto comenta em sua entrevista: "*O governo de Pedro Gondim, no princípio estava inteiramente integrado a este espírito de reforma, de inovação [...] as grandes reportagens sobre o que aconteceu no campo naquela época eram feitas pela União. [...] Eu lembro que o primeiro grande conflito em que houve uma resistência ativa dos camponeses no campo teve uma cobertura quase imediata da Rádio Tabajara. Eu me desloquei com o carro até lá, Miriri, para dar cobertura àquele primeiro grande incidente em que houve mortes, foi quando os camponeses resistiram ativamente à ação dos proprietários. A Rádio Tabajara está lá, presente, levou um jornalista da União. Pois bem, na época quem dava a melhor cobertura a esses fatos que ocorreram no campo [...] eram os veículos do governo.*"

As pressões da reação não se fizeram esperar e o governo começou a ceder. É ainda Adalberto quem fala: "*Foi um momento muito breve. Foi entre a posse de Jânio⁹³ em 1961 e até meados de 63, foi quando a gente desfrutou daquela liberdade plena que a gente tinha de fazer as coisas [...] eu me lembro que em 61, eu já era diretor da Rádio Tabajara. A Rádio Tabajara fez cadeia com aquela Rádio Piratinim, do Rio Grande do Sul, para defender a posse de João Goulart. A Rádio Tabajara, uma rádio oficial... instalei o sistema de som na API e fazia pregação.*"

□

Para mudar este quadro de liberdade as forças reacionárias montaram um grande aparato de intimidação a fim de parar toda a mobilização, as iniciativas desencadeadas após os grandes incidentes no campo (Miriri, morte de João Pedro Teixeira, por exemplo). O IV Exército continuando sua ação sobre atividades ditas subversivas, na véspera de uma manifestação programada para denunciar a morte do líder camponês, deteve pessoas conhecidas como articuladores do movimento, além, claro, dos

⁹³ Jânio da Silva Quadros, presidente anterior a João Goulart, eleito em 1960.

líderes camponeses. A Federação das Ligas publicou nota denunciando as arbitrariedades. Cesar Benevides a reproduz em seu livro, "Camponeses em Marcha". A seguir, um trecho desta nota: "A Federação das Ligas Camponesas da Paraíba torna público que, em virtude de ter sido surpreendida com medidas militares das autoridades federais (detenção de seus principais líderes) resolveu adiar sem dia determinado a grande passeata dos camponeses programada para amanhã [...]. João Pessoa, 9 de abril de 1962. Diretoria"⁹⁴

As pressões tiveram efeito. Foram demitidos o diretor do Jornal *A União*, Hélio Zenaide, e o da Rádio Tabajara, Adalberto Barreto. É o mesmo Severino Ramos que afirma:

"Daí em diante, os órgãos de divulgação do governador não mais tocaram na morte de João Pedro Teixeira."⁹⁵ Essas demissões eram um recuo do governador Pedro Gondim, mas não ainda uma mudança de campo. Ele continuava seu jogo de equilíbrios. Por exemplo, propõe que terras do Estado da Paraíba sejam colocadas à disposição da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, para serem revendidas aos camponeses. A própria Rádio Tabajara continuou muito ligada aos movimentos populares. Sabe-se que a CEPLAR teve programas por ela transmitidos em 1963. Além disso, os vários conflitos camponeses que aconteceram em 1962/1963 não foram reprimidos pela polícia estadual. O próprio Adalberto afirma em sua entrevista: "Esses conflitos no campo [...] não eram reprimidos pelo governo."

Em seu manifesto, os proprietários criticam a ação do governo ao denunciarem o movimento camponês afirmando: "Ante uma realidade tão séria e tão inquietante, frente à omissão do Poder de Polícia do Estado Membro, suprido, só de quando em quando, pela vigilância do glorioso Exército Nacional, com as suas briosas Unidades aqui sediadas [...]"⁹⁶ Até quase o final de seu governo, Pedro Gondim procurou manter o apoio à causa popular, ao mesmo tempo em que conciliava com a reação. Continuou prometendo proteção policial para a instalação de sindicatos, manteve aberta as portas do governo para as organizações populares, como a CEPLAR, mas o jogo de conciliações mostrou-se impossível. Os defensores dos privilégios queriam destruir os movimentos populares. Em janeiro de 1964, precisamente no dia 15, após o conflito de Mari, o governo enviou para a região um destaca-

⁹⁴ Benevides, Cesar. Camponeses em Marcha, Ed. Paz e Terra, 1985, p.104.

⁹⁵ idem p.109.

⁹⁶ Manifesto dos Proprietários Rurais, arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília (IPM da Paraíba, vol 13/18).

mento policial, composto de 110 homens, sob o comando do tenente-coronel Luiz Barros, que se tornou famoso pela repressão ao movimento camponês. Já neste momento começaram as prisões de camponeses, tendo sido detido, inclusive, Pedro Fazendeiro.

Também em João Pessoa a situação começara a mudar. Houve um incidente que deixou claro estar a reação na ofensiva e conseguindo vitória. No dia três de março de 1964, os estudantes ocuparam a Faculdade de Direito para protestar contra uma programada visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda,⁹⁷ à Paraíba e contra a prisão de um estudante paraibano naquele Estado. Antônio A. de Almeida, na época membro do Comitê Central do Partido Comunista da Paraíba, comenta em sua entrevista esse incidente: "*Eles (os estudantes) tinham ocupado a Faculdade de Direito para fazer um movimento de protesto, naquelas sacadas, com microfone, alto-falante para protesto e alerta à população. Um movimento de agitação de iniciativa estudantil. Mas para surpresa dos estudantes quando eles estavam lá, nisso chegam caminhões e caminhões de jagunços trazidos da zona rural [...] E os estudantes eram em número reduzido. [...] me assombrei assim porque eu pensava que ia encontrar o nosso pessoal e uma manifestação organizada. Aí eu vi eram os caras querendo derrubar a porta da Faculdade de Direito para tirar os estudantes que estavam encerrados lá dentro.*" Essa ocupação terminou com a intervenção do exército e a prisão dos estudantes.

A CEPLAR também não escapou das investidas das forças reacionárias. Ao atuar desde o início ao lado das organizações populares, ao instalar seus núcleos nas áreas de influência das Ligas, e contando com o apoio de seus líderes, ela não podia deixar de ser identificada com esses movimentos populares, na mira do golpe que se armava. Não há nada surpreendente nisto. Como diz Bento da Gama Batista, em seu Inquérito Policial Militar (IPM), inclusive os sindicatos fundados pelos padres "*eram olhados com a mesma desconfiança pelos proprietários e patrões.*"⁹⁸ A reação organizou, contra a instituição, campanhas difamatórias, ameaçou seus coordenadores e supervisores no campo, conseguiu que a Assembléia Estadual retirasse sua verba do orçamento do Estado. Além disso, começou a combatê-la em seu próprio terreno, isto é, através da criação de campanhas concorrentes. A proposta era clara: criar uma alternativa simpática aos grandes proprietários para a educação de adultos.

⁹⁷ Membro do partido União Nacional Democrática (UDN) e conhecido representante da reação.

⁹⁸ Arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

E o apoio financeiro maciço que essa alternativa recebeu das autoridades estaduais era um grande indicador de que o fiel da balança pendia, no início de 1964, a favor das forças da reação dentro do governo do Estado. A alternativa era a Cruzada Evangélica de Alfabetização de Adultos, que lançou uma campanha de alfabetização, em colaboração com a Secretaria de Educação, após convênio firmado pelo Estado com a Sudene, Ministério de Educação e USAID/BRASIL.⁹⁹ No dia 7 de março de 1964, a Cruzada afirmou ter preparado 700 monitores, que receberam o certificado em solenidade no Teatro Santa Rosa, na presença do governador e do secretário de educação. O governo do Estado teria concedido à Cruzada Evangélica 30 milhões de cruzeiros. (A CEPLAR acabara de perder a verba anual de 1 milhão de cruzeiros, que lhe destinava o governo!)¹⁰⁰

Os ventos realmente estavam mudando. O apoio à Cruzada Evangélica não era uma iniciativa isolada do governo do Estado. A Cruzada contava com o apoio do MEC, fazendo parte do Plano Trienal do ministro Júlio Sampaqui, cujo representante na Paraíba era o professor Augusto Simões. A Cruzada adotou o método da Cartilha ABC que, segundo um representante do Ministério da Educação, seria uma adaptação do método do técnico da Unesco Franck Laubach, introduzido no Brasil em 1945. Pode-se afirmar que a partir dessa data, o confronto de dois métodos de educação de adultos, de dois objetivos distintos a serem alcançados com a alfabetização, começou a se dar "em campo". Um exemplo: o prefeito de Bayeux, que em janeiro de 1964, se havia engajado para um trabalho com a CEPLAR, iniciou oficialmente, no dia 16 de março do mesmo ano, a Campanha de Alfabetização de Adultos pelo método Laubach!

Como na época se vivia de fato o jogo político, o jogo dos grupos de pressão, os movimentos populares responderam a este avanço da reação com o aumento da organização e das pressões, criando novos sindicatos e intensificando a batalha por acordos de trabalho. Claro que os camponeses não foram vítimas passivas da violência da reação. Eles se defenderam e também recorreram à intimidação. Alguns adotaram a tática de colocar chocalhos no pescoço daqueles acusados de ajudarem os proprietários. No contra ataque aos crimes da reação invadiram

⁹⁹ Ver jornal A União de 10.01.1964, 16 e 22.02.1964 e 07.03.1964.

USAID: Nome dado aos convênios firmados com a Agency for International Development para financiar e dar assistência técnica à educação no Brasil.

¹⁰⁰ O corte das verbas da CEPLAR e a dotação de recursos para a Cruzada estão noticiados com

destaque em A União de 07.03.1964, 16.02.64 e 10.01.1964.

latifúndios, o de Miriri, por exemplo, depois da morte de seu líder, Antônio Nascimento. A impunidade dos culpados dos vários crimes, a falta de medidas concretas e efetivas do governo levavam à escalada da violência. Os camponeses tomavam a justiça nas próprias mãos porque de fato, para eles, o "estado de direito" era apenas palavras. Assim mesmo, a arma fundamental do movimento camponês, com o qual a CEPLAR esteve comprometida, foi a organização, as manifestações públicas, a pressão sobre governantes. Isso começara a dar seus frutos como, por exemplo, o consenso contra o cambão. E até o final, as forças progressistas mantiveram-se fiéis ao jogo político. Quando aconteceu o golpe de 1964, estava sendo programada uma greve geral e a realização de um acampamento de camponeses, na praça João Pessoa, para protestar contra a presença do tenente-coronel Luiz Barros, em Sapé.

Esse foi o fluxo e refluxo do confronto. Sentindo um clima propício os camponeses organizaram-se. Defenderam-se. Os grupos da reação reforçaram sua organização. Os dois pressionaram, mataram. Os camponeses conseguiram, inclusive, abalar as relações de trabalho no campo. A reação armou-se para se defender da revolução possivelmente a caminho e aumentou sua pressão sobre o governo. Este vacilou, recuou e reprimiu o movimento camponês. Ao contar o desenrolar dos acontecimentos na Paraíba se faz, seguramente, um relato muito próximo do que se passou no resto do país, quando o golpe militar destruiu iniciativas semelhantes à CEPLAR através do país inteiro.

♦ A SURPRESA DO GOLPE

O golpe militar, embora há muito tempo preparado pela Escola Superior de Guerra e vagamente denunciado por alguns grupos, **pegou as forças progressistas de surpresa**. Alguns depoimentos demonstram a estupefação diante do golpe:

Eli Firmino de Melo: "*O golpe pegou todos de surpresa, porque anoiteceu e amanheceu, né?*"¹⁰¹

¹⁰¹ Coordenador da CEPLAR no bairro de Varjão.

João Alfredo Guimarães: "Os tempos eram difíceis, era difícil a gente entender alguma coisa naquela época... Eu estava convicto que a direita estava completamente moribunda."

Marlene de Castro: "Ninguém pensou de longe em acontecer um golpe militar. Se notava que a reação estava se organizando mais, porém a gente pensava que ela estava se organizando mais porque a gente estava chegando mais perto do poder."¹⁰²

Romeu Fernandes de Carvalho: "Eu não esperava que ia ter golpe, não esperava de jeito nenhum. Para mim, cada vez mais a força popular ia se expandir. Eu só tinha essa idéia na cabeça. Acho que foi nosso erro de modo geral... Ninguém discutia esta possibilidade."¹⁰³

Adalberto Barreto: "A gente tinha consciência de que estava vivendo um momento excepcional, mas com possibilidades. Acreditava que naquela disputa se pudesse levar a melhor. A gente sabia o quanto carecia a base, quanto carecia de integração com a comunidade [...] O fato doloroso mesmo dessa experiência foi a grande desilusão, foi ter percebido o quanto éramos frágeis, sozinhos."

O que teria feito os militares decidirem dar o golpe de estado na noite do 31 de março de 1964?

Nos primeiros meses de 1963, o presidente João Goulart, aparentemente resolvido a fazer aprovar as reformas de base, sobretudo a agrária, considerada como fundamental para o desenvolvimento do país, enviou ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição que as facilitariam. A rejeição do Congresso, composto em grande parte de latifundiários e seus aliados, significava a impossibilidade de levar à frente as reformas pela via parlamentar. João Goulart mudou de tática, intensificando seu estímulo às forças que o apoiavam e apelando para o uso de decretos. Entre os mais importantes, o da Supra, em dezembro de 1963, sobre a "desapropriação por interesse social dos imóveis com mais de 500 hectares situados até 10 km das margens das rodovias, açudes e ferrovias",¹⁰⁴ provocou a ruptura das alianças políticas de uma parte das forças que o apoiavam no Congresso. A esquerda organizou a Frente de Mobilização Popular, numa tentativa de garantir as reformas de base, de reforçar a iniciativa de João Goulart de levar à frente a reforma agrária. Na

¹⁰² Colaboradora da CEPLAR.

¹⁰³ Colaborador junto aos círculos de cultura.

¹⁰⁴ Feres, João Bosco. Propriedade da Terra: opressão e miséria. CEDLA PUBLICATION,

seqüência, intensificou-se o processo de sindicalização e o debate político radicalizou-se.

A direita, que há muito vinha-se organizando, também agilizou sua campanha no sentido de barrar a ascensão dos movimentos populares. Sentindo periclitar seu incontestável poder sobre as massas e sobre as instituições do país, mobilizou a classe média urbana com o apoio da ala conservadora da Igreja. Juntos lançaram o "slogan": "Deus com a Família pela Liberdade" que era a palavra de ordem da TFP (Tradição, Família e Propriedade), uma organização da ala mais reacionária da Igreja. O resultado parece ter sido melhor do que se esperava. Manifestações de rua, campanhas do "rosário em família", orquestradas pelo missionário norte-americano Pe. Payton, propagadas através da imprensa (TV, rádio, jornal) denunciavam "a inconstitucionalidade", o perigo da subversão da ordem. Dentro das Forças Armadas, o movimento dos sargentos em favor das reformas preconizadas por João Goulart, irritou a alta hierarquia militar.

Em março de 1964, contando com o apoio das forças nacionalistas (a burguesia progressista, parte das Forças Armadas, as organizações sindicais e movimentos urbanos e rurais, parte da Igreja Católica e da classe média, estudantes e intelectuais) João Goulart tomou medidas que culminaram, pouco depois, com sua destituição do poder pelas forças reacionárias.

O estopim do golpe teria sido o grande comício realizado no Rio de Janeiro, na Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, quando o presidente Goulart, desafiando o Congresso, assinou, em praça pública, o decreto da Supra onde ficava especificado que as terras desapropriadas para a reforma agrária seriam indenizadas através de títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações a longo prazo e não em dinheiro líquido. No mesmo comício, promulgou os demais decretos incluídos na proposta de emenda constitucional, dentre eles, a extensão do voto para o analfabeto e para os soldados rasos. Essas medidas provocaram a reação organizada dos grupos da direita. Em Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto, com um movimento armado organizado e apoiado pelos comandos militares de quatro pontos chaves do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília) sublevou-se contra o presidente da República. Em dois dias, o golpe de estado estava vitorioso e as forças de esquerda desbaratadas. A esquerda ficou estarrecida. As reações esboçadas logo foram abortadas: revolta dos fuzileiros navais no Rio de Janeiro, a tentativa de reação liderada pelo deputado federal do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Na Paraíba registraram-se tentativas esparsas de reação ao golpe em Rio Tinto, Sousa e João Pessoa. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto, no dia primeiro de abril, solidarizou-se com a greve geral decretada pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) e seu presidente, que também era o prefeito local, organizou barreiras para controlar o trânsito de pessoas que saíam e entravam no município. No seu IPM, José Gomes da Silva, advogado, acusado de comunista, descreve um pouco o que se passou: "*O Comando Geral dos Trabalhadores havia decretado greve geral em todo o país em revide ao levante militar de Minas Gerais, que em face disso, e da incerteza e indefinição da situação, que, naquele momento, se afigurava apenas, segundo as estações controladas pelo Governo, um simples levante de algumas unidades que seria rapidamente contido, dirigiu-se com Antônio Fernandes, também presidente do Sindicato [...] a fim de dar início a paralisação do trabalho; que, lá chegados, Antônio Fernandes informou o pessoal que os Governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda, apoiados por parte da Guarda Militar de Minas Gerais, havia iniciado um movimento para depor o Presidente João Goulart; que, em vista desses fatos, foi paralisado o trabalho do pessoal das seções que funcionavam à noite; que, em seguida, dirigiram-se à sede do Sindicato, com a finalidade de estudar melhor a situação e ratificar, em assembléia a decisão de aderir à greve geral.*"¹⁰⁵

Edésio de Jesus Fragoso de Albuquerque, vereador e contador da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, respondendo a perguntas sobre sua presença no bloqueio teria dito ter estado "*nas barreiras sobre a estrada que conduz a Mamanguape e João Pessoa; que a mesma era constituída de travas de madeira e pedras; que o pessoal que a guardava era da ordem de 6 pessoas desarmadas.*"¹⁰⁶

Sousa também esboçou uma reação. Jório Machado, em seu livro "1964: A Opressão dos Quartéis", descreve essa reação: "*O prefeito Antônio Mariz havia convocado um comício de protesto contra a rebelião de Minas Gerais e em defesa da legalidade. [...] Localizada a 500 quilômetros da Capital, a cidade de Sousa estava desinformada a respeito dos acontecimentos que se desenvolviam entre Minas, Rio e Brasília, a exemplo da maior parte do País. O ato público fora convocado para a noite do dia 1º de abril de 64, quando o Presidente já não tinha mais condição de esboçar qualquer tipo de reação. [...] Mariz*

¹⁰⁵ IPM arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

¹⁰⁶ IPM arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

*se recusou a desmanchar o ato público com uma simples explicação às massas [...] O comício terminou se realizando.*¹⁰⁷

É o mesmo Jório que comenta um esboço de protesto em João Pessoa: "A 31 de março de 1964 eu havia escapado de ser preso, no comício de Cruz das Armas, o mais populoso bairro de João Pessoa. Às 21 horas, quando nos preparávamos para dar início à manifestação de apoio ao Governo João Goulart e em defesa da legalidade ameaçada pelo motim de Minas Gerais, deu-se o corte da energia elétrica e logo em seguida um caminhão do Exército penetrou no meio da massa e dezenas de militares invadiram o palanque."¹⁰⁸

Essas foram as únicas reações que ficaram registradas na Paraíba. As prisões imediatas, as invasões das sedes das organizações populares impediram que os grupos se articulassesem.

A facilidade com que o movimento de 1964 conseguiu fazer abortar essas e, seguramente, muitas outras tentativas de reação em todo o país evidenciam a fragilidade da organização da esquerda brasileira.

Na Paraíba, em início de 1964, a esquerda começara a se dar conta que a situação estava mudando. A violenta atuação de Luís Barros em Sapé, com o beneplácito do governo, não podia passar despercebida. Líderes de esquerda local procuraram analisar essa mudança que contradizia as posições das organizações em nível nacional. Antônio A. de Almeida comenta: "Eu me lembro de um dia em que tivemos a visita de um quadro da direção nacional poucos dias antes do golpe, acho que mais ou menos quinze dias antes do golpe [...] E ele nos tranquilizou assim no sentido de que a composição de forças estava favorável aos movimentos de esquerda, inclusive dentro do exército. Um informe trazido pela direção nacional era uma coisa que a gente acreditava porque eram as pessoas que conviviam no Rio de Janeiro, em Brasília, com elementos de informação lá do centro de decisões do país. A gente saiu tranquilo desta reunião, mas os fatos aqui, digamos assim, desmentiam isso."

Em que se baseava a afirmação de um movimento de esquerda organizado, capaz de responder aos ataques da reação? A maioria dos que estavam envolvidos nos movimentos populares da época, não a questionou, acreditou nela. Heloísa H. Cavalcanti fala, certamente, pela boca de muitos ao dizer: "A gente achava que a revolução que a gente queria estava muito mais organizada, que o

¹⁰⁷ Machado, Jório . "1964: A Opressão dos Quartéis". João Pessoa, Ed. O Combate, 1991, pp.105-106.

¹⁰⁸ Op.cit. p.29.

sul estava organizado, que o Brizola estava organizado, que as Ligas Camponesas de Pernambuco, junto com Arraes, iam reagir."

A realidade era que **as organizações não estavam preparadas para a eventualidade de um golpe**. José Anísio Maia e Antônio A. de Almeida, os dois, na época, do Comitê Central do Partido Comunista, comentando a atitude do partido, dão bem uma idéia desse despreparo.

Maia respondendo à pergunta: Você foi pego de surpresa?, disse: "*De surpresa. Ninguém tinha aparelho, ninguém tinha contato... Tive que sair de João Pessoa. Eu saí por aí afora, perdido por aí afora. Bahia. Lá pras tantas consegui fazer contato com meu pessoal aqui em casa. O partido foi pegado totalmente de surpresa.*"

Antônio A. Almeida, respondendo à pergunta: Então a reação desarticulou logo o partido?, confirma a afirmação de Maia: "*Desarticulou... nós fizemos uma tentativa enorme, eu e Maia, de conseguir fazer uns contatos. Não havia possibilidade de contatos. E quando fazíamos o contato não dava em nada porque a pessoa não tinha condições de ir a frente.*"

A CEPLAR também não se havia preparado para essa eventualidade. Com seus dirigentes presos ou foragidos, não houve sequer condições de procurar os alunos e coordenadores. A desarticulação foi total.

Na noite mesma do dia 31 de março foi invadida a API e presas todas as pessoas que lá se encontravam acompanhando as notícias pelo rádio. Entre essas, quatro membros da CEPLAR: Heloísa H. Cavalcanti, Iveline Lucena, Lígia Macedo e Dorinha de Oliveira, que para ali se haviam dirigido, depois de passarem em todos os núcleos da Capital, "suspendendo" as aulas até que a situação se esclarecesse. Levadas para o quartel da Polícia Militar, na madrugada do dia seguinte foram soltas por intervenção de familiares e amigos.¹⁰⁹

Começou a apreensão de material "subversivo", iniciaram-se as invasões das sedes das organizações - API, Sindicatos, Associações Estudantis. A CEPLAR foi invadida no dia 1º de abril. Os jornais da época falam de farto material subversivo apreendido. Sucediam-se as acusações sem possibilidade de respostas.

Eli Firmino comenta este fim: "*Parou tudo e a gente ficou sem explicação para os alunos. Porque o fim foi esse. Ninguém procurou ninguém mais. Isso foi o que aconteceu. Nem com a direção, nem mais com os alunos. Cada um que procurasse viver a sua vida.*"

¹⁰⁹ O grupo foi preso por militares, sob o comando do major José Benedito de Magalhães Cordeiro.

Era o domínio do medo e do boato, ninguém mais sabia de ninguém com exatidão. Em Sapé e Rio Tinto instalara-se o terror. Pessoas foram presas, espancadas. Clima que duraria muito tempo. Em junho de 1964, o exército enviou a Rio Tinto uma comissão para averiguar denúncias de excessos que estariam ocorrendo ali. Uma das testemunhas ouvidas, Ginaldo Ferreira Scares, promotor público de Rio Tinto, descreve a situação:

"A partir do dia primeiro de abril, desencadeou-se um ambiente de terror no Município encabeçado por [...] elemento ligado à Fábrica que, inclusive, se arrogava o direito de dar ordens para prender pessoas [...]; que a situação atual em Rio Tinto é a seguinte: ou a pessoa está com a Fábrica ou é taxada sistematicamente de comunista."¹¹⁰

Na região de Sapé a situação não era diferente. Pavilhões da CEPLAR foram destruídos, incendiados. Algum tempo depois de ter sido preso e respondido a inquérito no 15º RI e no Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, Pedro Fazendeiro, líder camponês de Sapé e elemento de ligação da CEPLAR no campo, foi solto e "desapareceu" misteriosamente. Sua filha, Nadieje, chegou a procurar pessoas da Campanha, pedindo informações sobre o paradeiro do pai. Nunca ficaram esclarecidas as circunstâncias de sua morte, não chegou sequer a voltar à casa. Elementos que com ele estiveram presos no Grupamento afirmam ter sido ele devolvido ao 15º RI, para em seguida ser solto e desaparecer.

Em meio a todo este terror iniciou-se a fase dos Inquéritos Policiais Militares.

◆ OS PROCESSOS N° 70/64 e N° CCG 469/64

Membros da CEPLAR responderam a dois processos por subversão. A um processo dito de ordem administrativa, no Estado, e ao chamado Processo da Subversão Geral da Paraíba. A esse, responderam, como o nome indica, todos os acusados de subversivos do Estado. Neste capítulo se comentará o inquérito sobre os membros da CEPLAR de João Pessoa, que começou no início da segunda quinzena de abril de 1964, quando Iveline

¹¹⁰ Documento intitulado "Termo de Inquirição de Testemunha", arquivado no Supremo Tribunal

Lucena, Lígia Macedo e Dorinha de Oliveira, foram novamente presas com Zita Moreno Marinho e Maria José Limeira¹¹¹ e levadas para o 15º RI, onde ficaram incomunicáveis. Lá estava também Ophélia Maria de Amorim, companheira da CEPLAR de Campina Grande. Para as três primeiras a prisão durou dez dias. Para Zita Marinho e Maria José Limeira, um pouco menos.¹¹² Ophélia Amorim continuou presa, implicada que estava como advogada das Ligas Camponesas.

Os militares pareciam interessados em situar cada pessoa dentro da entidade, descobrir lideranças, estabelecer ligações com pessoas, instituições e movimentos tidos como subversivos, ou "antros de subversão" (Ligas, FMP, SEC). Além disso, precisavam de provas de suas atividades subversivas, mais ainda, de seu envolvimento com Cuba e Moscou, de seu comprometimento com potências estrangeiras e do incitamento à guerrilha.

No esforço de comprovar uma subversão que alardearam, devido à falta de provas utilizaram "peças de acusação" que só serviriam para ridicularizar o processo. Fotos com uma espingarda, durante uma manifestação camponesa, pareciam indicar participação em treinamento de guerrilha. A letra de uma canção intitulada "Noites de Moscou", encontrada na gaveta de um bureau, parecia revelar a existência de ligações com Moscou. Um teste de seleção em que se pergunta ao entrevistado sua opinião sobre políticos conhecidos, de esquerda e de direita, transformou-se num grande cavalo de batalha no interrogatório. Para os principais suspeitos, mais ou menos um terço do interrogatório relacionou-se com esse perigoso teste. O financiamento da Campanha deveria vir, provavelmente, de Moscou. A afirmação de que o governo estadual e federal eram sua única fonte de financiamento, além dos documentos confirmado o que era, publicamente, conhecido pareciam nada provar, não vir ao caso. A CEPLAR continuava sendo uma entidade subversiva.

Mas toda a subversão que conseguiram provar foi a sua ligação com as demais "instituições subversivas" da Paraíba, a participação de seus elementos em manifestações populares e a elaboração de 18 lições de conscientização consideradas subversivas, possivelmente, por colocarem em discussão, entre

¹¹¹ Zita Marinho, militante estudantil e membro da equipe de teatro da CEPLAR, Maria José Limeira, estudante da Faculdade de Filosofia, que se preparava para ser coordenadora da Campanha.

¹¹² Para as três primeiras a prisão durou 10 dias. Para Zita Marinho e Maria José Limeira, um pouco menos. Ophélia Amorim não foi libertada na mesma ocasião, tendo sido depois transferida para o 1º Grupamento de Engenharia.

outras coisas, a exploração dos trabalhadores e sugerirem caminhos de atuação.

Esse processo, cuja primeira fase de levantamento da culpa dos suspeitos, na Paraíba, durou um pouco mais de um ano, não teve um desenvolvimento linear nem tão simples, como pode parecer indicar nosso relato até aqui. Iniciado no 15º RI, sob a presidência do então major Ney de Oliveira Aquino, com o interrogatório daquelas que estavam presas, e de Juarez Macêdo, continuou, alguns meses mais tarde, no 1º Grupamento de Engenharia, ainda sob a presidência do major Aquino, quando várias outras pessoas foram interrogadas sobre sua participação na Campanha. Para algumas dessas, este foi o tema central do interrogatório: Heloísa H. Cavalcanti, Lenita Peixoto, José Lustosa, João Alfredo Guimarães, Juarez Macedo, Zélia Cunha de Carvalho. Para os demais, as perguntas sobre a CEPLAR eram uma entre outras, onde se procurava estabelecer que vínculos teriam com ela: Adalberto Barreto, Antônio A. de Almeida, José Iremar Bronzeado, Geraldo Medeiros.¹¹³

Tudo leva a crer que o major Aquino procurava apurar fatos. Segundo informações, por volta de agosto de 1964, ele teria concluído o "Processo da Subversão Geral" pela não denúncia de todos os acusados de subversão na Paraíba. Mas, esta possibilidade não fazia parte das regras do jogo dos processos políticos, naquele momento. O Major Aquino foi substituído no processo e preterido de fazer um curso da Escola do Estado Maior do Exército. Em seguida passou a servir no batalhão de Rondônia, como sub-comandante. Jório Machado comenta a sua sorte: "*Por ser liberal foi demitido em meados de 64, da presidência do IPM e removido para o extremo Norte. Quem continuou presidindo os IPMs foi o Major José Benedito dos Magalhães Cordeiro, o famoso Major Cordeiro. Ele presidia o IPM da subversão e o IPM do Grupo dos Onze.*"¹¹⁴

Em maio de 1965, cinqüenta e dois dos inclusos neste processo foram denunciados como incursos na antiga lei nº 1802 de 5 de janeiro de 1953, por subversão. A acusação consistia "*na arregimentação das forças nacionalistas, com processos violentos de*

¹¹³ José Iremar Bronzeado, em seu IPM, afirma ter sido apenas amigo de José Lustosa. Geraldo Medeiros intervinha em cursos e palestras da Campanha. Os nomes citados são os que conseguimos resgatar dos arquivos do Supremo Tribunal Militar.

¹¹⁴ Machado, Jório. Op. cit. p.102.

subversão, agitação do povo, com incitamento à luta pela violência, inclusive com a instrução de camponezes, à prática de guerrilhas."¹¹⁵

O Inquérito Policial Militar da Paraíba foi enviado para a Auditoria da 7^a Região Militar do Recife. Dentre os denunciados, quatro membros da CEPLAR. Em documento arquivado com um grande carimbo, onde se lê "SECRETO",¹¹⁶ os militares resumiram da seguinte maneira a culpa das implicadas:

"Maria das Dores de Oliveira - (após dados sobre filiação, prossegue...) HISTÓRICO - Dirigente do Departamento de Educação Fundamental da CEPLAR. Comparecia a reuniões da Frente de Mobilização Popular (V. Ficha). I - idéias sócio-comunistas. Integrava como confessou no seu depoimento de fl 313, a Equipe do Departamento de Educação Popular (CEPLAR), responsável que era pela elaboração de 18 lições de conscientização de conteúdo subversivo (fls 37, 42, 302 e 313). Era, desse modo uma subversiva que incutia no pensamento dos escolares a destruição cristã e democrática. Referido elemento foi punido de acordo com os arts. 7º e 10º do Ato Institucional, conforme consta da relação anexa ao ofício Secreto nº 192-S/2 de 28/5/65, dirigido ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pelo Ten. Cel. Comandante do 15º RI, que se acha arquivado neste DEOPSE. (Nota feita em 10/6/65)."

"Lígia das Mercês Macedo - (filiação...) HISTÓRICO - Integrava a Equipe de Educação Popular (CEPLAR), responsável pela elaboração das 18 lições de conscientização de conteúdo subversivo (fls 37 a 42, inclusive 302, 345, 617, 778). Era subversiva, digo uma subversiva que atuava, criminosamente, sobre a mente das crianças, em proveito do comunismo. Referido elemento foi punido de acordo com os arts. 7º e 10º do Ato Institucional, conforme consta da relação anexa ao ofício Secreto nº 192-S/2 de 28/5/65, dirigido ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pelo Ten. Cel. Comandante do 15º R. I., que se acha arquivado nesta DEOPSE. (Nota feita em 10/6/65)."

"Heloísa Helena Cavalcante de Albuquerque - (filiação...) HISTÓRICO - Integrava o Departamento de Educação Fundamental da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), responsável pela elaboração das 18 lições de conscientização, constante nos autos, cuja responsabilidade assumiu em seu depoimento, esses atos nitidamente subversivos, de folhas 37 e 42 inclusive 302, 311, 314, 347, 167, 645 e 646.)"

"Iveline Lucena da Costa - (filiação...) HISTÓRICO - Pertencia ao Departamento de Educação Fundamental da CEPLAR. Comparecia a concentração camponesa no interior, (Itapororoca-Sapé). Idéias extremistas da esquerda. Integrava a equipe do Departamento de

¹¹⁵ Extrato da cópia do documento constante do 23º volume do IPM da Paraíba, intitulado Autuação, arquivado no supremo Tribunal Militar, em Brasília.

Educação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), responsável pela elaboração de 18 lições de conscientização de conteúdo subversivo, esta denunciada atuava no meio escolar. Referido elemento foi punido de acordo com os art. 7º e 10º do Ato Constitucional, conforme relação anexa ao Ofício Secreto nº 192-S/2 de 28/5/56, dirigido ao Senhor Secretário de Segurança Pública, pelo Ten. Cel. Comandante do 15º R. I. , que se acha arquivado neste DEOPSE.¹¹⁷

Por que só quatro membros do Departamento de Educação Fundamental foram denunciadas? Em um dos primeiros depoimentos colhidos pelos militares e em longo documento anexado ao volume 4 do processo, o depoente acusa o Departamento de Educação Fundamental de querer monopolizar a entidade. As perguntas do teste de seleção, realizado por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Alfabetização, são denunciadas e "as moças", em particular, responsabilizadas por conflitos internos.

Nesse IPM lê-se: "*Perguntado qual o motivo do seu afastamento da direção daquela entidade, respondeu que um dos motivos foi a constatação de que as moças, que eram os elementos mais atuantes da Campanha, estavam tentando conduzir as atividades a seu exclusivo critério, podendo citar como fato comprobatório disso, as iniciativas, por cima da pessoa do Presidente passando, e contatos com o próprio Governador do Estado, a fim de postular daquela autoridade, auxílios diversos e facilidades para o êxito do movimento, notadamente MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA, IVELINE LUCENA e outras (cerca de 5 ou 6).*¹¹⁸

No documento acima referido os conflitos são assim apresentados: "*b) o presidente não conseguiu harmonizar os vários setores de trabalho da Campanha, os Departamentos de Educação Fundamental, Cultural e Artístico. Cada qual legislava ou decidia a seu modo, sem a menor concatenação, muito em particular o Departamento de Educação Fundamental.*"¹¹⁹

Teriam os militares considerado comprovadas estas acusações? O fato é que somente membros da equipe básica do Departamento de Educação Fundamental foram denunciadas.

¹¹⁷ Documento incluído no volume 20º, do IPM da Paraíba, arquivado no Supremo Tribunal Militar.

¹¹⁸ Extraído do Termo de Perguntas ao Indiciado, realizado no dia 17 de abril de 1964 e arquivado no Supremo Tribunal Militar.

¹¹⁹ Documento anexado ao IPM através de carta ao major Aquino, datada de 24.04.1964.

Outras razões, por exemplo, de cunho político, explicariam melhor esse fato? Denunciar apenas aquelas que menos comprometeriam figuras políticas conhecidas, aceitar intervenções dos eternos bem colocados nos postos de poder?

Para as denunciadas, o processo prosseguiu em Recife por mais três anos. Nesse período, várias vezes, tiveram que comparecer à Auditoria da 7ª Região Militar para interrogatório. Quem ficou na Paraíba só tinha uma alternativa: submeter-se às convocações. Quem saiu, às vezes, escolheu pela ausência.

Foram anos de muita humilhação, de perseguições, de prisões relâmpagos para os que ficaram, sobretudo. Coloca-se uma bomba no aeroporto de Recife, por exemplo, eles são os primeiros a serem procurados. Isto aconteceu com Dorinha.¹²⁰

Enquanto isto, os conflitos que a ditadura enfrentava agravaram-se. Os políticos davam sinais de insatisfação com o autoritarismo militar e criaram um movimento visando a volta dos civis ao poder, a Frente Ampla, da qual participavam figuras como Carlos Lacerda, um dos articuladores do golpe militar. Ocorriam atentados a bomba em diferentes pontos do país e surgiam organizações que se propunham desencadear a luta armada. Em 1968, quando os processos dos membros da CEPLAR chegaram a sua fase final, os militares estavam, por um lado, firmes no poder há quatro anos, e, por outro, preocupados em eliminar esses focos de rebelião.

As provas de subversão que ao longo desses anos continuaram procurando, no Brasil e no exterior, contra os membros da Campanha, não foram encontradas. Edeltrudes Balduino, uma das testemunhas de acusação, num de seus depoimentos diz o seguinte: *"Que nunca ouviu falar que as pessoas com quem tratava durante a sua permanência na CEPLAR recebessem ajuda ou subsídio de estado estrangeiro ou de organização internacional com a finalidade de subversão do regime e da ordem pública [...] tem apenas a informar que as pessoas com quem convivera naquela época, apenas tomavam parte na atividade desenvolvida pela CEPLAR, no campo educativo, no entanto, desconhece se aquelas mesmas pessoas atuavam ali em outro sentido."*¹²¹ As acusações coletadas foram tão vagas que a Procuradoria Militar, quando pediu absolvição para outros implicados no Processo da Subversão Geral, assim justificou:

¹²⁰ Referência a um atentado a bomba, no aeroporto de Guararapes, em Recife, Pernambuco, em 1966, onde se esperava o Gal. Arthur da Costa e Silva. Morreram na ocasião um jornalista e um almirante. Quatorze pessoas ficaram feridas.

¹²¹ Depoimento prestado no dia 12 de abril de 1966, no Palácio da Justiça de João Pessoa, e arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

*"todas testemunhas de acusação, além das outras, não fizeram acusações e quando disseram qualquer fato, o fizeram de modo vago, sem precisar ato subversivo capaz de autorizar uma condenação."*¹²²

Para as quatro denunciadas o processo terminou em 1968, com a obtenção de um habeas-corpus, por falta de justa causa. Heloísa H. Cavalcanti, Dorinha de Oliveira e Iveline Lucena foram defendidas pelo advogado paraibano Nizi Marinheiro.¹²³ Um primeiro advogado havia abandonado a causa a meio do caminho.

As mesmas pessoas responderam também a um processo no Estado, de nº CCG/1469/64, perante a Comissão Estadual de Investigação, instituída pelo Decreto nº 3540, de 18 de abril de 1964. A comissão concluiu pela demissão das quatro implicadas do quadro oficial do Estado, por atividades subversivas, com fundamento no art. 7º, parágrafo 1º, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. As demissões, assinadas pelo então governador Pedro Moreno Gondim, foram publicadas no Diário Oficial do Estado no segundo semestre de 1964. Foi igualmente demitida de suas funções Maria do Carmo Campos de Araújo (Marily).¹²⁴

A maioria desses foram processos com as cartas marcadas, como acontece com os processos de cunho político, onde não se procura apurar fatos, mas selecionar evidências de uma "culpa" previamente estabelecida. Eles tinham muito de farsa, embora não tenham sido vividos assim pelos protagonistas.

Para "os subversivos" a farsa teve muito pouco de hilariante. Já começaram como perdedores. Desmoronara-se sua base social, não havia volta possível a trabalho e atividades com as quais se identificavam. Tinham que aprender a viver, a sobreviver num mundo hostil. De promotores do progresso passaram a criminosos, leprosos sociais. De consultores, divulgadores de idéias, à posição daqueles que levam as primeiras chibatadas quando o poder estabelecido acredita precisar usar a força para descobrir algo, ou reprimir tentativas de rebelião.

O clima de terror que se instalara no país, do qual os processos eram parte, além das leis de exceção que foram sendo criadas pela ditadura, são por si mesmo, provas da arbitrariedade desses

¹²² Extrato da cópia do documento constante do 23º vol. do IPM da Paraíba, arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

¹²³ O advogado Modesto da Silveira ajudou o andamento do processo de Heloísa H. Cavalcanti e Iveline Lucena da Costa, a partir do Rio de Janeiro, onde se encontravam.

¹²⁴ Possivelmente outras pessoas do quadro do Estado, que trabalharam na CEPLAR, também foram demitidas. Não recolhemos dados que nos permitam afirmá-lo.

processos. Jório Machado descreve um pouco este clima: "As punições não se limitaram às restrições ao direito de cidadania. Ao mesmo tempo, o País era transformado num imenso calabouço. [...] eram tantas as prisões que dezenas de navios foram transformados em presídios [...] Os presídios comuns, as casas de detenção, delegacias de ordem política social, os quartéis do Exército ficaram superlotados de presos políticos civis. Até o estádio do Maracanãzinho foi requisitado pelas unidades de repressão. As embaixadas estrangeiras foram tomadas pelos perseguidos. Calcula-se em 50 mil o número de presos que superpovoavam essas prisões, onde predominavam os maus tratos, as torturas, que iam do uso da geladeira, ao choque elétrico nas partes pudendas, às rampas medievais e ao pau-de-arara."¹²⁵

Quem pôde negou-se a ser protagonista dessa farsa. Muitos escolheram o caminho do exílio, recusando ou pondo um fim ao papel de vítimas à mercê do arbítrio dos novos donos do poder, ou de vítimas da sorte, ao cair em mãos de militares honestos ou não.

Muitos dos militares acreditaram no grande perigo comunista e se dedicaram a desmascarar os perigosos subversivos, armados por Cuba e Moscou, segundo a propaganda pré-golpe. Entre esses havia os que não estavam interessados em torturar, destruir "a camarilha comunista". Entretanto, aqueles que tinham sede de vingança acolheram com júbilo a oportunidade da tortura, da destruição física dos inimigos.

Na Paraíba é bem conhecida a atuação dos que escolheram o papel de algozes e suas consequências nefastas. Já se falou do clima de terror instalado em Rio Tinto e na região de Sapé ainda antes do golpe. Clima que apenas se agravou no pós-golpe, sendo responsável pela tortura, morte e desaparecimento de camponeses suspeitos. Para esses, os novos mandantes não sentiram necessidade de justificar sua arbitrariedade com qualquer forma de processo. Daí "os desaparecimentos". De Pedro Fazendeiro, já denunciado, e do líder camponês conhecido como Nego Fuba (João Alfredo Dias), na mesma ocasião. Não se tem nenhuma estimativa da dimensão da "intervenção" militar no campo paraibano nessa ocasião, a maioria de suas vítimas ficou condenada ao anonimato. A classe média conseguiu registrar algumas denúncias. É do conhecimento público terem sido torturados Assis Lemos, Jório Machado, Ivanoé Baracho (secretário de Miguel Arraes) e Boanerges Timóteo (líder bancário). Jório Machado comenta o efeito da tortura sobre um

¹²⁵ - Machado, Jório. Op. cit. p.32.

desses: "O sofrimento de Boanerges foi tão prolongado e monstruoso, que terminou inutilizando-o para o resto da vida."¹²⁶

Para a CEPLAR também houve um caso de maltratos e sérias pressões psicológicas. Apesar dos anos decorridos não nos parece dispensável essa denúncia.

Como se vê, a diferença entre ser visto como um suspeito num processo ou como um verme a ser esmagado não era irrelevante. Podia significar ser submetido a torturas e não mais se recuperar, ou para isso levar anos, ou ter que fazer face "apenas" às dificuldades decorrentes de sua situação de pária social. Essa diferença facilitou, seguramente, aos não-torturados recuperar sua dignidade e identidade dentro ou fora do país, tornando para os outros o caminho muito mais difícil.

Não é nosso propósito reduzir a questão à de honestos versus facínoras. A arbitrariedade institucionalizada é sempre pior do que qualquer atitude individualizada. Ela explicou o fato de que, fizessem o que fizessem os honestos, fossem quais fossem os resultados dos processos os suspeitos saíram, na prática, como condenados.

Pouco adiantou que alguns militares honestos ao entrarem na toca dos lobos, ao conviverem com eles, percebessem que a chamada subversão era, realmente, um esforço enorme de reconhecer o direito à cidadania da totalidade da população brasileira, de criar uma sociedade cujas regras de convivência se baseassem na justiça e na igualdade, e que as armas não existiam. Pouco adiantou que, pensando estarem conduzindo um processo, apurados os fatos, concluíssem pelo não-denunciamento dos culpados, pois mesmo que assim o acreditassem, não estavam ali para julgar. Suas conclusões, para serem aceitas, dependiam de interesses maiores, de circunstâncias alheias aos processos. No caso da CEPLAR a decisão do major Aquino de arquivar o processo não foi aceita. O processo prosseguiu. Quatro anos depois, a conclusão final foi a não inculpação. Teria sido, enfim, feito justiça? Absolutamente. Justiça, seria, a volta dos acusados a seus postos, sua reabilitação. Vivia-se apenas outro momento. As prisões estavam destinadas aos suspeitos de envolvimento nas guerrilhas. Não havia interesse em superlotá-las com subversivos que já tinham sido alijados de seus postos. Enfim esse era o objetivo principal. Para a ditadura, como instituição, mais do que condenar culpados, tratava-se de desbaratar toda uma rede de estímulo à

¹²⁶ Op. cit. p.70.

participação política das massas, de impedir que pessoas e grupos tivessem condições de, outra vez, agir articuladamente junto às massas. Tratava-se de voltar ao statu-quo, isto é, a "elite" decide e o povo segue, nada de reivindicações. E esses subversivos pareciam estar fora de combate. Claro que os publicamente identificados com "a subversão" tinham de ser punidos, a questão do servir de exemplo. Já o tinham sido. O Ato Institucional I criara a arma das cassações políticas, arma eficiente, que significava a morte política dos adversários. Todas as figuras nacionalmente identificadas com a luta popular já tinham sido cassadas.

Na Paraíba, logo na primeira quinzena de abril, a Assembléia Legislativa apressara-se a cassar seus deputados subversivos, antecipando-se aos atos institucionais. Mais uma vez com a palavra Jório Machado: *"No dia 7 de abril, o deputado Joacil de Brito Pereira leu da tribuna da Assembléia uma declaração do 15-RI, subscrita por seu comandante, coronel Edinardo D'Ávila Melo, segundo a qual os deputados Assis Lemos, Langstein Almeida, Agassiz Almeida e Figueiredo Agra estavam envolvidos em atividades consideradas subversivas, pelo Serviço de Informação daquela unidade militar. [...] No dia 10, a Assembléia decidiu cassar seus mandatos, por decisão unânime, tudo sem processo [...] sem cumprimento de prazos e sem conceder direito de defesa aos acusados. Como o Regimento da Casa não fazia referência à perda de mandato pela prática de subversão, a imaginação criadora dos parlamentares paraibanos não demorou a encontrar uma brecha dentro dos estatutos e, de uma só cutelada, cassaram os mandatos daqueles deputados por falta de decoro parlamentar."*¹²⁷

Quanto aos membros da CEPLAR, processados ou não, já tinham sido, como já o afirmamos, punidos ao perderem seus empregos, serem perseguidos, ou levados ao exílio.

Até aqui o relato dos fatos. Parece-nos, agora, possível debruçar-nos sobre a experiência num esforço de crítica e compreensão.

¹²⁷ Op. cit. pp.41 e 42.

7. ELEMENTOS DE ANÁLISE SOBRE A CEPLAR

◆ A LUTA IDEOLÓGICA INTERNA

A CEPLAR nasceu como um grupo bastante homogêneo ideologicamente. Teve suas bases ideológicas na JUC, num momento em que esta radicalizava suas posições. Wilson Marinho recorda bem em sua entrevista, o discurso dos setores progressistas da Igreja: "*Trabalhemos com nossos irmãos comunistas, mesmo se não concordamos com eles.*"..."*O trabalho com os militantes comunistas fazia parte de uma estratégia, discutida e aprovada pela JUC. Lembrem-se da Campanha da Legalidade, da Frente Ampla em defesa da posse de Jango.*" União na ação, intervenção junto às massas populares num engajamento consciente para a transformação das estruturas do país, eram os referenciais que permitiam a identificação dos grupos, pessoas e instituições as mais diversas.

Ao tentar concretizar seu projeto inicial, ao participar, lado a lado, dos grupos que desenvolviam a luta político-ideológica, ao tentar responder aos problemas concretos com que se deparava, o projeto da CEPLAR foi se tornando cada vez mais radical e ambicioso. Aos poucos, a homogeneidade ideológica do início mostrou-se mais aparente que real. Ou talvez seja mais verdadeiro dizer: a realidade social, a luta concreta agiu sobre as pessoas de modo diferente. Lealdades foram desfeitas, modificadas ou interpretadas diferentemente. A sociedade brasileira de então era uma sociedade polarizada, partidária. Havia pressão para que as pessoas optassem, se definissem. A figura do militante independente era menosprezada. Definir-se como independente era um "pecado social". Assim logo começou a haver dois grupos dentro da instituição. Um que se julgava revolucionário, representativo do esforço de transformação da sociedade brasileira, fiel, portanto, ao projeto que a gerara. O outro que acusava a sua prática de

comunizante. Esses dois grupos, como era inevitável, entraram em choque.¹²⁸

Outra característica importante da época era a rapidez dos acontecimentos. De um pequeno grupo de pouco mais de dez pessoas, logo a CEPLAR passou a contar com dezenas para, no espaço de dois anos e meio, terminar com centenas de pessoas. E não crescia apenas numericamente. De uma entidade desconhecida passou, em pouco tempo, a ser reconhecida como a proposta alternativa em educação de adultos na Paraíba. De uma entidade com parcos recursos financeiros e de pessoal, abriu-se para ela a possibilidade de gerir milhões de cruzeiros, verba que num determinado momento, já negociava diretamente com o Ministério da Educação, sem a mediação do governo do Estado. Logo passou a ser um foco de atenções e de interesses, a mobilizar as esperanças e a criatividade da juventude e da intelectualidade paraibana de então. Sendo a sua uma proposta radical, atraía para si aqueles que estavam envolvidos na luta político-ideológica no Estado. E, como era natural, refletiu os conflitos ideológicos do Brasil de 1964. Dentro dela estavam representados os grupos e instituições mais atuantes: AP (Ação Popular), PC (Partido Comunista) e Igreja Católica.

A primeira dissensão interna foi vivida a nível de choques de personalidades. Nas conversas, explicações do tipo: "A ou B quer utilizar a Campanha como plataforma para uma carreira política", justificavam as insatisfações de uns; outros contra-atacavam afirmando: "Defendemos um socialismo cristão não o comunismo." As duas correntes não chegaram a lançar face a face essas acusações. Se, naquele momento, os conflitos que levaram à primeira ruptura dentro da equipe dirigente, foram vivenciados como confronto de personalidades, na realidade divergências ideológicas os permeavam.

Como já assinalado, dentro do grupo que fundara a entidade instalara-se uma tensão entre os membros do Departamento de Educação Fundamental e o primeiro presidente José Lustosa. O fato de o Departamento de Educação Fundamental ter cerrado fileira apoiando a entrada de um comunista para um posto de direção, e a tensão subsequente que se instalou, deixam ver que parte da Campanha distanciava-se, ao longo do caminho, de sua orientação jucista inicial. Se o trabalho com os comunistas era aceito pela ala progressista da Igreja, uma coisa era ação conjun-

¹²⁸ O processo de polarização na ação não foi específico da CEPLAR, mas estava ocorrendo na sociedade brasileira: houve "racha" de membros da JUC com a hierarquia, dando nascimento à AP (Ação Popular) que se organizou como um movimento político; no movimento sindical, com a divisão "sindicato da Igreja" e "sindicato do PC" (Partido Comunista) e no interior das Ligas com a existência de um grupo defensor da luta armada.

ta, em campo, outra era a participação a nível dos postos de direção. A entrada de Paulo Pontes é o marco do gradual distanciamento da equipe de base de uma orientação marcadamente jucista. Apesar de até então nada indicar esse afastamento, aos poucos a hierarquia religiosa passou a temer que o Partido Comunista viesse a controlar a instituição. Pe. Juarez Benício, em sua entrevista, comentando os conflitos dos últimos meses, afirma: "*Meu receio era que o PC assumisse o trabalho, na época em que este tinha crescido, tinha recursos.*" E a partir de um determinado momento, impossível de precisar após tantos anos, começaram a haver objeções aos rumos que a equipe, que diariamente tomava decisões e orientava a realização dos trabalhos, procurava dar à Campanha. Chamaremos a essa equipe de "executiva", diferenciando-a do Conselho Diretor que se reunia esporadicamente, e do qual participavam três dos membros da equipe "executiva".

O presidente José Lustosa, ao constatar que não lhe era possível impor suas decisões, escolheu o caminho da renúncia, em 29 de abril de 1963. Talvez o fato de se saber que ele pretendia seguir a carreira política, tenha influído para sua demissão ser aceita sem contestação pois este era um ponto em que havia unanimidade dentro da equipe: a Campanha não serviria de plataforma política para ninguém. Os acontecimentos posteriores indicam que com a saída de José Lustosa, não ficara resolvido o problema da dissensão interna. Num primeiro tempo, a equipe conseguiu unanimidade na escolha do novo presidente Juarez Macêdo, advogado, procurador da CHESF,¹²⁹ professor universitário e assessor jurídico do Conselho Estadual de Desenvolvimento. Quando este assumiu a presidência, a Campanha vivia um de seus grandes momentos. Estava executando os trabalhos relativos ao Programa de Emergência do ministro Darcy Ribeiro. Existia como instituição a nível estadual e nacional. Juarez Macêdo parece ter sido escolhido como o homem que poderia representá-la nesta sua nova fase. Não mais um jovem recém-saído da Universidade, mas um intelectual conhecido e respeitado na cidade. Ele foi o primeiro presidente escolhido fora dos quadros da entidade. Não fazia parte da equipe fundadora nem estava entre os intelectuais com os quais se mantinha um diálogo constante, embora não fosse um desconhecido. Foi um elemento vindo de fora, o que não impediu que gozasse, ao entrar, do respaldo, confiança e consideração da equipe "executiva". Mas, com Juarez Macêdo também se deu o choque entre duas visões de "gerência" de um trabalho de grupo. Uma visão autoritária: o presidente que quer ver sua autoridade respeitada, e uma visão

¹²⁹ Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

de gerência coletiva. Ele não compreendeu uma das idéias mestras fundamentais da instituição: o trabalho em equipe, a não aceitação de uma autoridade vertical que decide e é seguida. Everaldo Junior em seu depoimento, comenta como era forte o trabalho de grupo na Campanha: "*o trabalho em equipe, a maneira como o grupo decidia e se coordenava era uma coisa formidável. Isso, hoje não se vê muito.*"

De fato a CEPLAR funcionava com um modelo de gestão participativa, onde todas as pessoas, todos os campos assumidos eram igualmente importantes para a ação conjunta. Um exemplo prático: A avaliação do trabalho dos vários departamentos e serviços e as programações futuras eram objeto de reuniões mensais, onde todos os membros da sede estavam presentes para participar das decisões. Dos diretores à faxineira. Deste modo, na execução de sua tarefa, cada pessoa se sentia implicada nas decisões tomadas e responsável pelo bom andamento dos trabalhos da entidade.

Juarez Macêdo, tudo indica, entrou para presidir, administrar e não para se associar a um trabalho de um grupo, em grupo. No seu esforço tomou medidas positivas, como diz ainda Everaldo Junior: "*Juarez procurou instaurar uma burocracia que funcionasse: arquivos, uma organização eficiente.*" Mas tomou também medidas de vital importância sem consultar a equipe. Decidiu, por exemplo, congelar os recursos provenientes do convênio para a alfabetização, durante três meses, sob o pretexto de aumentar os recursos da Campanha. Ora, este período coincidia com a implantação do programa de alfabetização. Com sua atitude, além de ir contra o processo de decisão em grupo, Juarez Macêdo impedia que se movimentassem as verbas de modo a permitir que a cultura popular, como um todo, crescesse e não só a alfabetização. Neste momento, para a equipe "executiva", a ação dos dois departamentos era igualmente importante, em que pese o fato de o Departamento de Educação Fundamental contar realmente com os recursos. Juarez explicou sua atitude, com a sua determinação de querer garantir a efetividade do programa de alfabetização. Num documento endereçado ao 15º RI, por ocasião de seu IPM, ao fundamentar suas divergências com a equipe, ele afirma: "*Se bem que todos convergissem num ponto - a promoção do homem - nem sempre houve unanimidade na metodologia dessa promoção. Para uns, o presidente à frente, era mister insistir na alfabetização, dentro das lindes do Convênio. Para outros, oferecia-se*

ocasião para aquela promoção através da arte, do teatro, de publicação de temas folklóricos etc."¹³⁰

No seu esforço para privilegiar a alfabetização, à sua maneira, o presidente não contou sequer com o apoio do Departamento de Educação Fundamental. Assim havia de um lado uma equipe unida, de outro, o presidente. João Alfredo Guimarães, diretor executivo naquele momento, comenta em sua entrevista: "*Não havia dissensões dentro da equipe básica: Dorinha, Lenita, Iveline, Lígia, Heló, Paulo. Entrosei-me muito bem com a equipe. Era muito homogênea.*" Isolado, Juarez Macêdo tentou modificar os estatutos de modo a introduzir o direito de voto. Da pauta de uma reunião, por ele convocada para o dia 9 de setembro de 1963, consta modificação dos estatutos. Teria sido nesta ocasião que propôs a introdução do direito ao voto? O fato é que não houve mudanças estatutárias.

Os incidentes, que dificultavam o trabalho conjunto equipe versus presidente, foram se sucedendo. Foi rompida a confiança e estabeleceu-se um clima de tentativa de controle mútuo. Se o presidente procurava conseguir o direito de voto, a equipe zelava para que, em missões importantes, ele fosse acompanhado de um de seus membros. Dois fatores contribuíram muito para o agravamento desta situação:

Por um lado, a relativa divisão de funções que se estabeleceu dentro da Campanha entre: a) aqueles que planejavam, coordenavam e executavam os trabalhos e b) aqueles que participavam do planejamento em suas linhas gerais, mas cuja função específica era o contato com as instituições governamentais e outras. Esses últimos, encarregavam-se de discutir projetos nas reuniões a nível de governo; assumiam o incessante trabalho de conseguir a liberação de verbas designadas pelos poderes públicos à Campanha; estabelecia contatos com as instituições com as quais se pretendia trabalhar; divulgavam os seus trabalhos etc. Os presidentes e vice-presidentes, sobretudo a partir de Juarez Macêdo, exerceram estas funções. Mas não as assumiram sozinhos. Membros da equipe "executiva" continuaram a agir nesta área. E o acesso livre e direto ao gabinete do Governador do Estado, não era a eles limitado. Daí falar-se de uma relativa divisão de funções.

Por outro lado, as incompreensões que poderiam surgir desta situação, a insegurança que poderia ser gerada por se sentir a impossibilidade de ter o controle do rumo das ações na avalanche dos acontecimentos da época, só eram agravadas pelo clima de

¹³⁰ Folhas 4/5 de um documento anexado ao Inquérito Policial Militar da Paraíba, arquivado no Supremo Tribunal Militar, em Brasília.

radicalização político-ideológica do país. Neste momento, já se ouviam acusações do tipo: "Há pessoas tomado o controle da CEPLAR pelo Partido Comunista". Ao polarizarem-se os conflitos, cada ato, cada decisão enquadrava-se dentro de um dos pólos: direita versus esquerda. Isto gerou, em muitos, oscilações, vacilações, temor pelas consequências de atos que, em outras circunstâncias, poderiam passar despercebidos. Em outros, a necessidade de tomar medidas que garantissem o aumento de seus aliados.

Nesta ocasião, a CEPLAR já atuava no interior e projetava ampliar sua ação nas áreas de maior tensão social na Paraíba, (na época, Sapé, Miriri e adjacências, Rio Tinto). Escolheu como sua aliada, no campo, as Ligas Camponesas. Não querendo apenas pedir a colaboração das Ligas, dos sindicatos, procurou estabelecer com esses vínculos mais estreitos. Seu compromisso ideológico com as massas tornava-se cada vez mais claro e radical. Já não eram apenas estudantes que alfabetizavam o povo, eram os próprios trabalhadores, os camponeses que deveriam atuar, também, como professores.

Esta era uma posição, podemos dizer, oficial, pois constava da própria orientação do convênio assinado com o Ministério de Educação. Mas a CEPLAR foi mais além. Procurou preencher seus quadros com camponeses e trabalhadores sensibilizados pelas lutas sociais. Para isto tentou garantir, através de um teste de seleção, que os coordenadores fossem escolhidos entre aqueles sensibilizados pela causa popular. Perguntas do teste foram acusadas, por Juarez Macêdo, de "inquirição ideológica." O que poderia ter sido uma simples busca de melhorar a qualidade de um instrumento de avaliação, transformou-se num confronto sério.

Vários foram os conflitos entre a equipe e Juarez Macêdo, nos quatro meses em que presidiu a instituição, período fundamental na sua vida, pois assinara o maior convênio de sua história. Ao analisar esses conflitos percebem-se contradições muito mais sérias do que elas aparecem. A forma como o presidente conduziu a discussão em torno do teste de seleção, deixa entrever o questionamento da opção ideológica básica da Campanha. O bloqueio de verbas, a tentativa de voto demonstram uma compreensão hierarquizada das relações em grupo. Nesta, o presidente decide e os subordinados seguem. Poder-se-ia dizer que o presidente zelou pela "salubridade financeira" da entidade e pela efetivação do convênio de Alfabetização que havia assinado, como bom administrador. Muito provavelmente essas foram suas razões pessoais. Mas além de demonstrar uma visão autoritária, ele defende, com sua atitude, uma compreensão do

trabalho de educação popular na qual separava alfabetização da cultura popular.

Além do mais, a divisão de funções, o pouco conhecimento anterior entre a equipe e o novo presidente, o fato de que, na época, cada ato, decisão, declaração fossem carregados de fortes tintas ideológicas e, a radicalização rápida e crescente da sociedade brasileira, só contribuíram para que, outra vez, se estabelecesse um clima de desconfiança que levou a mais uma situação de ruptura.

Em outubro de 1963, acusando a CEPLAR de radicalização e o Departamento de Educação Fundamental de querer se apropriar da instituição, numa longa carta-renúncia demitiu-se Juarez de Paiva Macêdo. Em seu depoimento escrito, datado de 11 de julho 1992, ele explica assim sua renúncia: *"Em outubro de 1963, impotente no equilibrar o jogo de tendências em proveito do qual fui convocado, decidi pela renúncia, através de carta ao Conselho Deliberativo. Lembro-me que foi uma carta longa, circunstanciada, sobre a incontrolável disputa entre as tendências internas. Para as facções em litígio, fora mais importante a política da alfabetização do que a própria alfabetização; a política na alfabetização do que os analfabetos, o objeto aparente do movimento; ou, ainda, a política pura e simples, sem analfabeto algum."* Renunciou, na mesma ocasião, o vice-presidente Wilson Guedes Marinho. Nas suas palavras o porquê de sua decisão: *"Como eu tinha sido eleito com ele, saí com ele. Lembro-me ter chegado à conclusão de que só uma pessoa que estivesse lá as 24 horas podia ser presidente."*

Com a saída de Juarez Macêdo não houve mais dicotomia entre a equipe dirigente e a equipe "executiva". O novo presidente-interino, João Alfredo Guimarães, era membro dessa última. Com ele manteve-se a divisão de funções já mencionada, mas ele inseriu-se também no trabalho de campo, participou das decisões diárias, tendo-se recuperado o clima de harmonia e coesão internas. Isto se deu, certamente, pelo fato de João Alfredo Guimarães ter acreditado, sem restrições, no trabalho que se realizava na CEPLAR.

Neste momento já havia, realmente, dois grupos dentro da Campanha. O que no início era simples temor, manifestando-se apenas ao nível das conversas, do disse-que-disse do tipo "temos que ter cuidado com os comunistas", assumiu o caráter de uma oposição atuante. A luta se deu pelo controle do órgão decisório máximo: o Conselho Deliberativo. A equipe "executiva" tentou ampliar seu poder dentro do Conselho propondo a inclusão de nove conselheiros de sua confiança. Com isto pretendia também garantir a penetração da entidade no campo, firmar sua aliança

com lideranças camponesas reconhecidas na região, sobretudo em áreas especialmente conturbadas como as de Sapé e Miriri. Incluiu entre os novos conselheiros o nome de Pedro Fazendeiro, segundo secretário da Liga de Sapé e, já há algum tempo, seu elemento de ligação na região. Em torno desta iniciativa explodiu o conflito dentro da Campanha que, pela primeira vez, se polarizou. Os dois grupos se definiram e se confrontaram.

João Alfredo Guimarães, no dia dois de março de 1964, convocou o Conselho Deliberativo para, em reunião no dia cinco do mesmo mês, incluir os novos conselheiros. Mas esta tentativa da equipe "executiva" de ampliar seu poder, foi frustrada. Na memória de uns, essa reunião terminou com a derrota, tendo sido a proposta de inclusão de novos conselheiros rejeitada. Na memória de outros, a reunião foi muito tumultuada, não tendo chegado a nenhuma conclusão. O fato é que a oposição, até então mais ou menos difusa, arregimentou-se e ameaçou o poder da equipe "executiva". Pe. Juarez em sua entrevista diz: "*Eu fiz visitas a várias pessoas para evitar que o PC dominasse a Campanha. [...] Eu tinha umas 14 pessoas comigo.*" Mas quem era realmente essa oposição? O que queria? Ela não constituía um grupo homogêneo que defendesse um projeto alternativo de trabalho. O que a uniu e favoreceu seu crescimento, foi o temor dos rumos que a equipe "executiva" pudesse dar à instituição, devido ao fantasma do comunismo. Até o momento da reunião, início de março de 1964, não tinha havido uma ação organizada por parte deste grupo contra qualquer iniciativa da equipe. E, mesmo depois, não se registraram tentativas de prejudicar o andamento dos trabalhos, nem ataques pessoais contra qualquer dos seus membros. O diálogo não foi rompido. Tudo parecia se passar mais ao nível da tentativa de impor limites, bloquear determinadas iniciativas, limitar o poder da equipe "executiva". A derrota que a oposição conseguiu impingir indicava, entretanto, que essa estava se solidificando. Cogitavam-se nomes para assumir a presidência. Adalberto Barreto, pela equipe "executiva" e Arthur Cantalice, por Rosilda Cartaxo. Seria Artur Cantalice o candidato da oposição? A sucessão presidencial não saiu da esfera de cogitações. De acordo com os estatutos, só em maio de 1964 deveria ser escolhido novo presidente. Que representatividade tinha, no momento, essa oposição dentro da entidade? Os 14 nomes citados pelo Pe. Juarez Benício, dentro de um Conselho Deliberativo de 23 membros, estariam de fato unindo forças ou tratava-se apenas de alianças ocasionais? Até onde estariam dispostos a ir? Teria a oposição, num futuro, constituído um bloco para derrubar a equipe "executiva"? Essas perguntas ficaram sem respostas. O ritmo acelerado e a

precipitação dos acontecimentos, na sua fase final, não permitiram que este conflito tivesse um desfecho.

Seria interessante refletir sobre o papel da hierarquia religiosa naquele contexto. Ela desenvolveu uma ação que poderíamos chamar de mediadora. Observava de perto a atuação da equipe, procurava influir nas suas decisões, tentava impedir o que considerava radicalização. Simultaneamente, procurava apaziguar os ânimos daqueles que se mostravam excessivamente chocados com a orientação que se estava dando à Campanha. A pergunta é até onde continuaria a exercer este papel. Que decisões da equipe ela interpretaria como necessitando de intervenções radicais. Poderiam essas significar alijar a equipe dos centros de poder? Estaria este momento se aproximando? Um dos fatos que dificultam a análise é a não existência de confrontos abertos. Toda a luta se passava nos bastidores, no aliciamento de aliados. Ninguém confrontava ninguém com seus argumentos e suas restrições. Um fato é evidente. Deu-se um certo afastamento entre membros da equipe "executiva" e a hierarquia religiosa. Ao envolver-se a CEPLAR nas lutas políticas de então, lado a lado com outras organizações (ligas, sindicatos, API), aos poucos seu pensamento foi refletindo todo este espectro, muito mais amplo. Nas suas negociações, no momento de tomadas de decisões importantes, pode-se dizer que a equipe "executiva" auscultava a "sociedade civil" (um Ronald de Queiroz, um Paulo Freire), e aprofundava sua visão e ação políticas ao engajar-se nas iniciativas das forças populares (alfabetização ligada à sindicalização rural, participação na Frente de Mobilização Popular). O resultado prático da ação conjunta com as demais organizações, para aqueles que estavam, como se costuma dizer, "com as mãos na massa", foi a perda do medo do comunismo que por acaso tivera. Dentro da equipe "executiva" havia comunistas e cristãos, além de pessoas cujo engajamento político era a própria atividade. E essa atividade unificou a todos. Ninguém pedia a ninguém "carteirinha de partido". Na ação estavam todos unidos por um objetivo comum, a luta contra a exploração e a injustiça social. O afastamento entre alguns membros da equipe, e a hierarquia religiosa deu-se por essa não ter tido a mesma apreensão da realidade.

Vale a pena ainda refletir sobre a questão que dividiu as forças dentro da Campanha. Estaria ela se colocando sob o controle do Partido Comunista? Das forças políticas que dela participaram, duas tiveram mais influência nos acontecimentos: a Igreja e os comunistas. A presença da AP foi limitada a alguns militantes ativos em trabalhos práticos, presentes à reflexão durante congressos e discussões esporádicas. A Igreja esteve presente de

forma ativa em todos os momentos de sua existência. Vários militantes comunistas entraram na Campanha, ou apoiaram suas atividades. Pessoas da equipe dirigente aproximaram-se do partido comunista. Mas nenhuma das organizações políticas, ou outras, teve o controle da entidade. Em nenhum momento ela foi o feudo de ninguém. A presença, na equipe "executiva" de comunistas e cristãos convivendo em total harmonia até o fim, sem nenhuma luta de poder entre eles, é uma prova da sua independência em relação aos grupos de então. Jamais houve uma discriminação em relação aos que se definiam como cristãos ou como comunistas. Nem a AP, nem o PC, nem a Igreja controlaram a CEPLAR.

◆ REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O TRABALHO

Duas críticas comuns à intervenção da classe média, dos intelectuais nas lutas sociais do Brasil dos anos 60 são a de manipulação das classes sociais desfavorecidas em função de um projeto próprio, e a de atitude paternalista, colocando-se a classe média como mentora das classes populares. A atuação da chamada elite intelectual e política parece-nos uma tentativa de responder aos movimentos sociais e à insatisfação social que agitava a vida do país, desde o final da década de 50. Os estudiosos da época já muito discorreram sobre o projeto de desenvolvimento nacional que implicava na ampliação do mercado interno. Sobre a ação do governo populista que necessitava ampliar suas bases de apoio.

Não é nossa intenção questionar esses fatos amplamente demonstrados. Entretanto, permanece ainda pouco analisada a questão fundamental da participação das massas populares no esforço de desenvolvimento do país. Seriam elas as eternas massas de manobra ou teriam também uma participação ativa e consciente, visando a transformação de sua realidade? Dependendo da ótica de cada um, pode-se dizer que a classe média "utilizou" a insatisfação popular ou que foi por ela "mobilizada".

Considerando o microcosmo da nossa própria ação, pólos entrelaçados mobilizaram nossa energia: a insatisfação popular, a convivência diária com a miséria, a injustiça social e o

"conhecimento" de teorias que solucionariam essa situação, aliado à crença na sua efetividade e viabilidade a curto prazo.

A injustiça social pode ser um motor suficientemente forte para catalisar energias, levando-as a se organizar em movimentos coletivos quando se dão as circunstâncias propícias. Por que entre tantos beatos um tem a força de Antônio Conselheiro e dá origem a Canudos?¹³¹ Vários fatores explicam o fenômeno, ficando um aspecto muito claro: a movimentação e rebelião populares não foram o resultado de um plano preconcebido ou de maquinações externas ao grupo. A mesma reflexão que se aplica ao fenômeno Antônio Conselheiro, fruto de circunstâncias e não da ação de grupos manipuladores, aplica-se aos projetos das elites dirigentes e à eclosão de movimentos sociais, objeto de nossa análise. Esses são fruto e parte de um contexto mais amplo, onde pesa a história de um povo. Uma das organizações mais importantes dos anos 60, as Ligas Camponesas, é outro bom exemplo de um movimento que não resultou de intervenção externa. Nenhum grupo atuou junto aos camponeses com o objetivo de criá-las. As Ligas nasceram, justamente, da ressonância encontrada em intelectuais da classe média de uma reivindicação popular. Em seu livro Propriedade da Terra: Opressão e Miséria, João Bosco Feres narra o nascimento das Ligas como uma associação de foreiros do Engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco: "*Um dos foreiros [...] impossibilitado de pagar seu aluguel [...] ameaçado de expulsão [...] entrou em contato com José dos Prazeres, militante comunista, que sabendo não se tratar de um problema individual propôs [...] a fundação de uma associação de foreiros [...] O dono das terras tentou proibir o funcionamento da sociedade, intimidando e ameaçando seus membros de expulsão [...] (estes) procuraram o advogado Francisco Julião [...] conhecido na capital por defender causas de clientes pobres.*"¹³² Assim diríamos que, da mesma forma, apresentadas as condições necessárias, os movimentos populares de antes de 1964 constituíram uma resposta à insatisfação popular.

Parte da elite política e intelectual brasileira, mostrou-se sensível a essa insatisfação popular e trabalhou esta realidade com os instrumentos de ação e produção cultural que lhe são peculiares: idéias, projetos. A aproximação da classe média com as classes populares não se deu como fruto de uma mentalidade manipuladora. Havia a crença na capacidade das massas, que se baseava

¹³¹ Antônio Conselheiro, um beato que pregou no sertão da Bahia no final do século XIX, reuniu em torno de si massas de camponeses pobres. Com esses criou uma comunidade, no arraial de Canudos. Foram vistos como uma ameaça à ordem pública pelas autoridades. Dois anos de lutas foram necessários para seu extermínio, tendo sido, para isto, mobilizado inclusive o exército nacional.

¹³² Feres, João Bosco. Op.cit. p.374.

na vivência das pessoas. Explicando seu engajamento, sua atuação nos movimentos populares, muitos dos que participaram das mais variadas atividades utilizam palavras semelhantes às de Ronald de Queiroz ou Adalberto Barreto, que transcrevemos a seguir: *"Essa crença na capacidade dos analfabetos, diz Ronald de Queiroz, foi um dado da minha formação pessoal que fez com que eu acreditasse totalmente [...] que, para conseguir a adesão do analfabeto a um esforço de participação nas mudanças estruturais do desenvolvimento, não se precisava muito. Conseguir-se-ia com grande rapidez pela sua aptidão. E, realmente, a gente encontrava na discussão com os operários convicções muito lúcidas."* E Ronald de Queiroz continua: *"Às vezes, o debate com o operário era muito mais construtivo do que com uma associação [...] dessas onde a gente encontrava sempre um pensamento estratificado e nos olhavam com um certo menosprezo. Então, na época, eu vejo essa forma como uma explicação para a coragem, a disposição, o ânimo que a gente tinha de levar este debate ao trabalhador."* Falando de sua atividade na rádio Tabajara, Adalberto Barreto comenta: *"Os próprios concertos populares que a gente realizava eram uma afirmação de que o povo gosta de boa música."*

O encontro entre a chamada elite, as classes médias e o povo, se deu. A troca de idéias e a conjunção de esforços, houve, embora inúmeras críticas e questões devam ser levantadas. Antes de mais nada, não se tratou de um "idílio" entre classes, instâncias e instituições sociais diversas, como por exemplo, entre governo e povo. Aqueles foram anos de confronto e lutas constantes, já referidas neste livro. Em relação à classe média, à intelectualidade, apenas uma parte estava mobilizada pelas reivindicações populares e procurava criar instrumentos de participação nestas lutas, tais como os MCPs. Outra parte agia, justamente, no sentido de barrar toda essa movimentação, com a "cruzada pelo rosário em família" ou através de grupos como Tradição, Família e Propriedade. Isso demonstra que a luta não foi conduzida por um setor da sociedade manipulando outro. Muitas eram as forças em campo. E essas forças abriam seus espaços, mobilizavam adeptos e se confrontavam. Nos espaços abertos por aqueles sensibilizados pela problemática social também confrontaram-se grupos e pessoas, provenientes das várias camadas sociais, na defesa de interesses e projetos que julgaram justos e viáveis. A palavra confronto define bem a característica dos movimentos da época. A luta para levar seu projeto à frente ou barrar o dos outros, quando visto como reacionário ou perigoso, define melhor a época do que a palavra manipulação.

A crítica do paternalismo e direitivismo parece-nos mais pertinente, embora façamos questão de deixar claro que nenhum

adjetivo, nenhuma crítica é abrangente o suficiente para englobar o movimento de reivindicação dos anos 60. Se em muitos momentos nossa prática foi paternalista, diretiva, em muitos outros não o foi. Tentaremos analisar a questão sem a paixão que o distanciamento nos permite. O que fez com que os que atuaram nos movimentos da época (MCPs, CEPLAR e outros) caíssem nas armadilhas do paternalismo e diretivismo, quando já se tinha repudiado essas atitudes, quando havia uma busca consciente de desenvolver uma atitude crítica, além de se valorizar as classes populares? Vários fatores, que se entrelaçavam e compunham o tecido no qual se desenvolvia a ação, parecem ter dificultado a realização da tarefa a que nos propúnhamos:

- a) a mistificação do diálogo na relação educador x educando;
- b) a desvalorização do papel do educador como aquele que tem informações a transmitir, quando se acreditava conhecer o modelo de sociedade ideal e os caminhos para a ela chegar;
- c) o não dissecamento dos vários papéis do educador, que é ao mesmo tempo agente político;
- d) a formação diretiva recebida pela maioria dos orientadores;
- e) o desnível em relação ao acesso às informações das várias camadas sociais;
- g) a rapidez dos acontecimentos;
- h) a polarização da sociedade brasileira de então.

Tendo um modelo de sociedade a construir, o qual não se questionava, a aproximação da classe média com as classes populares, que não conheciam esse modelo, adquiria, nessa questão, o aspecto de doutrinação. A crença de que a sociedade brasileira via um momento de transformação radical, de que se conheciam os mecanismos que entravam essa transformação, além da crença na possibilidade de interferir no processo, gerava, entre outras, uma necessidade de popularizar informações que eram do domínio das ciências sociais. Houve um esforço de popularização, principalmente das análises existentes sobre os entraves às mudanças e sobre as possibilidades de intervenção na sociedade brasileira, vistas, é claro, com a ótica da época. Acreditava-se ser importante analisar as relações entre as classes, assim como aquelas entre as nações e os mecanismos de dominação e subordinação para neles interferir. A decorrência natural era a necessidade de levar, ao debate popular, os conceitos decorrentes dessa análise. Na prática, o fosso existente

entre as várias camadas sociais no que diz respeito ao acesso às informações, ao trato das idéias conduziu, sem dúvida, a uma simplificação desses conceitos, e muitas vezes à sua redução a "slogans".

Concretizar ideais, dar forma a objetivos, a crenças é tarefa imensamente difícil. Intrincadas eram as circunstâncias em que se desenvolvia nossa ação educativa. Inúmeros eram os obstáculos a superar na tentativa de tornar realidade palavras, discursos, intenções. Com a aparência de um turbilhão sucediam-se os fatos.

Entre os educadores e os analfabetos, uma das primeiras barreiras a ser enfrentada era, justamente, a da comunicação. Pertencendo os dois grupos a classes sociais diferentes, partindo de vivências e referenciais bastante diversos, a compreensão mútua exigia uma atitude de disponibilidade e um esforço consciente de comunicação. Na CEPLAR, por exemplo, houve a tentativa de inserir, no seu corpo de educadores, pessoas provenientes das classes populares. Apesar do êxito desta experiência, que poderia ter levado a uma verdadeira comunicação entre educador e educando, não houve, como se sabe, tempo de maturação. Além disso, embora se tenha tentado ouvir, partir da realidade local, registrar essa realidade, criar mecanismos que garantissem a intervenção popular, tinha-se uma tradição diretiva. Essa, aliada a todas as dificuldades já mencionadas, fez pesar o lado "informação", "politização" no contato com as massas, seguramente, e, também, em escala menor, com o grupo de alfabetizandos. Nos núcleos de alfabetização, por exemplo, o esforço de dialogar esteve sempre presente. Em instruções ao coordenador dos debates, encontra-se a advertência: "*Coordenador: Procure fazer com que os participantes tirem conclusões dos debates. Atenção! O coordenador não vai dar soluções. Usará sempre questões: O que? Como? Para quê? Para quem? Por quê? etc...*"

Para evitar o diretivismo rejeitou-se explicitamente o papel do educador como aquele que tem informações a transmitir, e escolheu-se a técnica do diálogo como a única forma de comunicação com os grupos. Por estranho que pareça, tudo indica que o diálogo, mecanismo por excelência para garantir uma relação não diretiva, não paternalista com os grupos populares, de tão valorizado, passou a ser mistificado, contribuindo indiretamente para confundir as relações entre o orientador e o grupo. Não cabia ao coordenador levar a informação. Tudo que lembrava a relação tradicional professor x aluno passou a ser tabu. A cartilha, por exemplo, foi proscrita, embora, com o andamento do trabalho, tenha-se sentido a necessidade de elaborar textos ordenados em livros. Quando algo novo quer se impor, para se dissociar de idéias pré-fixadas, é preciso, muitas vezes, rejeitar

em bloco os símbolos do passado. Mas, uma das facetas do educador, aquele que tem informações a transmitir, reprimida a nível do discurso, impôs-se na prática, acontecendo muitas vezes um arremedo de diálogo. Chegar diante do grupo em sala de aula, com um roteiro de perguntas que deveriam dirigi-lo à uma conclusão determinada, é uma forma evidente de deturpação do diálogo. E isso aconteceu porque se acreditava ter uma mensagem a transmitir. O que poderia ter sido claramente apresentado como projetos, como idéias de grupos foi muitas vezes induzido através do diálogo. É certo que, em outras ocasiões, houve também um diálogo real, uma troca de idéias e uma busca de soluções em comum. Roteiros para coordenadores com questões abertas são uma indicação desta prática.

Vale a pena salientar que o fato de "nossa projeto de sociedade" ser amplo, vago, se considerado em relação ao tratamento dos problemas concretos, dos conflitos diários em que estávamos todos envolvidos, esse projeto vago representava, na prática, um não comprometimento, uma liberdade de ação. Não nos movíamos dentro de um quadro fixo de valores, regras, com um modelo de organização que funcionasse como uma couraça para as ações e decisões diárias. Nossa futuro era aberto e em construção. Assim, ao analisarmos problemas da realidade concreta dos grupos, prevalecia uma atitude básica de respeito e de crença nos grupos com quem se trabalhava. Nestas ocasiões, não se vinha com soluções prontas. Essas eram encontradas no debate com os grupos. Se em determinadas situações fomos paternalistas e diretivos, em outras não fomos. Houve encontro, diálogo. Superficial? Artificial? Real? Muitos são os adjetivos, todos possivelmente adequados, nenhum globalisante. E mais importante do que qualificar é tentar entender que dificuldades tiveram que ser enfrentadas, soluções propostas, muitas delas, certamente, não percebidas como tais na época.

A questão do envolvimento político e, especialmente, político partidário, do educador, por exemplo, está sempre presente para aqueles que atuam nos movimentos populares. É uma questão de fronteiras. Até onde e como pode um educador empenhar-se pelos seus candidatos?

Na época defendia-se a posição: o educador é um cidadão, um agente político, um agente da transformação e deve atuar como tal. Esta posição era uma decorrência natural da premissa de que as ciências sociais não são neutras. Mas as implicações dos vários papéis sociais do educador não foram, entretanto, dissecadas. Por exemplo, o papel de coordenador de um grupo de alfabetização, de agitador de um partido político ou de grupo

ideológico. O que se deu, na prática, foi que, assim como a super-valorização do diálogo, a falta de clareza em torno dos vários papéis do educador e seu inter-relacionamento fizeram, muitas vezes, pender a balança para o lado arregimentação, doutrinação. Como o pólo minimizado, a informação, o papel não dissecado em todas as suas implicações, o de agente político, interferiu com os cânones do diálogo e da crítica, da não direitividade. E o agente político dava a tônica nas relações.

Acreditamos poder fazer aqui uma ressalva em relação à CEPLAR. Sem querer nos eximir da participação nas limitações típicas dos movimentos de então, ousaríamos dizer que, nela, essa questão foi relativamente "bem resolvida". Quanto ao problema do voto, por exemplo, não se preparavam roteiros de debate que estimulassesem a crença num determinado líder. É verdade que se valorizava o poder do voto, mas não a crença no Estado, nos dirigentes. E, seguramente, não num determinado dirigente ou líder. A conjuntura política da Paraíba de então, certamente, facilitou essa atitude. Não havia na Paraíba um líder carismático que nos empolgasse, que mobilizasse nossa ação, nossas esperanças no sentido de que aquele "tinha que ser eleito" para garantir as transformações tão almejadas. Havia, claro, políticos que individualmente gozavam do nosso respeito e apoio. Estes competiam na esfera legislativa, que não polariza tanto o eleitorado. O eleitorado paraibano não se concentrou em torno de um nome que fosse identificado com o novo projeto de sociedade. Assim não tivemos dilemas de consciência, nem práticos, ao viver um engajamento político diário caracterizado pela defesa de ideais, a nível do discurso ideológico como tal, sem, em nenhum momento, aliciar em função de A, B ou C. Aqui travava-se, igualmente, de um verdadeiro diálogo de trocas de idéias, com opções abertas. Nunca se viveu problemas do tipo: Como dissociar a ação de "propaganda política" em favor de um líder que se apoia, e a ação de educador que respeita as escolhas individuais? Como harmonizar esses dois papéis sociais? O que é mais importante: eleger determinado candidato ou colocar em risco programas em que se acredita, mas que não são populares?

O fato de a questão do envolvimento político-partidário nunca ter se apresentado de forma tão premente, (ver capítulo CEPLAR, órgão do governo ou entidade independente), não tendo sido, para a equipe, necessário adotar atitudes drásticas, não nos leva a desconhecer sua importância. Ao problematizarmos essa questão não pretendemos defender uma atitude purista. Sabemos que a luta política se dá numa circunstância, num contexto específico. Constatamos apenas que a tarefa do educador é facilitada quando não tem um compromisso político

partidário direto e imediato. Acreditamos, entretanto, que as dificuldades são para serem trabalhadas e não evitadas. O importante é que se procure trazer à consciência dos sujeitos da ação educativa (educadores e educandos) todos os parâmetros do problema, e que não se valorize um dado, um papel em detrimento do outro.

No concreto, essa questão se traduzia pela necessidade de aliciar aliados na luta política. Dois fatores, dentre os que destacamos na nossa análise, contribuíram ainda mais para a dificuldade da tarefa: o turbilhão com que se sucediam os acontecimentos na época e a polarização da sociedade brasileira.

Aumentar os aliados não era uma questão diletante, teórica. Estava na base da luta desencadeada pela hegemonia dentro do jogo político. Os grandes temas nacionais tinham que ser levados ao debate popular e os núcleos de alfabetização e de cultura eram para isso oportunidades que não podiam ser desprezadas. Com a radicalização do processo, o critério ideológico passou a contar na escolha dos coordenadores. Os núcleos não podiam estar em mãos dos inimigos da mudança, seus coordenadores deveriam ser escolhidos entre os representantes das forças progressistas.

Há indícios de que nós também nos deixamos levar pela ânsia de garantir a vitória do nosso lado. No teste de seleção para coordenadores do Plano Nacional de Alfabetização constata-se a preocupação de detectar a visão política do candidato. A acirrada discussão travada em torno de uma questão desse teste e a rejeição da pergunta taxada de inquirição ideológica mostra, de um lado, a existência do problema, de outro, a abertura da Campanha para a crítica. O problema não era simples, nem tampouco irrelevante. Tínhamos que enfrentar muitas dificuldades, entre as quais a tentativa do exército de infiltrar entre os coordenadores seus secretos. Numa situação em que os dois lados - forças progressistas versus forças reacionárias - se definem como inimigos, é de fundamental importância ter em posições chaves seus aliados. Para a CEPLAR este não chegou a constituir um problema. Chamaríamos o incidente mencionado de um deslize, sintomático da radicalização política geral. Nunca as relações com as pessoas passaram pelo julgamento de sua posição ideológica. Não houve nenhum caso de coordenador dispensado de suas funções por razões ideológicas. A CEPLAR não era um grupo sectário. Dentro dela, como já foi dito, conviviam muito bem não só representantes das várias facções políticas, como pessoas sem filiação a partidos.

Outras questões intimamente relacionadas com o que estamos analisando são ainda hoje pertinentes: que atitude tomar diante daqueles que não "rezam pelo nosso credo?" Quem é inimigo e quem tem simplesmente outro ponto de vista? Numa situação de polarização há espaço para pluralismo? Numa situação não polarizada há inimigos ou simplesmente opositores? Não é nossa pretensão dar respostas a questões tão complicadas. Pretendemos apenas contribuir para a reflexão pelo simples fato de colocá-las e ao defender atitudes que, julgamos, poderão ser profícias diante dos problemas, além de rejeitarmos aquelas que fecham caminhos. Atitudes do tipo "Quem não está comigo, está contra mim", "A vitória agora custe o que custar!", "Sabemos o que deve ser feito" limitam terrivelmente os horizontes, o leque de opções e podem reduzir os desejados aliados a pequenos grupos isolados. É claro que se essas questões fossem simples e, sobretudo, evidentes nas situações, a maioria teria as respostas e as aplicaria. Não são. E, quanto mais polarizada a conjuntura mais difícil defender nuances, respeitar formas diferentes de perceber e propostas divergentes de soluções. Parece-nos fundamental desenvolver uma atitude que leve em conta a complexidade das situações e do jogo social, que procure perceber quais as questões fundamentais e estimular a convivência com o diferente.

Julgamos importante fazer uma ressalva. Todas essas questões podem ser tranqüilamente colocadas agora. Não o foram na época. Lenita Peixoto e Isa Guerra falando sobre aqueles anos, comentam com muita clareza. Diz Isa Guerra: "*O processo se acelerou numa rapidez tamanha que nós, de certa maneira, fomos levados de roldão nessa história.*" E Lenita Peixoto confirma: "*Fomos atropelados, a coisa foi forte demais e a gente não podia esperar pra não perder aquele momento. Não dava mais tempo de refletir muito.*"

A CEPLAR foi uma experiência coletiva. Por isso terminaremos este livro cedendo a palavra a alguns dos entrevistados para que exprimam o que a Campanha significou para eles. Estamos seguras de que estes depoimentos são representativos da vivência de muitos dos que dela participaram.

CONCLUSÃO E DEPOIMENTOS

Ao pensar no que foi a CEPLAR, algumas questões se impõem: o que ela representou para a época, para as pessoas que a viveram e sua atualidade para os dias de hoje.

Nos depoimentos de que dispomos há unanimidade em afirmar a grande importância da instituição para cada um em particular, e para a luta pela transformação social que se desenvolvia na Paraíba.

Alguns trechos de entrevistas mostram como as pessoas vivenciaram aquela experiência e o que dela ficou.

João Alfredo Guimarães: "*Sabe que foi um dos trabalhos mais importantes que fiz na minha vida até hoje, foi esse da CEPLAR?*"

Marion Navarro: "*Olha, ter participado da CEPLAR e da JUC são coisas de que mais me orgulho na vida. Foi um período muito forte para mim, soterrado pela "revolução", mas mantido vivo entre os escombros da repressão.*"

Ana Maria de Sá Nóbrega: "*Foi um momento tão forte e tão verdadeiro que anos seguidos, depois de mais de 20 anos, os filhos sentem uma segurança nas nossas amizades de então, apesar de a gente não viver a se encontrar no dia a dia.*"

Romeu Carvalho: "*A CEPLAR representou uma coisa muito importante, de que não me esqueci. Me marcou mesmo. Tanto é que o segundo livro que escrevi tem que ver com a experiência da CEPLAR.*"

Isa Guerra: "*Inclusive eu acho que na minha vida pessoal e na minha vida profissional, me marcou enormemente. Tanto que quando eu saio do Brasil depois de 64, vou fazer antropologia,[...] vou buscar as origens. É interessante, eu, no Canadá, exilada, nos anos 70, faço minha tese de mestrado sobre a literatura de cordel. Vou estudar a literatura de cordel de que, naquela época, a gente já buscava as origens, suas fontes.*"

Alguns, ao mesmo tempo que afirmam ter sido a CEPLAR muito importante para eles, se perguntam se a experiência da Campanha não teria sido importante, sobretudo, para os que nela trabalharam, para as lideranças.

Lenita Peixoto: "*O resultado maior do trabalho foi para os monitores, para os dirigentes do movimento e todas as lideranças, eu acho... porque quem entrou se despertou para a História, estudou, se preocupou, pensou, discutiu. Foi um momento de politização muito ampla da liderança do lugar, de João Pessoa, das cidades todas. Realmente, para o grupo ao qual se destinava a alfabetização, acho que esse aí pegou muito pouco, assim... em termos numéricos, foi muito pequeno o resultado.*"

A questão que Lenita Peixoto se coloca é muito comum quando se analisa o trabalho de educação dos anos 60. Também, em sua entrevista, respondendo a essa questão, Isa Guerra defende o mesmo ponto de vista: "*Para a população alvo, aquela que a gente queria atingir, acho que não chegou a ter a profundidade necessária, pra gente ter resultados concretos. Alguma coisa deve ter ficado, esparsa [...] (entretanto) para as pessoas todas que tinham sensibilidade política [...] (essas) tiveram a oportunidade de viver alguma coisa do que sonhavam. Não só idéias. Imagine, eu saí de lá com 22/23 anos. Já tinha vivido toda essa experiência. Então, isso marcou toda nossa geração. Isto não é fruto só da CEPLAR, mas do próprio movimento de que eu fazia parte. E de que a CEPLAR é uma realização. É tão importante que anos depois a gente se encontra. Que força nos deu esse movimento, esse compromisso da gente naquela época para suportar prisão, exílio.*"

Eli Firmino corrobora as idéias de Isa Guerra e Lenita Peixoto, ao salientar a importância do trabalho para as lideranças populares: "*A CEPLAR, eu posso dizer, que foi um marco na vida de nossa gente, especialmente para esse pessoal da liderança, pessoal que vivia envolvido em organizações de classe, sindicato [...] pra vários setores..., reuniu pessoas populares, pessoas simples.*"

Essa é uma questão que nunca foi pesquisada. Nós não tivemos condições de fazê-lo. Não podemos, portanto, comentá-la. Conseguimos, apenas, o depoimento de uma ex-aluna que vivenciou a CEPLAR como tão importante para ela como todos os demais entrevistados, e que citamos a seguir.

Maria Ilda Francilino Fernandes: "*Ali foi meu primeiro passo. A CEPLAR, para mim, foi muito importante. Até hoje é importante. Lembro-me de modo especial dessa escola e acho que devia existir até hoje. Era muito mais fácil de aprender e bonito. Eu sabia que a CEPLAR era acusada de comunismo, mas não acreditava. Eu achava que não havia mais a escravidão de acorrentar as pessoas, mas a escravidão de não deixar aprender [...]. Estudei lá até quando houve o golpe. Aí procurei continuar a estudar [...]. Terminei o primário em 1984. Fiz o curso de projecionista para passar filmes. Hoje sou*

assistente de estúdio no Núcleo de Documentação Cinematográfica (NUDOC).¹³³ Tudo isto é uma continuação da base, lá de trás."

Quem sabe, para outros também, a alfabetização representou um estímulo para procurar caminhos melhores na vida, sejam eles quais forem. Só uma pesquisa poderia responder a essa questão.

Outros entrevistados acreditam que não só sobre as pessoas e as lideranças a CEPLAR exerceu sua influência. As palavras de Vladimir Carvalho exprimem o pensamento de alguns: "*Não será difícil encontrar vestígios de sua influência (da CEPLAR) no meio paraibano. Penso que depois da CEPLAR a cultura paraibana descobriu o povo e identificou seus compromissos para com a sociedade. Teve vida curta mas deixou indelével marca em todos nós.*"

Claro que a força da entidade não veio dela sozinha, mas de sua sintonia com o momento político, seu entrosamento com as demais instituições que eram parte da mesma luta. Depoimentos também o indicam:

Antônio A. de Almeida: "*Para a gente, que militava no movimento de esquerda, a CEPLAR era uma criação dos setores progressistas. Representava um futuro no sentido de contribuir para o avanço ideológico da população.*"

Meive de Gadê Negócio: "*Não era só a CEPLAR. Era o cinema, o teatro que era muito bom em João Pessoa. Houve uma explosão cultural em todos os aspectos. Outra coisa é que todo mundo participava. Eu era secundarista e participava de todos esses movimentos.*"

Uma das consequências que a Campanha teria tido para a Paraíba de então, segundo algumas entrevistadas, foi, para nós, totalmente imprevisível, e nunca fez parte de "nossas buscas".

Marileide Melquíades de Araújo: "*João Pessoa era uma cidade onde as mulheres eram preparadas para um comportamento tradicional e, na CEPLAR, havia um grupo de mulheres jovens que rompiam com os padrões e tinham uma proposta e uma prática de trabalho definidas. Era uma proposta de trabalho revolucionário na educação.*"

Meive de G. Negócio: "*Foi enorme a influência de vocês com relação ao papel da mulher. Na época vocês representaram um avanço, uma ruptura com os modelos da época. Vocês romperam com o esquema de a mulher ficar à espera do casamento, de depender do homem. Vocês disputavam par a par com o homem na esfera profissional. Havia críticas, mas ao mesmo tempo muita gente entrou nessa. Vocês quebraram esse modelo pela maneira como encaminharam o trabalho, por exemplo, fazendo reuniões fora das horas comuns. Além disso ir a*

¹³³ Órgão da Universidade da Paraíba.

festas sozinhas, mostrando uma postura de independência. Fumar em público, sem ficar constrangida. Coisas que a mulher não fazia. Isso, hoje, a mulher já conquistou e parece natural. Eu achava esse negócio fantástico."

Esses dois últimos depoimentos, ao indicar resultados inesperados de nossa ação, nos faz lembrar a nossa segunda questão, a da continuidade nas lutas populares, os resultados e repercussões destas lutas, e nos anima a acreditar que esses tenham sido maiores e mais profundos do que a sociedade brasileira de hoje leva a crer.

Sabe-se que os últimos trinta anos representaram um empobrecimento cada vez maior para as classes populares. As massas indigentes nas ruas, a violência urbana, que assusta a classe média (também empobrecida) e a mantém prisioneira em seus apartamentos atestam a degradação da situação sócio-econômica. Seria isto uma prova de que aquele esforço de nada valeu? Recusamo-nos a fazer coro com aqueles que procuram no presente as provas de que o passado era melhor. Na história recente do Brasil também se podem selecionar exemplos de que não se sufoca o anseio e a busca do homem para edificar uma sociedade melhor. Durante anos a juventude brasileira foi, por muitos, qualificada de "geração oi! bicho!", de "geração ditadura". Aqueles que mal sabiam se expressar e por nada se interessavam. Terminou a ditadura, foram necessários alguns anos apenas de exercício do jogo político, para que a juventude saísse às ruas juntando-se ao movimento nacional que levou ao impeachment de um presidente corrupto. Há comentaristas que foram buscar os germes desta grande movimentação na mobilização dos anos 60. Tudo isso nos permite afirmar nossa crença de que o processo de conscientização e mobilização das massas, em vista de mudar sua situação de explorados ou de excluídos, continua. Ele adquire outras formas, respondendo a um outro contexto. Mas, seguramente, reflete, também no presente, o desdobramento de uma ação positiva interrompida no passado. E foi por acreditar que a História da humanidade não se escreve em décadas, que fizemos o esforço de escrever um livro que possa contribuir para a reflexão e a ação dos que se empenham na construção de uma sociedade mais justa.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Ed. Atlas, 1986.

BAILBY, Èdouard. Brésil pays clef du Tiers Monde. Paris, Ed.Calmann-Levy, 1964.

BASTOS, Elide Rugai. As Ligas Csmponesas. Petrópolis, R.J. Ed. Vozes, 1984.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educaçäpo Popular (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). São Paulo, Ed. Ática, 1982.

BENEVIDES, Cezar. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Josué de. Une Zone Explosive Le Nordeste du Brésil. Paris, Ed. du Seuil, 1965. (Traduzido do original Sete palmos de terra e um caixão - Ensaio sobre o Nordeste, zona explosiva).

COSTA, Maria Aída B., JACCOUD, Vera, COSTA, Beatriz. MEB: Uma história de muitos. Petrópolis,R.J., Ed. Vozes, 1986.

FÁVERO, Osmar. Cultura Popular/Educação Popular memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

FERES, João Bosco. Propriedade da terra: opressão e miséria. O meio rural na história social do Brasil. Amsterdam, Holanda, Ed. Cedla Publication, 1990.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de janeiro, Ed. Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação?. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança. Ed. Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

FURTADO, Celso. A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1989.

GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo, A Campanha de Pé no Chão. São Paulo, Ed. Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

GÓES, Moacyr de. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.

JULIÃO, Francisco. Cambão. Paris, Ed. François Maspero, 1968.

MACHADO, Jório. 1964: A Opressão dos Quartéis. João Pessoa, Paraíba, Ed. O Combate, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(lí)gião. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Ed. Loyola, 1987.

RAMOS, Severino. Crimes que abalaram a Paraíba. Vol.1. João Pessoa, Paraíba, Ed. Grafset, 1989.

SÁ, Nicanor Palhares. Política Educacional e Populismo no Brasil. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1979.

SOARES, Paulo. Nos tempos do Pedro Américo. João Pessoa, Ed. Grafset, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967.

VINHAS, M. Problemas Agrário-Campões do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972.

Ensaios:

In Revista de Cultura da Universidade do Recife, ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS, 4, Abril-Junho 1963 :

BRITO, Jomar Muniz de. Educação de Adultos e Unificação da Cultura.

CARDOSO, Aurenice. Conscientização e Alfabetização.

FREIRE, Paulo. Conscientização e Alfabetização - Uma nova visão do Processo.

MACIEL, Jarbas. A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire de Educação.

In BRASIL: TEMPOS MODERNOS, coletânea de ensaios coordenada por Celso Furtado, Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra, 1968.

BERNARDET, Jean-Claude. O "Cinema Nôvo" e a Sociedade Brasileira.

CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira.

FURTADO, Celso. Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar.

JAGUARIBE, Hélio. Brasil: Estabilidade Social pelo Colonial-Fascismo?.

WEFFORT, Francisco C. O Populismo na Política Brasileira.

Trabalhos e Relatórios :

CEPLAR. Problemas atuais do Ensino na Paraíba, Iº Encontro de Professores Primários da Paraíba, julho de 1962.

JUNIOR, Everaldo Ferreira Soares. Relatório de Pesquisa: A História da CEPLAR, 1984.

MESQUITA, Marion Navarro de. a. Relatório Descritivo da comunidade Índio Piragibe (Ilha do Bispo); b. Relatório sobre a pesquisa realizada na Povoação Índio Piragibe; c. Relatório sintético do trabalho realizado no semestre (na Povoação Índio Piragibe), dezembro de 1962.

NEGÓCIO, Denise de Gadê, BARBOSA, Dulce Maria Brito, MESQUITA, Marion Navarro de. O Serviço Social e o Processo Evolutivo da Sociedade. Trabalho de conclusão de curso, 1963.

UNE, Cadernos de Coordenação Universitária, Resoluções do 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. Recife, 15 a 21 de setembro de 1963.

Jornais :

Jornal "A UNIÃO", 1960 a 1965.

Jornal "CORREIO DA PARAÍBA", 1960 a 1965.

Jornal "O NORTE", 1960 a 1965.

Diário Oficial, 1960 a 1965.

Outros documentos oficiais :

Ata da 58ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, realizada no dia 7 de novembro de 1963.

GONDIM, Pedro Moreno. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1º de julho de 1962. Ed. "A União".

Documento de defesa de Maria das Dores de Oliveira, Iveline Lucena da Costa, Lígia das Mercês Macedo e Heloisa Helena Cavalcanti de Albuquerque, membros da CEPLAR, apresentado à Comissão Estadual de Investigação, após o golpe de estado militar de 1964.

Cópia do pedido de Habeas Corpus de Maria das Dores de Oliveira e de Iveline Lucena da Costa, maio de 1968.

Quarenta documentos relativos ao INQUÉRITO POLICIAL MILITAR da Paraíba, no qual se encontra a CEPLAR, obtidos nos arquivos do Supremo Tribunal Militar, em Brasília, em julho de 1993.

*Entrevistas : **

a. Realizadas por Everaldo Soares Junior:

BARRETO, Adalberto, membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento e presidente da Associação Paraibana de Imprensa, (API) colaborador da CEPLAR, entrevistado em junho de 1983.

FERNANDES Ronald de Queiroz, secretário executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento e professor de Economia

* Os nomes dos entrevistados e os dados pessoais indicados, são os da época.

da UFPB, membro do Conselho Deliberativo da CEPLAR, entrevistado em junho de 1983.

GUIMARÃES, João Alfredo, terceiro e último presidente da CEPLAR, entrevistado em 1983.

LUCENA, Iveline, da equipe dirigente da CEPLAR, entrevistada (oficialmente) em maio de 1983.

MACEDO, Lígia das Mercês, da equipe dirigente da CEPLAR, entrevistada em maio de 1983.

MELO, José Octávio de Arruda, historiador e professor da Universidade Federal da Paraíba, (UFPB), entrevistado em julho de 1983.

OLIVEIRA, Maria das Dores de, diretora do Departamento de Educação Fundamental da CEPLAR, entrevistada (oficialmente) em junho de 1983.

b. Realizadas por Dorinha de Oliveira ou Iveline Lucena:

ALMEIDA, Antonio Augusto de, membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento e professor de economia política da UFPB, entrevistado em 1992 e 1993.

ARAÚJO, Maria do Carmo Campos de, estudante de história e supervisora da CEPLAR, entrevistada em 1993.

ARAÚJO, Marileide Melquiádes, estudante de Serviço Social, colaboradora da CEPLAR, entrevistada em 1989.

BARBOSA, Dulce Maria Brito, estudante de Serviço Social, colaboradora da CEPLAR, entrevistada em 1993.

BELTRÃO, Aluísio, estudante secundarista, colaborador da CEPLAR em Cruz das Armas, entrevistado em 1992.

BEZERRA, Maria Alda, supervisora da Secretaria de Educação, colaboradora da CEPLAR, entrevistada em 1989.

BURITY, Tarcísio de Miranda, estudante de direito, professor, eleito diretor do Departamento de Documentação e Informação da CEPLAR, entevistado em 1993.

CARVALHO, Romeu Fernandes de, estudante de medicina, colaborou nos círculos de cultura da CEPLAR, entrevistado em 1992.

CARVALHO, Vladimir de, cineasta, entrevistado em 1993.

CARVALHO, Zélia Cunha de, funcionária da Secretaria de Finanças do Estado, tesoureira da CEPLAR, entrevistada em 1992.

CARTAXO, Rosilda, diretora da Divisão de Educação da Secretaria de Educação, secretária geral da CEPLAR, entrevistada em 1992.

CAVALCANTI, Heloisa Helena, estudante universitária em história e membro do Departamento de Educação Fundamental da CEPLAR, entrevistada em 1991.

COSTA, Maria Marlene de Castro, estudante de filosofia e pintora, colaboradora da CEPLAR, entrevistada em 1992.

FRANCELINO, Maria Ilza, empregada doméstica, aluna da CEPLAR, entrevistada em 1989.

GONDIM, Pedro Moreno, governador do Estado da Paraíba, membro do Conselho Deliberativo da CEPLAR, entrevistado em 1992.

GUERRA, Isa Quintans, estudante de Serviço Social, militante universitária, trabalhou na CEPLAR, entrevistada em 1993, através de Lenita Peixoto.

JUNIOR, Everaldo Ferreira Soares, secundarista, membro do Departamento de Arte e Divulgação da CEPLAR, entrevistado em 1992.

LOPES, Abigail, normalista, coordenadora da CEPLAR em Cruz das Armas, entrevistada em 1993.

MACÊDO, Juarez de Paiva, professor de ciências econômicas da UFPB, consultor jurídico do Conselho Estadual de Desenvolvimento, procurador da Companhia Eletrica do São Francisco, segundo presidente da CEPLAR, entrevistado em 1992.

MAIA, José Anísio Correia, assessor administrativo do Conselho Estadual de Desenvolvimento, entrevistado em 1992.

MARINHO, Wilson Guedes, estudante de filosofia, professor, vice-presidente da CEPLAR, entrevistado em 1989.

MELO, Eli Firmino de, comerciário, coordenador da CEPLAR no Varjão, entrevistado em 1992, através de Lourdes Navarro.

MESQUITA, Marion Navarro de, estudante universitária, estagiária da Escola de Serviço Social na CEPLAR, entrevistada em 1989.

NEGÓCIO, Meive de Gadê, estudante secundarista e coordenadora no Róger, entrevistada em 1993.

NÓBREGA, Ana Maria de Sá, estudante universitária, estagiária da Escola de Serviço Social na CEPLAR, entrevistada em 1989.

OLIVEIRA, Firmo Justino de, estudante e jornalista, foi secretário da UNE, entrevistado em 1993, juntamente com Everaldo Soares Junior.

RAMOS, Adauto, estudante de odontologia, coordenador no bairro de Oitizeiro, entrevistado em 1992.

SILVA, Edgardo Florenço da, comerciante ambulante, colaborou nos círculos de cultura da CEPLAR, entevistado em 1992.

VASCONCELOS, Lenita Peixoto de, técnica do Departamento de Endemias Rurais, secretária geral da CEPLAR, entrevistada em 1990.

XAVIER, Pe. Juarez Benício, representante da Arquidiocese na CEPLAR e membro do Conselho Deliberativo, entrevistado em 1989 e 1993.

XIMENES, Hermillo de Carvalho, Juiz de Direito da comarca de Rio Tinto, apoiou a CEPLAR naquela cidade, entrevistado em 1993.

Material didático da CEPLAR :

Pesquisa vocabular: a. Grupo de domésticas (bairros da Ilha do Bispo, Torre e Varadouro). b. Grupo de operários (bairro da Ilha do Bispo).

Primeiros textos de leitura e exercícios, intitulado "CEPLAR".

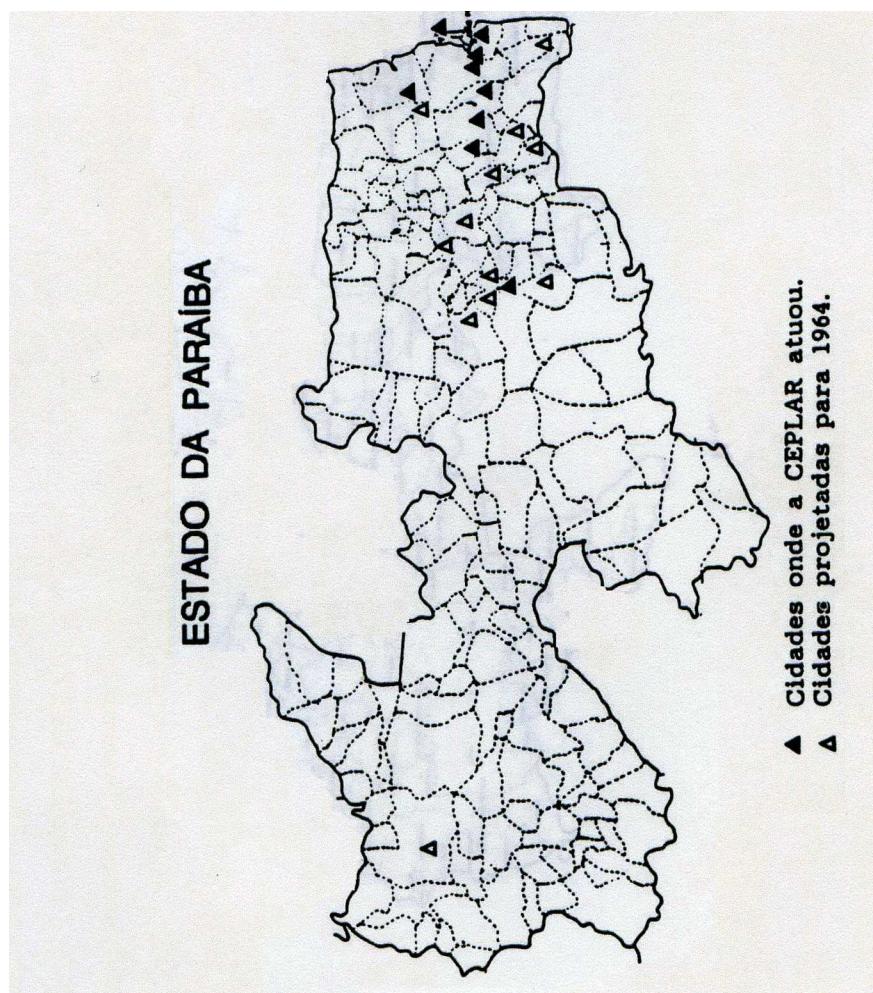
Preparação de aulas para operários de João Pessoa.

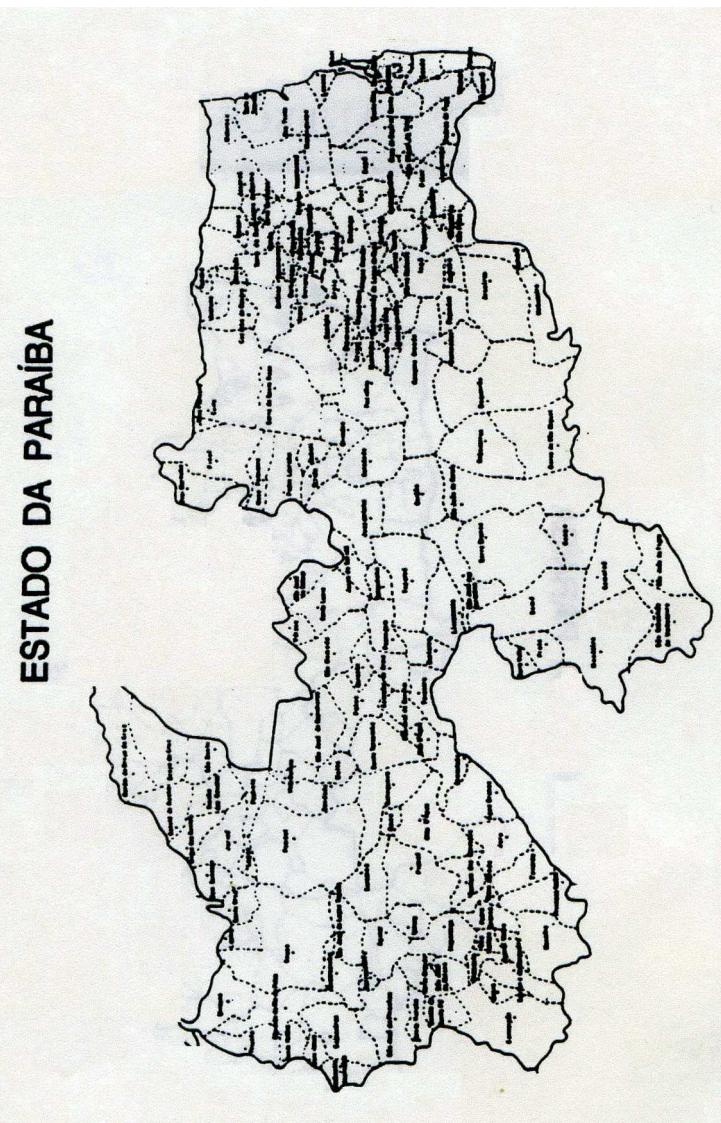
Curso de preparação de pessoal para Campina Grande. (Programa).

Orientação pedagógica para o coordenador: lições 1 a 4.

Nota: Entrevistas solicitadas e não concedidas: José Rodrigues Lustosa, Lialva S.R.Lustosa, Assis Lemos, Artur Cantalice, Darcy Ribeiro.

ANEXOS





SIGLAS UTILIZADAS

AP	Ação Popular
API	Associação Paraibana de Imprensa
CAFE	Comissão de Assistência às Fundações Educacionais
CEPLAR	Campanha de Educação Popular
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
COPE	Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais
CNBB	Confederação dos Bispos do Brasil
DENERU	Departamento Nacional de Endemias Rurais
FMP	Frente de Mobilização Popular
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
LILA	Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba
PC	Partido Comunista
POLOP	Política Operária
PORP	Partido Obrero revolucionário Trotskista
15º RI	15º Regimento de Infantaria
SEC	Service de Extensão Cultural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
TFP	Tradição, Família e Propriedade

UDN	União Democrática Nacional
UEEP	União Estadual dos Estudantes da Paraíba
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	United States AID

DADOS SOBRE AS AUTORAS

- ♦ Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto (Dorinha) nasceu em Mari - Sapé, Estado da Paraíba, em 1938. Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia da Paraíba em 1960, preparou um doutorado em Sociologia da Educação pela Universidade de Paris e obteve o diploma de Educação e Desenvolvimento pelo Irfed (1967/1970). Desde 1957 atua na área de educação, principalmente de adultos, no campo da consultoria pedagógica e do desenvolvimento dos recursos humanos. No Brasil, como orientadora educacional do Estado e dirigente da CEPLAR (1957-1964). Na França, onde se estabeleceu depois do golpe de estado militar de 1964, como técnica em educação. Até 1988 coordenou dois serviços de formação para imigrantes, formou professores em metodologia do ensino do francês e publicou livros didáticos para professores e alunos. Desde 1989, intervém na concepção e na avaliação de ações de formação junto às Escolas de níveis médio e superior de um órgão nacional de formação profissional, dirige sua Escola de Formação de Professores, leciona pedagogia e comunicação e orienta grupos de pesquisa pedagógica.
- ♦ Iveline Lucena da Costa Lage nasceu em Bananeiras, Estado da Paraíba, em 1939. Formou-se em Letras Neolatinas em 1962 pela Faculdade de Filosofia da Paraíba. Em 1969 concluiu o curso de Orientadora Educacional pela Faculdade Sta. Úrsula do Rio de Janeiro e, em 1974, recebeu o diploma em educação do Instituto de Educação da Universidade de Londres. No Brasil atuou na área de educação de adultos. Antes do golpe de estado militar de 1964, como professora de português e dirigente da CEPLAR; depois do golpe, como membro da equipe coordenadora do Departamento de Educação da instituição Banco da Providência, no Rio de Janeiro. Em 1970 foi para o Chile onde lecionou português na Universidade de Concepción. Atualmente ensina português a estrangeiros e trabalha como tradutora e locutora na rádio Nederland, na Holanda.

Impesso nas Oficinas do
Departamento de Produção Gráfica/SEC-PB
Rua João da Mata, 185 - Jaguaribe
Fone: (083) 241-3210 - Rs. 232/235
João Pessoa - Paraíba



PRIMEIROS LANÇAMENTOS

- I - ROTEIRO SENTIMENTAL DE UMA CIDADE - Walfredo Rodriguez
- II - MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DA PARAÍBA - Florentino Barbosa
- III - UM HOMEM CONTRA O IMPÉRIO: BORGES DA FONSECA - Mário Márcio
- IV - TAMBÍA DE MINHA INFÂNCIA E SAMPAIO - Coriolano de Medeiros
- V - AS FONTES DA SOLIDÃO - Juarez da Gama Batista
- VI - HISTÓRIA DA PARAÍBA - José Octávio
- VII - BIBLIOGRAFIA PARAIBANA - Horácio de Almeida
- VIII - APANHADOS HISTÓRICOS DA PARAÍBA - Celso Mariz
- IX - EU E ELES - José Américo de Almeida
- X - A BARRAGEM - Ignez Mariz
- XI - INDÍCIOS DE UMA CIVILIZAÇÃO ANTIQUÍSSIMA - José de Azevedo Dantas
- XII - DICIONÁRIO LITERÁRIO DA PARAÍBA - Idelette Muzart Fonseca dos Santos
- XIII - CEPLAR - HISTÓRIA DE UM SONHO COLETIVO - Dorinha de Oliveira Porto / Iveline Lucena da Costa Lage